



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO**

JOHNNY RODRIGUES BARBOSA

**A INCLUSÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NAS POLÍTICAS NACIONAIS DE
BIBLIOTECAS PÚBLICAS.**

**João Pessoa
2011**

JOHNNY RODRIGUES BARBOSA

A INCLUSÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NAS POLÍTICAS NACIONAIS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS.

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da
Universidade Federal da Paraíba
como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Ciência da Informação.**

**Linha de Pesquisa: Ética, gestão e
políticas de informação.**

Orientadora: Dr^a Joana Coeli Ribeiro Garcia.

**João Pessoa
2011**

B238i Barbosa, Johnny Rodrigues

A inclusão de bibliotecários nas políticas nacionais de bibliotecas públicas / Johnny Rodrigues Barbosa. – João Pessoa: [s.n], 2011.

Xxx f.; Il.

Orientadora: Dr^a Joana Coeli Ribeiro Garcia.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Inclui DVD com vídeo institucional do Programa Mais Cultura para Bibliotecas Públicas.

1. Ciência da Informação. 2. Política Pública de Informação. 3. Bibliotecas Públicas Municipais - Paraíba. 4. Profissional Bibliotecário. I. Título.

CDU: 023.4+027.4:32(043.3)



JOHNNY RODRIGUES BARBOSA

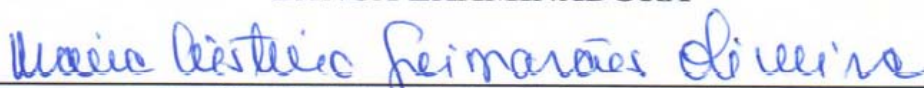
A INCLUSÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NAS POLÍTICAS NACIONAIS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

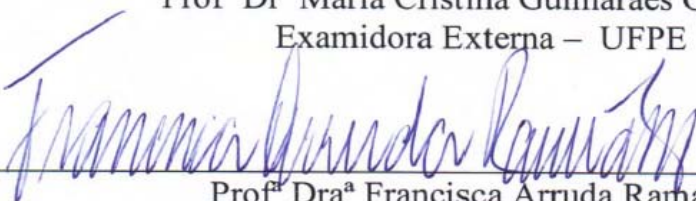
Linha de Pesquisa: Ética, gestão e políticas de informação.

Aprovado em: 13/04/2011.

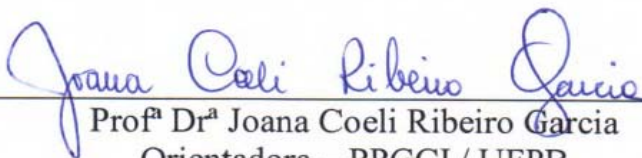
BANCA EXAMINADORA



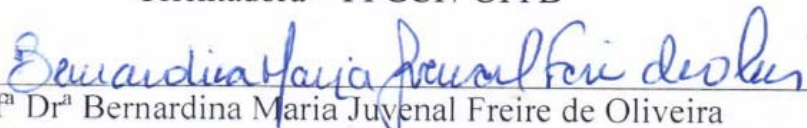
Prof^ª Dr^a Maria Cristina Guimarães Oliveira
Examidora Externa – UFPE



Prof^ª Dra^a Francisca Arruda Ramalho
Examinadora – PPGCI / UFPB



Prof^ª Dr^a Joana Coeli Ribeiro Garcia
Orientadora – PPGCI / UFPB



Prof^ª Dr^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Membro Interno Suplente – PPGCI / UFPB

AGRADECIMENTOS

A Deus indiscutivelmente pela dádiva da vida, pelo privilégio de ter conseguido minha formação superior na Universidade Federal da Paraíba tão sonhada por muitos.

A toda a minha família e em especial à minha mãe **Marilene Rodrigues da Silva**, que sempre lutou pelo sucesso dos seus filhos estando sempre ao meu lado em todos os momentos, me orientando com a sua experiência de vida.

À minha orientadora professora **Dr^a Joana Coeli Ribeiro Garcia**, pelo espelho de profissionalismo, amizade sincera e pelo carinho. Nossa convivência no ambiente 51 me proporcionou conhecimentos que ficarão guardados e sempre que possível utilizados enquanto eu viver.

Aos amigos da ONG Superação lugar onde descobri o prazer pelos estudos e que me faz ter orgulho da minha profissão de Bibliotecário.

Aos professores Doutores Carlos Xavier de Azevedo Neto; Mirian de Albuquerque Aquino; Gustavo Henrique de Araújo Freire; Isa Maria Freire e Francisca Arruda Ramalho pelos conhecimentos proporcionados durante o curso.

Ao Secretário do PPGCI o Senhor Antônio Araújo pela dedicação e pelo exemplo de humanidade.

A todos os colegas de turma, em especial a Fabiana França, Giovanna Guedes e Denyson Axel pela amizade e pela companhia na internet nas fases mais turbulentas.

EPÍGRAFE



“A Biblioteca Pública como núcleo de irradiação cultural da comunidade, como agência de informação e pesquisa, como centro de aperfeiçoamento intelectual, enfim, como meio por excelência de democratização da leitura e do conhecimento assume papel de maior importância na vida de um país e na vida do homem, porque a medida que o homem se realizar no saber e na cultura, melhor se entenderá com outros homens, e os povos com outros povos, num mundo de trabalho construtivo, de prosperidade social, de liberdade e paz”

Herberto Sales (1917-1999).

RESUMO

Analisa a inclusão de profissionais bibliotecários nas Bibliotecas Públicas Municipais da Paraíba como consequência da política nacional de implantação e revitalização deste equipamento. Tal política é fomentada por ações do Programa Livro Aberto e do Programa Mais Cultura para Bibliotecas Públicas coordenado pela Diretoria do Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura e pela Fundação Biblioteca Nacional/Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Estas ações têm o objetivo de zerar o número de municípios brasileiros sem Bibliotecas Públicas e foram teoricamente caracterizadas como políticas públicas de informação tendo se iniciado em 1932 com a criação do INL. A pesquisa visitou oito municípios nas quatro mesorregiões do estado contemplados com os programas. Entrevistou os Secretários Municipais de Educação e Cultura utilizando posteriormente a técnica da Análise de Conteúdo para explorar o material coletado buscando a confirmação de hipóteses, levantadas *a priori*, sobre a inclusão dos profissionais bibliotecários nas Bibliotecas Públicas Municipais. O estudo teve três de suas cinco hipóteses confirmadas. Conclui que as bibliotecas Públicas da Paraíba ainda não possuem em sua maioria o profissional bibliotecário e que esta exclusão se verifica pela falta de cumprimento dos gestores a respeito da lei 4.084/62, pela escassez dos profissionais no interior do estado e pela falta de atrativo financeiro oferecido pelos municípios.

Palavras Chave: Bibliotecas Públicas; Bibliotecas Públicas Municipais – Paraíba; Bibliotecário – Inclusão Profissional; Políticas Públicas de Informação.

ABSTRACT

It analyzes the inclusion of librarian professionals in Paraíba's Municipal Public Libraries as consequence of the national policy of implantation and revitalization of this equipment. Such a policy is fomented by actions of the Open Book Program and the More Culture for Public Libraries Program coordinated by the Book, Reading and Literature Management of the Ministry of Culture and by the National Library Foundation/the National System of Public Libraries. These actions have the purpose of decreasing to zero the number of Brazilian cities without Public Libraries and they were theoretically featured as information public policies, initiated in 1932 with the creation of the National Book Institute (INL). The research visited eight cities in the four mesoregions of the state covered by the programs. It interviewed the Municipal Education and Culture Secretaries by means of a following Content Analysis technique so as to explore the gathered material in search of the hypotheses' validation, arisen *a priori*, concerning the inclusion of librarian professionals in Municipal Public Libraries. The study had three among five hypotheses confirmed. It concludes that Paraíba's Public Libraries yet do not possess, in their major part, the librarian professional. Further, this scarceness is due to the lack of managers' fulfillment of the law 4.084/62, as well as to the lack of professionals in the state's countryside and of financial incentive offered by the cities.

Keywords: Public Libraries; Municipal Public Libraries – Paraíba; Librarian – Professional Inclusion; Information Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Ciclo das políticas públicas	28
FIGURA 2	Estrutura organizacional do SNBP	43
FIGURA 3	Relação de estados contemplados. (Número de BPM implantadas na Paraíba)	54
FIGURA 4	Municípios brasileiros com pelo menos uma BPM – Recorte por Estado.	60
FIGURA 5	Mapeamento do processo de implantação de modernização de BPM na Paraíba	64
FIGURA 6	Mesorregiões geográficas do estado da Paraíba	65
FIGURA 7	Recomendação do SNBP para que os municípios abram concursos para profissionais bibliotecários legalmente habilitados.	83
FIGURA 8	Proposta salarial da Prefeitura Municipal de Sossego em edital de abertura de vagas para concurso público	100
QUADRO 1	Requisitos para celebração de convênio com o INL	41
QUADRO 2	Eixos de ação do PNLL	49
QUADRO 3	Características e perfis das BPM no Brasil e na Região Nordeste	52
QUADRO 4	Projetos elaborados na Paraíba pelos pesquisadores do CMB da década de 80	58
QUADRO 5	Respostas à categoria profissional bibliotecário.	78
QUADRO 6	Respostas à categoria legislação profissional	81
QUADRO 7	Números da inclusão de profissionais bibliotecários segundo pesquisa realizada em 2008 no Cadastro Nacional das BP	88
QUADRO 8	Respostas à categoria Interiorização da Biblioteconomia	90

QUADRO 9	Respostas à categoria Inclusão do Profissional Bibliotecário.	93
QUADRO 10	Respostas à categoria Salário.	97

LISTA DE SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional
BPMs	Bibliotecas Públicas Municipais
BPs	Bibliotecas Públicas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia.
CMB	Curso de Mestrado em Biblioteconomia.
CRB-15	Conselho Regional de Biblioteconomia da Décima Quinta Região
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FUST	Fundo de Universalização de Tecnologia
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INL	Instituto Nacional do Livro
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PLA	Programa Livro Aberto
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
PSF	Programa de Saúde da Família
SEBP	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SIC	Segundo Informações Consultadas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

TCE-PB

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

UFPB

Universidade Federal da Paraíba

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	20
1.1.1	Geral	20
1.1.2	Específicos	20
2	BASE TEÓRICA	21
2.1	BIBLIOTECÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	21
2.1.2	Ciência da informação: conceituação e características	23
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO	27
2.3	BIBLIOTECA PÚBLICA: EVOLUÇÃO CONCEITUAL	33
2.4	PROGRAMAS DE INCENTIVO E CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO BRASIL	38
2.5	PESQUISA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA PARAÍBA	57
3	METODOLOGIA	61
3.1	DESCRIÇÃO DA PESQUISA E DELIMITAÇÃO DO CAMPO	61
3.2	COLETA DE DADOS	62
3.2.1	Dos critérios de escolha dos municípios	62
3.2.2	Coleta dos dados	66
3.3	ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS	68
3.3.1	A técnica da Análise de Conteúdo	68

3.3.2	A organização da análise	71
3.3.3	Analisando os conteúdos	77
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

REFERÊNCIAS

APÊNDICE – A: SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS IMPLANTADOS, MODERNIZADOS E SEM BPM ATUALIZADO ATÉ O SEGUNDO SEMESTRE DE 2010.

APÊNDICE – B: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ANEXO – A: NÚMERO DE PROFISSIONAIS REGISTRADOS NO CRB-15. (MENSAGEM ELETRÔNICA)

ANEXO – B: MUNICÍPIOS VISITADOS, POR MICRORREGIÃO, BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS EM FUNCIONAMENTO, FECHADAS E REGISTRADAS E PESSOAL EXISTENTE SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO E TREINAMENTO.

ANEXO – C: RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 11/2010 TCE-PB

ANEXO – D: RELAÇÃO DOS 15 MUNICÍPIOS PARAIBANOS SEM BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ 2009.

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual da busca pelo desenvolvimento do país, é notável o volume de ações do governo federal por meio de políticas e programas no sentido de democratizar o acesso às unidades de informação, principalmente no tocante às Bibliotecas Públicas (BP). Este equipamento cultural assume um papel importante para os municípios brasileiros: representa a democratização da informação; custodiam um acervo bibliográfico heterogêneo capaz de contemplar gratuitamente os interesses das pessoas de todas as idades, de todas as raças, de todos os credos e de todas as línguas.

Nessas condições, os municípios brasileiros que possuem bibliotecas auxiliam de maneira significativa os seus cidadãos, minimizando um dos mais sérios problemas da sociedade atual, qual seja a desigualdade entre os que têm acesso à informação e os que dela estão desprovidos. (CORREIA; CUNHA JÚNIOR, 2007).

Pode-se afirmar que existem dificuldades a serem superadas para a distribuição de bibliotecas de forma integral no país que com uma vastidão territorial de 8.456.510 km², pode tornar complexa a interiorização de determinados serviços às mais distantes comunidades. O Brasil até 2008 com uma realidade de 5.564 municípios possui em seu quadro especificamente um quantitativo de 330 deles sem BP (CAVALCANTI, 2008). Tal situação caracteriza a existência de barreiras de acesso à cultura letrada. O livro no Brasil não é um objeto de consumo prioritário, haja vista que a população brasileira é portadora de uma realidade econômica que não lhe permite direcionar seu poder aquisitivo à compra de livros, pois a alimentação, saúde e vestuário são as prioridades dos orçamentos familiares. Segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, o consumo de livro é proporcional à renda familiar e ao nível de escolaridade. As famílias que compõem à classe C, e declararam receber de dois até cinco salários mínimos, conseguem ler 1,3 livros por ano. Famílias de classe D, que declararam receber de um a dois salários mínimos chega a 0,6 livros/ano. As de nível E com até um salário mínimo chegam a 0,3. As classes A com mais de 10 salários e a B de cinco a 10 conseguem

consumir respectivamente 4,2 e 2,5 livros por ano. A pesquisa foi encomendada pelo Instituto Pró-Livro, coordenada pelo Observatório do Livro e da Leitura com o jornalista Galeno Amorim e executada pelo IBOPE. O estudo foi concebido no modelo quantitativo de opinião, realizou 5.012 entrevistas estratificadas por faixa etária, classe social. Seus dados foram coletados de 29/11 a 14/12/2007 em todas as Unidades Federativas, em 311 municípios. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2008, p.111).

As BP como unidades de informação disponíveis a pessoas de todas as classes, idades, credos e de todas as raças têm o poder de ajudar a diminuir as citadas barreiras. Neste sentido o manual, *Biblioteca Pública: Princípios e Diretrizes* elaborado pelo SNBP destaca a importância das BP para um povo a partir de seu significado

O conceito de Biblioteca Pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além de informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais. A Biblioteca Pública é um elo entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e um recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição. Além disso, uma Biblioteca Pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar idéias, discutir problemas, auto instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 17).

Além da problemática da distribuição do equipamento BP no país que ainda se constitui em uma lacuna no Sistema de Bibliotecas Brasileiro também é necessário atentar para a situação do atual mercado de trabalho biblioteconômico no setor das BP. Existem ações no Brasil no sentido de democratizar o acesso a este equipamento cultural. Todavia faz-se necessário entender em que aspectos estas iniciativas contribuem para a inserção dos profissionais bibliotecários neste setor. No Brasil as políticas de criação e incentivo às BP são criadas e financiadas pelo governo federal e executadas pelo MinC e pelos municípios. O Programa Livro Aberto responsável pela implantação de 830 novas BP e modernização de 96 unidades já existentes entre os anos

de 2004/2008 (CAVALCANTI, 2008), é gerenciado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, vinculado à Biblioteca Nacional e tem amplitude para atender a todos os estados brasileiros. Também se insere nesta iniciativa o Programa Mais Cultura coordenado pela DLLL, que por meio do Edital Mais Cultura de apoio a Bibliotecas Públicas Municipais participa do processo de zerar o número de municípios brasileiros sem BP. São empreendimentos culturais que dinamizam toda a cadeia produtora de livros e que é capaz de oportunizar a inserção de centenas de bibliotecários na construção de uma sociedade fundamentada na democratização da informação.

Na literatura biblioteconômica a inserção de profissionais bibliotecários é questionada. Job e Oliveira (2006), ao historiarem os marcos legais da profissão de bibliotecário afirmam que os programas governamentais enfatizam a importância de se promover o hábito da leitura, mas desconsideram a importância dos bibliotecários nessas iniciativas.

No caso das razões de exclusão / inclusão dos profissionais bibliotecários nas Bibliotecas Públicas no Brasil, existe política nacional expressa em legislação que garante a este profissional a sua inserção nestas bibliotecas em qualquer esfera governamental (Lei Federal 4.084/62). Os programas do MinC alertam aos gestores municipais para que sejam contratados profissionais bibliotecários para dar andamento a estas instituições. Contudo, mesmo possuindo uma política explícita manifestada por meio de uma lei federal inexistente garantia que estas instituições estejam sendo efetivamente ocupadas pelos seus legítimos profissionais. Esta se caracteriza como uma problemática comum a todo o país, e trata-se de uma situação presente inclusive nas regiões que concentram o maior percentual de riqueza do Brasil nas quais se acredita existir uma abertura flexível para o profissional bibliotecário. Para Baptista (2006), no Brasil

entre os quase 20 mil bibliotecários inscritos nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, são poucos os que atuam em bibliotecas públicas ou escolares proporcionalmente em relação à bibliotecas especializadas e universitárias. Pode se exemplificar essa afirmação pelos dados levantados por Baptista (1998) com bibliotecários do Sul e Sudeste, em que foram

identificados em uma amostra de 1477 bibliotecários, 146 (10,7%) trabalhando em biblioteca escolar e 166 (12,3%) trabalhando em biblioteca pública, geralmente com baixa remuneração. (BAPTISTA, 2006, p.26).

Baptista (2006) demonstra evidente descontentamento com o atual número de bibliotecários em atuação nas Regiões Sul e Sudeste, mesmo reconhecendo a vantagem e a estrutura que os estados dessas regiões possuem no tocante à educação e economia. Tomando o questionamento do autor citado como básico o que se poderia afirmar sobre os estados da Região Nordeste e de forma especial sobre o estado da Paraíba? Pesquisa realizada, na Universidade Federal da Paraíba em Trabalho de Conclusão de Curso de graduação por Barbosa (2008), constatou que na Paraíba são poucas as iniciativas no tocante à inclusão destes profissionais. De acordo com o levantamento realizado por meio do Cadastro Nacional das BP do SNBP, em suporte online, o estado da Paraíba possuía 14 bibliotecários distribuídos em sete cidades, para um estado que detém atualmente um quantitativo de 223 municípios. Atualmente existem registrados no CRB-15 um quantitativo de 327 bibliotecários inscritos no estado segundo informações prestadas pela primeira secretária do órgão. (ver anexo A).

A categoria de Bibliotecários tem a seu favor políticas, em forma de lei específica, e também um programa federal que implanta e revitaliza Bibliotecas Públicas no país. O que impede que estes profissionais ocupem os postos de trabalho? Quais são as barreiras que dificultam esses profissionais se inserirem em bibliotecas no interior do estado da Paraíba? Existem algumas hipóteses a serem confirmadas ou refutadas com a pesquisa:

- a) A profissão é desconhecida pelos gestores e população dos municípios;
- b) A lei 4.084/62 que regulamenta a profissão de Bacharel em Biblioteconomia enquanto política explícita, não possui grau de explicitação a ponto de ser conhecida pelos gestores municipais.

- c) Existência do Curso de Biblioteconomia somente na capital (no caso do Estado da Paraíba) dificulta a possibilidade de profissionais penetrarem no interior do estado;
- d) Os municípios paraibanos têm outras prioridades o que os impossibilita de contratar Bibliotecários;
- e) Os salários oferecidos pelos municípios do interior são relativamente baixos (um salário mínimo) para atrair Bacharéis em Biblioteconomia;

O PLA e o PMC têm prestado um serviço bastante significativo aos municípios brasileiros com implantação e modernização das BP existentes. O próprio SNBP entidade da FBN responsável por esta iniciativa reconhece a importância do profissional da informação, mas a decisão de contratar ou não este profissional está totalmente nas mãos dos gestores municipais. Materiais de consumo, bibliográficos e tecnológicos é o que o SNBP garante aos municípios, mas também é preciso que profissionais Bibliotecários estejam inseridos nesse processo, porquanto partícipes desse fluxo em que adquire, trata, processa, representa, armazena, divulga e recupera a informação para seu usuário. Sem a existência deste profissional no setor em questão, torna-se imaginável a vulnerabilidade a que os usuários estão submetidos já que as atividades de aquisição, controle e disseminação da informação podem estar sob a responsabilidade de indivíduos que não estejam capacitados em proporcionar uma info estrutura¹ à sua comunidade. Dentro deste fenômeno entende-se a relevância do SNBP ao cumprir sua missão de criar e revitalizar BP no país. O questionável nesta pesquisa vislumbra-se sobre a atuação dos municípios nesta iniciativa de inserção dos bibliotecários em BP municipais. Conforme fora dito, os gestores municipais precisam compreender a importância de um Profissional bibliotecário em sua cidade.

¹ Para Zurkowski (1984) o conceito de infoestrutura seria definido como uma composição dos termos “Informação” e “estrutura”, para designar a miríade de elementos necessários para sustentar a sofisticada capacidade de manipular informação [...].

Diante deste contexto, a presente pesquisa se debruçará sobre os aspectos referentes à inserção dos profissionais bibliotecários na política nacional de criação e revitalização de Bibliotecas Públicas no Estado da Paraíba. A escolha desta temática para o presente projeto deu-se pelo envolvimento do autor com este setor biblioteconômico durante os anos de 2005-2009 período em que implantou e coordenou uma BP no município de Itambé – PE, o que lhe possibilitou compreender as fragilidades existentes na inclusão dos bibliotecários nestas iniciativas. Outra motivação refere-se à percepção de falta de interesse pela comunidade científica desde as publicações dos professores Luiz Milanesi (1984), Waldomiro Vergueiro (1988; 1990) e Emir Suaiden (1980) quando publicaram obras significativas durante os anos 80 / 90 trazendo à lume reflexões sobre a importância das BP como também, sobre dificuldades da inclusão de Profissionais Bibliotecários.

Outro ponto interessante na escolha é a retomada da temática suscitada na pesquisa da primeira dissertação do Mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba defendida pelo professor Emir José Suaiden em 1979, que tratava da situação das bibliotecas públicas brasileiras. O estudo abrangeu vinte e duas bibliotecas públicas estaduais e uma municipal e se propôs a servir de instrumento para o INL, órgão que gerenciava a política direcionada ao setor na época – a sanar as suas dificuldades, possibilitando às bibliotecas públicas o cumprimento do seu maior objetivo: atender com eficácia os seus usuários.

A primeira metade da década de oitenta no Brasil foi um período marcado pelo regime militar. O país vivia um contexto de censura e de opressão talvez um momento em que questões voltadas à disseminação da cultura e da informação registrada não fossem uma prioridade. Depois de trinta e um anos, o contexto em que nos propomos a revisitar esta temática revela um tempo novo e uma estrutura redemocratizada.

Pelos motivos expostos a temática se apresentou oportuna para esta pesquisa na qual se espera aprofundar as compreensões acerca do equipamento cultural e dos

profissionais bibliotecários que legitimamente deveriam estar nelas inseridos, realizando ações no sentido de cumprir as funções destinadas às BP.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Analisar inclusão de profissionais bibliotecários das Bibliotecas Públicas Municipais do Estado da Paraíba nas políticas públicas do MinC responsáveis pela implantação e revitalização destes equipamentos.

1.1.2 Específicos

- Conhecer as políticas públicas do MinC, voltadas para a implantação e revitalização de Bibliotecas Públicas Municipais bem como a inclusão de profissionais bibliotecários;
- Identificar o número de BPM existentes no Estado da Paraíba, implantadas por meio das ações do ministério no período de 2004 / 2008;
- Levantar o quantitativo de profissionais bibliotecários em atuação nas Bibliotecas Públicas Municipais da Paraíba;
- Identificar oportunidades que favoreçam a inclusão de profissionais bibliotecários;
- Identificar as barreiras que interferem na inclusão de profissionais bibliotecários.

2 BASE TEÓRICA

2.1 BIBLIOTECÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A informação desfruta de reconhecimento significativo em qualquer atividade humana, em qualquer tempo e mais ainda quando estamos vivendo numa sociedade caracterizada pelo uso intensivo de informação a qual chamamos de *sociedade da informação*. O conceito de informação que se pactua para o desenvolvimento deste projeto é o de Le Coadic (2004):

A informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita, oral ou audiovisual, em um suporte.

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado [...] (LE COADIC, 2004, p.04).

Seguramente um estoque de informação construído, organizado e principalmente disseminado pode contribuir na redução de incertezas e geração de conhecimento promovendo uma nova dinâmica na sociedade. Por este motivo o modelo paradigmático de sociedade na qual estamos inseridos, recebe o nome de Sociedade da Informação. Nela “os indivíduos fazem o melhor uso possível das tecnologias de informação e comunicação no sentido de lidar com a informação, tomando-a como elemento central da atividade humana” (CASTELLS, 2001).

Um fato importante a ser discutido neste momento é sobre o reconhecimento que a comunidade científica e tecnológica confere à informação enquanto insumo transformador a ponto de denominar a sociedade em que estamos de Sociedade da Informação devido ao aumento das pesquisas e implementação de serviços e produtos relacionados ao mercado informacional. No contexto deste modelo de sociedade, tudo parece estar mais facilitado. A informação é reunida, tratada e disponibilizada nos mais variados suportes trafegando no mundo globalizado em velocidade impressionante. Porém a prática de tratamento da informação não é algo inédito. Remontando a

antiguidade iremos nos deparar com uma realidade que se comparada aos dias de hoje pareceria rudimentar, mas de certa forma já anunciava um entendimento de que era necessário organizar a informação e disseminá-la seja para qualquer motivo inclusive para as guerras tão presentes na humanidade. Para que isso fosse possível, estradas tiveram de serem abertas, territórios desbravados, mares navegados e mensageiros habilitados para levar a informação ao seu destino final. Isso em tempos em que a tecnologia era integralmente analógica.

Se considerarmos a proposição de Shera (1980) que ao se reportar aos bibliotecários da antiguidade afirma que:

No início os bibliotecários eram eruditos que, desde a época de Ptolomeu, fundaram a grande biblioteca de Alexandria, na foz do Nilo, ocupavam-se em reunir e classificar sistematicamente todos os documentos registrados em forma documental [...] (SHERA, 1980).

Percebemos que a essência da prática da organização da informação surge num tempo longínquo e se sustenta até os dias atuais. É evidente que os contextos e as tecnologias para este trabalho têm séculos de diferença, contudo os princípios foram perpetuados no mundo contemporâneo.

No século XIX, o pensamento de Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943) na Bélgica desencadearia uma nova dinâmica no segmento informacional. Otlet e La Fontaine deram início ao movimento da documentação criando o Instituto Internacional de Bibliografia que com a aceitação e reconhecimento se transformaria posteriormente na Federação Internacional de Documentação (FID) situada até hoje em Bruxelas. A documentação, Otlet a definiu como “processo de reunir, classificar e difundir todos os documentos de toda espécie” (AZEVEDO, 2009, p.73), remetendo outra vez aos princípios do tratamento da informação perpetuados desde a antiguidade. Otlet é considerado um visionário. Um documentalista capaz de imaginar características de um sistema que nos dias atuais aproxima-se da internet. Dizia que um dia seria possível acessar as últimas informações da Enciclopédia Mundial em um mostrador que

se atualizaria e se disponibilizaria numa espécie de radiação contínua (ELISSON, 1994). Também previu uma performance tecnológica para o tratamento da informação sendo considerado por muitos o propulsor da internet.

Em sua obra, Otlet menciona, ainda, avanços na teleleitura (leitura à distância) e na teleinscrição (escrita à distância), destacando a ausência de um complexo de máquinas – um cérebro mecânico e coletivo – associadas para realizar, entre outras, as seguintes operações: classificação e recuperação automática dos documentos; manipulação mecânica de todos os dados registrados para obter novas combinações de fatos, novas relações de idéias (PEREIRA, 1995)

Este panorama esclarece que as atividades de controle e tratamento da informação acompanham o homem desde a antiguidade, mas sem um caráter científico. Porém, é com término da segunda guerra mundial e a necessidade de organizar uma avalanche de informação produzida, que um olhar vigilante começa a se fixar na problemática e promover uma área interessada nesses processos. Nasce dessa maneira a Ciência da Informação, que com suas reflexões sobre o fenômeno informacional, adquire como uma de suas características a propriedade de ser conforme Saracevic (1995, p.1) “um participante ativo na evolução da Sociedade da Informação”. Um aspecto importante é que a consolidação teórica e prática da Ciência da Informação tem seu limiar durante os anos de 1961 e 1962, durante as conferências promovidas pelo *Georgia Institute of Technology*, conhecidas como conferências do *Georgia Tech*. Nessas conferências a participação da bibliotecária e diretora de bibliotecas do mesmo instituto Dorothy M. Crosland, foi de muita importância para a área presidindo os eventos e participando efetivamente das discussões (GARCIA, 2002, p. 3). Bem assim há um número considerável de bibliotecários ou diretores de bibliotecas participando dessas conferências e das atividades que ocorreram entre 1961 e 1962. Reiteramos, com este fato, a participação dos profissionais bibliotecários na construção do conceito de Ciência da Informação da área em que este trabalho se assenta.

2.1.2 Ciência da Informação: conceituação e características

Para Saracevic (1995), o desenvolvimento da ciência da informação pode ser demarcado com a aparição de um artigo científico escrito pelo Americano Vannevar Bush intitulado *As we may think* (BUSH, 1945). Este teórico atentou para a necessidade de resolver o problema de tornar acessível o grande número de publicações em constante crescimento à época. Consta nos registros da história da Ciência da Informação que Bush lançou a idéia embrionária de hipertexto. A segunda guerra mundial estimulou pesquisas voltadas para assuntos bélicos e tecnológicos e as especulações e escritos sobre a guerra deram uma nova dinâmica na produção de informação no mundo, conhecida como explosão informacional.

O fator informação só se institucionaliza enquanto ciência recebendo o nome de Ciência da Informação num período entre fim e pós-segunda guerra mundial. Para Azevedo (2009) ao discutir a construção da Ciência da Informação descreve que

A década de 1960 foi marcada pelo início da utilização do termo CI, na qual diversos autores (ROBREDO, 2003; SARACEVIC, 1978; LÓPEZ YEPES, 1989), apontam que as conferências do Geórgia Institute of Technology realizado nos anos de 1961-1962, influenciaram a definição do termo de “Ciência da Informação. (AZEVEDO, 2009, p. 78).

Como resultado das conferências do Georgia Institute of Technology em 1961 e 1962 a comunidade científica acatou a seguinte definição sobre Ciência da Informação:

A disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la, de aceitabilidade e usabilidade. É preocupada com aquele corpo do conhecimento que se relaciona com a criação, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação, e uso da informação. É uma ciência interdisciplinar relacionada nos campos da matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia de computadores, pesquisa de operações, as artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração, e outros campos semelhantes. (CONFERENCES ON TRAINING SCIENCE INFORMATION SPECIALISTS, 1962, p. 115).

Este conceito criado na década de 60, no período em que a ciência da Informação surge formalmente ainda é um conceito muito utilizado pela área. Revela as preocupações desta ciência destacando as funções de criação, coleção, organização, armazenamento, recuperação da informação. Estas funções são desejáveis no âmbito de qualquer unidade de informação. São atividades que não se realizam por si só, e precisam de profissionais que saibam conduzi-las de forma eficiente para propiciar ao usuário a prestação de um serviço de informação de qualidade. Quando se pensa em usuários e prestação de serviços na CI, podemos nos debruçar sobre uma identidade social desta ciência. Um sistema de informação só cumpre a sua missão quando está em harmonia com os seus usuários. São estes que irão fazer girar a dinâmica de uso da informação, geração de conhecimento, transformação do conhecimento adquirido em nova informação realimentar o sistema e causar impactos de geração de riqueza e bem estar social num dado contexto.

Segundo Capurro (2003) a Ciência da Informação encontra-se equilibrada sobre três paradigmas epistemológicos conforme a síntese abaixo:

- 1) O paradigma físico: A ciência da informação inicia-se como teoria da *information retrieval* baseada numa epistemologia fisicista. [...] Em essência este paradigma postula que há algo, um objeto físico que um emissor transmite a um receptor.
- 2) O paradigma cognitivo: [...] sua perspectiva permanece cognitiva no sentido de que se trata de ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de “modelos mentais do mundo exterior” que são transformados durante o processo informacional. Ingwersen toma elementos da teoria dos „estados cognitivos anômalos“ (“anomalous state of knowledge” abreviado: ASK), desenvolvida por Nicholas Belkin e outros (Belkin 1980, Belkin/Oddy/Brooks 1982). Essa teoria parte da premissa de que a busca de informação tem sua origem na necessidade (“need”) que surge quando existe o mencionado estado cognitivo anômalo, no qual o conhecimento ao alcance do usuário, para resolver o problema, não é suficiente. Tal situação inicial geralmente também se denomina „situação problemática“ (Wersig 1979). A teoria dos modelos mentais tem tido impacto no estudo e na concepção de sistemas de recuperação da informação, como mostram as análises empíricas realizadas por Pertti Vakkari com relação à conexão entre estado anômalo do conhecimento e estratégias de busca (Vakkari 2003).

3) O paradigma social: Os limites do paradigma cognitivo se apóiam precisamente na metáfora, ou *pars pro toto*, de considerar a informação, ou como algo separado do usuário localizado em um mundo numênico, ou de ver o usuário, se não exclusivamente como sujeito cognoscente, em primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos sociais e materiais do existir humano. (CAPURRO, 2003).

No terceiro paradigma Capurro faz o uso das limitações do paradigma cognitivo para explicar que o paradigma social configura-se como um modelo teórico que não prioriza em seu prisma as alterações cognitivas e manifestações que a informação proporciona a um indivíduo ou grupos coletivos. Mais do que isto, ele destaca a idéia de que indivíduos fazem parte de uma atmosfera social mais ampla que não os isentam de determinados condicionamentos sociais e materiais substanciais ao existir humano. É nessa atmosfera ou regime social que relacionamos a inclusão de profissionais bibliotecários nas BP dentro da perspectiva do paradigma social, por acreditar que estes profissionais podem fornecer “condições” que favoreçam o encontro do usuário com a informação em uma comunidade. A inclusão deste profissional está condicionada à decisão de gestores municipais em promoverem serviços de informação de qualidade. Não é afirmação desta pesquisa de que o fato da não existência de um profissional bibliotecário em determinado município os serviços de BP não existam. O serviço poderá existir, mas sem dúvida incapaz de alcançar a amplitude merecível.

Motivo pelo qual vislumbramos a importância desta pesquisa para a Ciência da Informação que tem se preocupado com questões referentes às funções de controle e tratamento da informação, mas que podem parecer inacessíveis em sua forma plena no contexto das BP sem a presença deste profissional.

No ramo de investigação das políticas de informação segundo a descrição apresentada pela linha de pesquisa Ética, Gestão e Políticas de Informação do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação em sua *home page*: inclui estudos sobre: ética e informação, inclusão social, gestão do conhecimento, gestão de unidade, de

serviços e produtos de informação, políticas de informação: cultural, científica e tecnológica. (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2010, grifo nosso). Dois termos sublinhados desta descrição apresentam-se contemplados neste trabalho.

A inclusão social tratada como inclusão dos bibliotecários nas políticas nacionais de criação e revitalização de BP é o fator central da pesquisa, de modo que se este profissional estiver incluído, a inclusão dos usuários nestas instituições poderá ser ampliada. Nessas condições acreditamos que a inclusão do primeiro proporcionaria a inclusão do segundo.

O segundo descritor são as políticas de informação: cultural, na conjuntura atual do governo federal brasileiro as bibliotecas públicas estão subordinadas ao SNBP da FBN que por sua vez pertencem ao Ministério da Cultura. Esta afirmação esclarece que no Brasil as principais políticas direcionadas às BP são implementadas por este ministério que as entende como centro de disseminação do conhecimento, das artes e da cultura.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO

Para compreender o significado de uma política pública de informação faz-se necessário recorrermos a uma fundamentação conceitual mais genérica concernente às políticas públicas. Dessa forma, segundo Guareschi (2004, p. 180) pode-se definir política pública como:

O conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

As políticas públicas são planejadas pelo governo, intervêm no meio social através de planos, programas, e projetos que, após implementados são avaliados.

Dependendo da aceitação do segmento contemplado ainda correm o risco de serem reestruturados na agenda dos governos, para serem novamente implementados, constituindo dessa forma um ciclo de políticas públicas (Figura 1).



Figura 1 – Ciclo das Políticas públicas
Fonte: (ANDRADE, 2008, p. 19).

As políticas públicas enquanto compromisso público que visa contemplar determinada demanda constitui campos de investigação das mais diversas áreas, por exemplo, as Políticas públicas Sociais em Habitação, Políticas públicas em Saúde, Políticas públicas Indigenistas etc. Um perfil dinâmico está presente desde o momento em que as políticas estão sendo geradas e sua natureza pública envolve as mais diferentes formas de relações entre os seus atores. “Uma política pública é concebida, formulada e implementada a partir de atores sociais diversos que se relacionam e se influenciam mutuamente em um ambiente de conflitos e consensos” (JARDIM; SILVA; NARRELUGA, 2009, p. 17).

Quanto à abrangência de uma política pública, esta pode ser caracterizada pelos limites de sua inserção num dado contexto geográfico ou institucional. Neste sentido uma política pública pode ser entendida como uma micropolítica ou macropolítica. Em relação a estas duas características Simões e Lima (1998) esclarecem que a macropolítica trata de grandes agregados e estatísticas, em que se situam os governos, a micropolítica, por sua vez, trata da relação do poder em espaços mais restritos. No

nosso entendimento a política nacional para a criação e revitalização de BP assume o papel de uma macropolítica, pois dentro do sistema administrativo da República Federativa do Brasil é a instância federal que idealiza os programas e que providencia os recursos financeiros para o funcionamento. É o nível mais elevado do governo brasileiro e suas ações se refletem em todo o território nacional. Porém, a operacionalização deste programa é de responsabilidade dos governos municipais, portanto das micropolíticas. Trata-se de contextos políticos geográficos no interior dos estados, dotados de realidades sociais, políticas e financeiras limitadas com a função de gerenciar dentro dos limites da sua municipalidade as políticas.

Na área da Ciência da Informação recebem o nome de “Políticas públicas de Informação” e podem ser definidas como:

[...] o campo de todos os direitos públicos, regulações e políticas que fomentam ou não, ou regulamentam a criação, uso, armazenamento, e comunicação da informação e que no caso da emergência da política de informação pública, esta surge do maquinismo de governo, suas formulações, implementações e avaliações, podendo estar em estado de ser acompanhada [...] (ROWLANDS, 1996, p.14).

Outras características importantes sobre políticas públicas de informação são reveladas por Jardim(2004), o mesmo enfatiza que políticas públicas de informação são

- conjunto de premissas decisões e ações
- produzidas pelo estado com a participação de diversos agentes sociais
- inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social.
- aspectos administrativos, legais, científicos, culturais, tecnológicos
- produção, uso e preservação da informação de natureza pública ou privada de interesse público. (JARDIM, 2004).

Outra possibilidade de apresentar uma política pública de informação é inseri-la por meio da teoria do Regime de Informação. Esta abordagem pode ser definida como

qualquer sistema estável ou rede em que os fluxos informacionais transitam por determinados canais de produtores especializados, via estruturas organizacionais para consumidores ou usuários específicos (FROHMANN, 1995). Ainda para o mesmo autor,

[...] descrever um regime de informação significa catalogar [mapear] o polêmico processo que resulta da tentativa da inquieta estabilização dos conflitos entre os grupos sociais, interesses, discursos, com os equitativos artefatos científicos e tecnológicos. (FROHMANN, 1995, p, 5).

Na perspectiva de González de Gomez o conceito de regime de informação seria definido como:

um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um “regime de informação” constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2002, p. 34).

A utilização da análise de uma política pública de informação por meio da perspectiva do regime de informação possibilita uma compreensão mais precisa em face a todos os atores e ações que venham a se realizar dentro de determinada política. Um regime de informação diz respeito a uma configuração contextual existente em determinada atividade informacional. Trata-se em específico de um composto de direcionamentos formais que regem esta atividade, seus limites, seus atores, seus produtos. Analisar determinado regime de informação, tendo em vista que cada organização ou atividade de seres individuais ou coletivos se constitui como um novo regime de informação trazendo à lume o argumento de que cada movimento na intenção de determinada atividade informacional se configura em um regime próprio.

É uma idéia que nos remete a identificar como a informação é processada num dado regime, e também como os diferentes atores sociais envolvidos no funcionamento dessa estrutura interagem para propor esta informação e principalmente para que ela cumpra a sua missão, refletindo inclusive sobre os frutos gerados pelo impacto que a disseminação dessa informação ou serviço gerará em determinado meio.

Etimologicamente a palavra *regime* também traz reflexões sobre a sua interação, se relacionada a ramo da informação. Segundo Lima et al. (2009, p. 4) origina-se de *regime*, “um sistema de regras e normas menos rígidas que um sistema legal, mas que também serve para agrupar partes”. Para Houaiss e Villar (2004, p. 2416) a palavra *regime* dentre as várias possibilidades pode ser definida como “modo de conduzir a vida, a existência, de exercer uma atividade ou um conjunto delas”. Se relacionarmos a essência semântica da palavra *regime* no âmbito informacional, teremos a idéia de que um regime de informação versa sobre o modo de ser da informação em alguma estrutura.

As políticas públicas, e por sua vez as políticas públicas de informação, necessitam ter caráter explícito e normalizador, e na maioria das vezes instituídas por meio de documentos constitutivos, possibilitando compreender por meio da transparência, os limites das ações pretendidas pelo proponente público. Trata-se de uma característica fundamental do estado democrático de direito e que caminha junto com um dos principais princípios da administração pública a publicidade.

Um pensamento reverso a uma política explícita seria uma política implícita ou tácita. Uma intenção ou até mesmo ação que não foi instituída de forma democrática, e que também não ganha a devida publicidade perante os seus principais atores. Esta não seria uma possibilidade confiável de desenvolver ações, pois nesta seara a falta de explicitação e de transparência impede que determinados atores consigam interagir com plenitude, pois não estão cientes dos limites para a sua execução, Por outro lado, a política tácita ou implícita pode modificar-se instantaneamente a depender de quem esteja gerenciando o processo dentro do maquinismo público.

Sobre o caráter de explicitação ou implicitação de uma política, Silva (2009) faz as seguintes considerações:

As políticas explícitas são equivalentes as políticas públicas, que dispõem de rigor jurídico, validação legal, orçamentos, programas, instituições executoras e reguladoras e que atingem a ação coletiva dos sujeitos, dos órgãos e instituições nos âmbitos das macro e micro-políticas. As políticas implícitas podem ser entendidas como aquelas que não têm todo esse aparato para tornar-se pública, no entanto, são efetivadas através das ações de alguns sujeitos que seguem normas próprias ou ditadas pelas circunstâncias, e por seu caráter opaco, não atingem o reconhecimento da ação coletiva dos sujeitos que se beneficiam dessas ações. Essas políticas equivalem às políticas setoriais e corporativas e são facilmente identificadas no âmbito de micro-políticas. (SILVA, 2009, p.49)

Em contraposição aos que defendem que uma política pública só se constitui como tal, no momento em que o poder público explicita as ações, Azevedo (2003, p.1) afirma que não podemos tomar apenas como política pública o que faz o governo, mas também “[...] tudo o que o governo faz ou deixa de fazer com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Para Jardim (2008, p.5), “Algumas políticas são mais explícitas ou latentes ou tomam a forma de uma ‘não-decisão’. Por isso o estudo de políticas deve deter-se, também, no exame de ‘não-decisões’”. Isto faz sentido, uma vez que a idéia de se eximir de alguma responsabilidade ou de não se posicionar diante de determinada problemática por parte de um poder constituído também pode causar sérias consequências no meio social.

Para fins operacionais o conceito de política pública de informação utilizado neste trabalho se apoiará nos conceitos de Jardim *apud* Silva (2009, p.50), e também de Azevedo (2003, p.1) no momento em que corroboram a idéia de que uma Política Pública de Informação emana de intenções e ações produzidas pelo poder público e tem seus limites postos de forma explícita por meio de instrumentos legais; também se tornam evidentes perante a expectativa popular, isto é, quando o poder público não corresponde com ações a determinada demanda, são as omissões ou a intenção não concretizada.

Desta forma estarão sendo contempladas as duas variantes de políticas (a explícita e a tácita) que cercam o fenômeno da inclusão profissional dos bibliotecários. Exatamente quando percebemos a existência de programas de criação de Bibliotecas e a Lei 4.084/62, que em caráter explícito definem as posições desejáveis para inclusão da classe. Por outro lado, também as omissões de municípios que, mesmo possuindo BP, se eximem da responsabilidade de forma consciente ou não a dar espaço a este profissional configurando uma falta de ação. Ou seja, uma ausência de posicionamento tomado por um poder constituído. Assim, conclui-se como política pública de informação, neste trabalho, as intenções e ações do poder executivo regidas por instrumentos legais e explícitos, bem assim a falta de ação também do executivo em relação a questões do âmbito informacional.

2.3 BIBLIOTECA PÚBLICA: EVOLUÇÃO CONCEITUAL

Esta seção tem por objetivo situar a compreensão conceitual, e retratar historicamente os limites, funções e a importância que as bibliotecas públicas representam para a sociedade. Entende-se neste trabalho e de forma indissociável que a informação alimenta as bibliotecas que por sua vez refletem em seus acervos o desenvolvimento intelectual da humanidade. Trata-se de um organismo que deve estar sempre em crescimento beneficiando todos aqueles que desfrutem dos seus serviços.

Dentro dessa compreensão informacional pode-se dizer que desde os tempos remotos têm-se conhecimento de que a informação registrada enquanto elemento norteador tem acompanhado o homem em seu desenvolvimento. No momento em que a tradição oral se une à palavra escrita para o registro da vida, o homem enxerga um valor substancial nos suportes de informação. Séculos se passaram e encontraríamos na Idade Média ocidental (séculos V a XV d.C) toda uma produção intelectual custodiada pelo poder eclesiástico. Tudo isto se deu em virtude do poder desordenador que possui a informação. Em seu livro *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*; o professor Luiz Milanese (1989) reflete sobre a propriedade transformadora que possui a informação oferecida pelos serviços de BP de romper com paradigmas e

tabus dominantes em uma sociedade. Segundo ele, as informações ordenadas e disponíveis em Bibliotecas Públicas poderiam levar os indivíduos a um estágio de reflexão contraditório perante determinadas questões possibilitando-os reverem, pensarem e reavaliarem uma ordem existente. Este mesmo autor, no livro *O que é biblioteca* (MILANESI, 1983) por meio de uma frase cômica escreve de forma invertida um ditado popular que ilustra de forma criativa esta situação: *Quem semeia livros colhe tempestade*. Isto no nosso entendimento justifica o surgimento tardio das BP.

Foi durante a revolução industrial na Inglaterra no final do século XIX, que surgiram as bibliotecas públicas. Em plena ascensão da produção em larga escala o homem de perfil industrial promoveu a mudança do conceito de uma biblioteca museu evidentemente mais voltada para a conservação para um modelo de biblioteca voltado a serviços (LEMOS, et al, 2007). No Brasil, a primeira biblioteca pública surgiu na cidade de Salvador Bahia em 1811. Segundo Gallucci (2008), o imperador Dom João completara 44 anos e em sua homenagem resolveram construir uma biblioteca pública. Suaíden (2000) revela que a iniciativa foi encaminhada formalmente no dia 5 de fevereiro de 1811 quando Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhou um projeto ao governador da capitania da Bahia, solicitando a aprovação da biblioteca.

Esse documento, que historicamente é o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro, mostrava grande preocupação com a área de educação. O Plano foi aprovado, e a biblioteca inaugurada no colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811. Posteriormente todas as providências para a fundação de bibliotecas partiram sempre de iniciativas governamentais, (SUAIDEN, 2000, p.52).

Ainda descrevendo as características da primeira biblioteca pública do Brasil. Segundo Gallucci (2008) a instituição referida também teria sido a primeira da América Latina. Este mesmo autor ainda menciona peculiaridades interessantes a esta descrição, a primeira biblioteca teria sido construída

pelo dinheiro angariado por uma loteria criada exclusivamente para este fim, a Livraria Pública da Bahia foi inaugurada em Salvador a 4 de agosto de 1811. No começo tinha apenas seis funcionários e

modesto acervo, mas esbanjava qualidade. Atraía pesquisadores europeus e até o imperador Pedro II. Em pouco mais de 50 anos, ardeu em chamas duas vezes: a primeira, em 1912, reduziu o acervo a 300 livros; a segunda, em 1961. Depois de reformada, foi rebatizada como Biblioteca Pública do Estado da Bahia, hoje um dos principais pontos de cultura do Estado. Um público de 12 mil pessoas desfruta mensalmente de seus livros, sejam infantis, do século 16 ou em braile. Uma das preciosidades é um curioso dicionário inglês/francês de 2,5 centímetros de altura por 2 de largura. (GALLUCCI, 2008).

Na realidade depois do surgimento e estabilização das BP várias evoluções conceituais se sucederam, ora pelos diferentes momentos que atravessava o mundo ou pela própria necessidade que possui o ser humano de superação. Segundo a Fundação Biblioteca Nacional destacam-se como marcos que determinaram as mudanças conceituais das BP os seguintes fatos:

- revolução industrial: o conceito inicial era vinculado à classe trabalhadora e às funções educativas e moralizantes;
- crise econômica dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial: a imagem da biblioteca pública incorpora o conceito de atuar como instrumento para a paz e a democracia e identifica-se com a classe média e a população estudantil, cada vez mais numerosas;
- publicação pela UNESCO, em 1949, da 1ª versão do Manifesto da Biblioteca Pública: destacando sua função em relação ao ensino e caracterizando-a como centro de educação popular;
- década de 50: início de questionamentos crescentes por parte da classe bibliotecária, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobre o papel da biblioteca pública e sua permanente identificação com os valores da classe média e a cultura de elite;
- décadas de 60 e 70: os movimentos culturais contestatórios desencadeiam novos questionamentos sobre o papel da biblioteca pública. Procurara-se uma nova função – voltada para as classes mais desfavorecidas da sociedade – de caráter mais social;
- publicação pela UNESCO em 1972, da 2ª versão do Manifesto da Biblioteca Pública: sintetizando como suas funções a educação, cultura, lazer e informação;
- década de 80: informação e comunicação são vinculadas ao desenvolvimento das sociedades. Inicia-se o uso generalizado dos computadores e das novas tecnologias de comunicação

nas bibliotecas, desencadeando o aparecimento das redes de bibliotecas, o que se refere em suas funções e conceito;

- década de 90: Sociedade da Informação/Conhecimento, a revolução digital afeta o trabalho e a vida cotidiana. Necessidade dos indivíduos e das sociedades de adaptarem-se às rápidas e crescentes mudanças;
- publicação pela UNESCO em 1994, da 3ª versão do Manifesto da Biblioteca Pública: seu texto enfatiza o compromisso da biblioteca pública com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 19).

Todos os fatos citados têm um significado na evolução das BP. Alguns deles são trazidos à lume pela via dos estudos e deduções contextuais. Contudo os fatos que em nosso entendimento nos revelam substancialmente o retrato da evolução destas instituições e que serão discutidos nesta seção são as três versões do Manifesto da Biblioteca Pública elaborados pela UNESCO, organização criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com ações voltadas para o desenvolvimento da educação, ciência e cultura.

A UNESCO é uma instituição bastante respeitada no mundo e suas publicações e ações têm orientado mudanças políticas e sociais nos segmentos que contempla. No tocante às BP, a publicação dos manifestos serviu e serve de orientação na criação e condução destas bibliotecas ao redor do mundo. Na primeira versão do manifesto, em 1949, destaca-se a função educacional de uma BP. Esta visão se dá provavelmente pelo fato da inexistência de bibliotecas escolares à época e durante muitos anos, inclusive nos dias atuais a BP ainda é vista como uma biblioteca escolar. Na atualidade, não é mais compatível com a conjuntura política do Brasil. As políticas direcionadas ao setor em questão ficaram, desde 1937 com a criação do INL, sob a responsabilidade do Ministério da Educação. Devido a esta situação é possível imaginar por que durante tantos anos associa-se a biblioteca pública com biblioteca escolar. São instituições que se assemelham na missão de oferecer serviços de informação, mas a diferença aparece quando nos questionamos sobre o público que deve ser atendido, com quais objetivos e quais publicações devem custodiar seus acervos.

As bibliotecas públicas existem para servir à sociedade, pessoas de todos os credos, raças, orientação política, religião, língua, status social e inclusive pessoas que não mais estão em fase escolar. Têm um potencial muito mais abrangente dentro de uma comunidade, pois representa um equipamento democrático ao alcance de todos. É diferente de uma biblioteca escolar, sediada dentro de uma instituição onde só quem tem acesso é a comunidade escolar formada por estudantes, professores e funcionários. E que em muitos momentos por razões diversas como feriados e férias coletivas no mês de janeiro, encontra-se fechada. Difere da biblioteca pública cujas portas devem estar sempre abertas e em localização que facilite o acesso à população aos seus serviços. Todas as pessoas de todas as idades deveriam utilizar seus serviços. E com este entendimento o Governo Federal Brasileiro passou o gerenciamento das políticas das BP para o Ministério da Cultura e as bibliotecas escolares continuam sobre a tutela do Ministério da Educação.

Esta importante dissociação ganha força, e as escolas do Brasil podem vislumbrar um futuro no qual todas elas possam ter uma biblioteca escolar em virtude da aprovação da lei 12.244/2010 aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 24 de maio. Esta lei universalizará bibliotecas escolares em todos os estabelecimentos de ensino básico do país até 2020.

Em relação às BP também existem políticas nacionais com o objetivo de zerar o número de municípios brasileiros sem bibliotecas, mas nessas políticas serão discutidas em detalhes na seção dos programas de incentivo e criação de bibliotecas públicas e a participação bibliotecária no Brasil. Ambas as iniciativas são ações que merecem o devido acompanhamento, pois têm o potencial de oportunizar um grande número de profissionais bibliotecários e outros profissionais ligados à educação e à indústria do livro.

Em 1972, retornando às evoluções descritas pelos Manifestos da UNESCO, a segunda versão foi responsável pela inclusão das funções culturais e de lazer nas BP além da função educacional. A biblioteca passara a ser vista como uma instituição capaz

de promover ação cultural e a disseminação da maior cultura registrada, o conhecimento humano em várias facetas de sua manifestação.

No ano de 1994 foi publicado o último Manifesto para a Biblioteca Pública o qual continua em vigência até o presente momento. Este documento trouxe a inserção do paradigma tecnológico como contribuição para a inclusão na Sociedade da Informação pelos indivíduos por meio das tecnologias de informação e comunicação.

Todos estes manifestos se constituem enquanto mudanças necessárias para adaptar as BP a um pensamento coletivo e evolutivo, ao qual a instituição não poderia abster-se tendo em vista que se propõe a oferecer serviços que viabilizem a disseminação da informação e da cultura de forma democrática. Contudo, no nosso entendimento, estas mudanças promoveram a biblioteca pública e não deixaram que a mesma fosse desgastada conceitualmente.

A reflexão sobre estes acontecimentos é de que a BP, sempre terá um lugar significativo na sociedade. Mesmo que daqui a séculos sua nomenclatura já não exista e que os seus suportes de informação também sejam mudados, o fundamento democrático e seu compromisso social estão vivos, ofertando informação para a compreensão do mundo atual ou de um futuro distante.

Na próxima seção será discutida a história de operacionalização de programas de incentivo às bibliotecas públicas bem como a inclusão dos profissionais bibliotecários nestas iniciativas no Brasil.

2.4 PROGRAMAS DE INCENTIVO E CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO BRASIL

A trajetória da classe dos profissionais bibliotecários no Brasil dentro dos programas de criação e incentivo às BP sempre esteve ligada à iniciativas e articulações

do Governo Federal brasileiro pois é dele que emanam as principais ações na tentativa de universalizar no país o equipamento cultural biblioteca. Os programas, durante toda a história, foram e ainda são financiadas pelo Governo Federal, mas por se tratar de uma macro política, a implementação torna-se de responsabilidade dos gestores municipais.

A primeira iniciativa no Brasil no sentido de aumentar o número de municípios com Bibliotecas Públicas partiu do Instituto Nacional do Livro (INL) criado em 1937, por meio do Decreto de Lei nº 93, de 21 de dezembro do mesmo ano, por iniciativa do Ministro da Educação Gustavo Capanema no governo Vargas com a finalidade de:

Organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, editar obras de interesse para a cultura nacional, criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar melhorar e baratear a edição de livros no país. (OLIVEIRA, 1994, p.3 *apud* ROSA; ODDONE, 2006, p.186).

Durante a primeira fase de estruturação e consolidação do INL as suas ações eram mais voltadas para a organização da cadeia produtiva do livro no país. O apoio às Bibliotecas Públicas já existia, o INL era solicitado de forma verbal ou por escrito para auxílio a Bibliotecas já existentes, mas ainda não funcionava qualquer iniciativa formal com objetivos e metas visando maior agilidade na distribuição deste equipamento. Em publicação oficial, o INL, ao historiar sua própria existência reitera que

Em 1956, foi iniciado o sistema de convênios com as Prefeituras Municipais, no intuito de incentivar a criação de bibliotecas públicas nos municípios brasileiros, passando o INL a conceder tratamento prioritário às bibliotecas públicas municipais convenientes, prestando-lhes assistência bibliográfica e técnica. (BRASIL, 1978, p.9).

Outra ação nesse sentido só ocorre quando em 1961, o Decreto de Lei nº 51.223, de 22 de agosto, o Ministério da Educação já denominado Ministério da Educação e Cultura cria o Serviço Nacional de Bibliotecas, tendo por finalidades:

- a) Incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográfico entre as bibliotecas do País;
- b) estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente, de sistemas regionais de bibliotecas;
- c) colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas;
- d) promover uma rede de informações bibliográficas que servisse a todo o território nacional. (SUAIDEN, 1979, p.10-11).

Percebe-se diante das duas realidades expostas na citação anterior que a partir do ano de 1961 O INL e o MEC dentro do mesmo Ministério passaram a exercer funções idênticas no tocante à política de bibliotecas. Essa duplicidade de ações durará até 1968 quando o Serviço Nacional de Bibliotecas foi incorporado ao INL por meio do Decreto nº 62.239, de 8 de fevereiro de 1968 que passou a coordenar a política nacional de bibliotecas. Segundo Suaiden (1980) tal fato se deu por não ter aquele atingido seus objetivos.

Dessa forma o INL passa a coordenar de forma integral todos os assuntos referentes à biblioteca pública no Brasil. Um dos dois maiores feitos do INL foi a criação de convênios com prefeituras municipais para a criação e manutenção de bibliotecas públicas e em 1977, a criação do primeiro Sistema Nacional de Bibliotecas que beneficiou muitos estados brasileiros através do Programa de Bibliotecas. Os convênios eram:

[...] firmados com as prefeituras municipais e Secretarias Estaduais de Educação e Cultura. É importante salientar que, na impossibilidade de haver uma legislação específica obrigando a criação e manutenção de bibliotecas públicas, por não ter essa medida amparo constitucional, cabe ao instituto exigir contrapartida através destes convênios. Assim diversas melhorias verificadas nas bibliotecas públicas, como exigência de empréstimo domiciliar, contratação de Bibliotecários para bibliotecas públicas estaduais, inclusão de verba específica para aquisição de material bibliográfico nos orçamentos municipais e estaduais foram conseguidas graças a esses convênios. (SUAIDEN, 1980, p.42).

O principal objetivo do Programa de Bibliotecas era a criação das mesmas pelo Brasil, mas a inclusão do profissional bibliotecário na abertura destes novos espaços

ficava condicionada às Bibliotecas Públicas Estaduais que representavam o INL, coordenando a política na unidade federativa, oferecendo treinamento e assistência aos seus respectivos municípios. As prefeituras poderiam optar por três tipos de convênios com o INL, eram eles: Convênio Biblioteca Pública; Convênio de Sala de Leitura tipo A e convênio de Sala de Leitura tipo B. No quadro abaixo adaptamos os requisitos básicos para o firmamento de cada tipo de convênio segundo Suaiden (1980, p.42).

Tipos de Convênio	Condições Básicas	Condições Específicas
Biblioteca Pública Municipal	PREFEITURA - Instalação efetivada - Acervo mínimo: 150 volumes. INL - Mobiliário adequado. - Um funcionário (ou mais). - Criação por lei municipal. - Aberta à comunidade. - Doações anuais. - Assistência técnica - Cursos de treinamento	- Local apropriado. - Verba Orçamentária: mínimo de 8 salários referência. - Doação média anual do INL 450 volumes.
Sala de Leitura tipo A		- Localização: ponto estratégico da cidade. - Verba orçamentária: mínimo de 10 salários referência. - Doação média anual do INL: 350 volumes.
Sala de Leitura tipo B		- Localização: ponto estratégico da cidade. - Verba orçamentária: não há exigência. - Doação média anual do INL: 250 volumes.

Quadro 1 - Requisitos para celebração de convênio com o INL

Fonte: (SUAIDEN, 1980, p. 43).

Todas as condições exigidas pelo programa de Bibliotecas Públicas durante a década de 70 estariam completas não fosse a ausência da criação do cargo de bibliotecário nos municípios e o seu coerente provimento no quadro de pessoal. O esquecimento do mesmo perante as exigências do programa apresentava contradição com a Lei também federal de número 4.084 de 1962 que regula o exercício da sua

profissão dando-lhe totais direitos de atuação nestes espaços. (BRASIL, 2008a). É importante destacar que o próprio INL, nunca teve como dirigente máximo um Bibliotecário.

Em seu livro “A palavra e o silêncio” fruto da dissertação de mestrado em Biblioteconomia na Universidade Federal da Paraíba, onde analisa as relações entre as BP e o estado, Araújo (2002), aponta que a responsabilidade dessa história recai não apenas no poder executivo, mas na própria comunidade bibliotecária que não participou politicamente com o intuito de incentivar o governo a gerar ações que viessem a beneficiar a profissão.

Exíguos também são os registros de esforços dos Bibliotecários, no sentido de exigirem do Estado uma política para as bibliotecas públicas. Esta categoria profissional acredita, espera, e até deseja sinceramente que a situação mude, mas não consegue se comprometer politicamente com a questão. Vale salientar que, somente a partir de 1967, uma bibliotecária passa a dirigir um dos setores do I.N.L; sendo que em toda a sua existência, esta instituição nunca teve um profissional bibliotecário em sua direção. (ARAÚJO, 2002, p.67).

No ano de 1985 por meio do decreto 91.114/1985. O presidente José Sarney cria o MINC (BRASIL, 2010a). Antes da criação deste ministério todas as políticas referentes às bibliotecas públicas e mobilizações para a promoção da leitura estavam sobre a responsabilidade do INL que enfraquecido e com seus 55 anos de existência chegaria ao fim. Em 1992, durante o governo do presidente Fernando Collor, através do decreto presidencial nº 520 de 13 de maio de 1992, é instituído o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), vinculado hierarquicamente ao MINC e à FBN tendo como objetivos, segundo o artigo 2º:

I - incentivar a implantação de serviços Bibliotecários em todo o território nacional;

II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;

III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;

IV - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;

V - incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;

VI - proporcionar, obedecida à legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;

VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;

VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;

IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas. (BRASIL, 2008b).

O SNBP apresenta a seguinte estrutura organizacional segundo Cavalcanti (2008, p.3):



Figura 2 - Estrutura Organizacional do SNBP.

Fonte: (CAVALCANTI, 2008, p.2)

Foram 55 anos de atividade do INL vinculadas ao MEC. Todo ste tempo consolidou uma associação do equipamento BP à área da educação e do seu respectivo

ministério. A este respeito em artigo recente sobre as políticas públicas destinadas ao setor Machado (2010) argumenta:

A sociedade em geral costuma relacionar as bibliotecas públicas à área de Educação. No entanto, elas estão inseridas institucionalmente na área de Cultura. Portanto, são as políticas culturais que, por meio de sua administração pública e do conjunto de leis e regulamentações, buscam caminhos para o fortalecimento dessas bibliotecas e o estabelecimento de ações de longo alcance, com caráter permanente. Acreditamos que a relação estabelecida entre a biblioteca pública e a área da Educação se dá no Brasil por três motivos: primeiro, pelo forte caráter educacional que biblioteca desempenha principalmente em decorrência do que consideramos ser o segundo motivo; a carência de bibliotecas escolares no país⁴; e, terceiro, pelo fato da cultura ser a base de toda a sociedade e suas ações terem por princípio a transversalidade e a multiplicidade. Nesse sentido, pensar a cultura e políticas públicas culturais é reconhecer a complexidade que envolve vários elementos, esferas, níveis e atores [...]. (MACHADO, 2010, p.97).

Esta argumentação nos leva a refletir sobre a relatividade operacional de uma política pública. É possível encontrarmos autores como Machado (2010), que operacionalizam em sua análise as ações do governo em prol das bibliotecas públicas enquanto políticas públicas culturais, pelo fato de estarem vinculadas ao MINC na estrutura do Governo Federal. Concordamos com esta argumentação, contudo, reiteramos e entendemos que a mesma se configura enquanto uma política pública cultural de informação por se tratar de ações explícitas que “fomentam, regulamentam a criação, uso, armazenamento, e comunicação da informação” (ROWLANS, 1996, p.14) por meio do equipamento BP, o que de maneira genérica consideramos uma política de informação.

Retomando a discussão histórica, durante o período de instabilidade econômica na primeira metade da década de 1990, não foi possível dar continuidade aos trabalhos de implantação de novas bibliotecas no Brasil. As políticas de informação para BP, só voltariam a tomar fôlego durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) quando foi desenvolvido o programa *Uma biblioteca em cada município*, cujo objetivo era “implantar bibliotecas públicas em municípios que não as possuem e - em casos muito especiais - revitalizar Bibliotecas Públicas agonizantes”. (UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO, 2008). A retomada de ações de apoio às

Bibliotecas públicas neste período pode ser, coincidentemente, entendida como uma consequência do lançamento da terceira publicação do Manifesto da UNESCO em prol destas entidades no ano de 1994. Trata-se de um marco importante e notório para as BP, pois ações desta natureza foram estimuladas no mundo e o Brasil, enquanto país que sempre pretendeu alcançar prestígio e notoriedade perante a ONU, inclusive ter cadeira fixa na composição do conselho de segurança, um dos mais decisivos, não poderia se eximir de atender a um documento com estas proposições.

Para a coordenação desse programa, foi criada em 1999, a Secretaria Nacional do Livro e Leitura responsável pelas partes de celebração dos convênios com os municípios e implantação Bibliotecas. Já o SNBP, com a criação da secretaria continuava a funcionar com as funções de prestar apoio técnico ao programa com a seleção de obras literárias e atualização do cadastramento e registro de todas as bibliotecas públicas do país. Através do convênio os municípios contemplados receberam acervo de livros, enciclopédias, como também estantes de aço para sua acomodação. Além disso, os municípios já estariam automaticamente inscritos no programa de informatização de bibliotecas do Fundo de Universalização das Telecomunicações, pois uma das prerrogativas mais importantes da terceira versão do manifesto para as BP era concernente à modernização tecnológica e à localização estratégica central, próxima das comunidades, portando o potencial de possibilitar à internet aos cidadãos ajudando-os a promover a Sociedade da Informação no Brasil. O programa tratava de:

Uma colaboração entre o programa "Sociedade da Informação" (sediado no Ministério da Ciência e Tecnologia), o Ministério das Telecomunicações, o Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST), a Comunidade Solidária, o Ministério da Cultura e a Biblioteca Nacional. O objetivo deste novo programa será dotar as bibliotecas de computadores plenamente equipados, conectados à Internet - que servirão tanto para uso dos servidores quanto dos usuários da biblioteca. Prevê-se também o treinamento de ambos os tipos de usuários. (UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO, 2008)

No programa citado a exigência de contratação de um profissional bibliotecário foi colocada em evidência pela primeira vez. Os gestores do programa enfatizaram a existência da Lei nº 4.084, de 1962, que regulamenta a profissão e reserva ao bibliotecário o seu espaço de trabalho. Por esta razão orientou os prefeitos sobre essa realidade. Contudo, se não fosse possível a contratação do mesmo os municípios deveriam recorrer ao Sistema Estadual de Bibliotecas, representativo das Bibliotecas Públicas nos seus respectivos estados. Porém esse entendimento não significaria que todos os municípios teriam como requisito para a implantação de uma BP a imediata contratação de um bibliotecário, pois as cláusulas do convênio para a celebração do programa não obrigavam os gestores municipais a contratarem-no.

Em 2003, no primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorre uma reformulação na estrutura organizacional do MINC desativando a Secretaria Nacional do Livro e Leitura. A responsabilidade integral pelas BP passaria novamente ao SNBP, que continuaria a coordenar o novo programa federal para as BP. Foi lançado em 2004 e chamava-se programa Fome de Livros cuja meta era:

Implantar bibliotecas públicas em municípios brasileiros que não dispõem dessas instalações, possibilitando o acesso da população à informação e ao conhecimento e o seu enriquecimento intelectual, zerando o número de municípios sem biblioteca pública, apoiando e dinamizando as já existentes, fazendo com que funcionem como centros geradores de cultura. (BRASIL, 2008c).

Observa-se que no processo de transição, entre os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva deu-se continuidade a proposta de zerar o número de municípios brasileiros sem BP. Contudo o segundo tomou como opção mudar o nome do antigo programa que ideologicamente poderia remeter a uma ação executada pelo governo anterior. Trata-se de uma mesma política nacional, mas com denominações diferentes.

Ainda no ano de 2003, reuniram-se na Bolívia vários Chefes de Estado e ministros de vários segmentos com o objetivo de discutir as comemorações em 2005 do ano Íbero-Americano da Leitura, onde foram discutidas várias ações para melhorar o

acesso à leitura nos países da Íbero-América. O ano Íbero-Americano da leitura esforçou-se para não permanecer apenas na esfera das comemorações. Empenhou-se para que a leitura se transformasse em:

[...] tema prioritário nas políticas públicas e no imaginário social da região ibero-americana. Assim divulgará iniciativas governamentais, privadas e do terceiro setor em favor da leitura e como tema fundamental para o desenvolvimento. Para isso a Organização dos Estados Íbero-Americanos (OEI), o Cerlac e a Unesco estão estimulando a integração dos Planos Nacionais do Livro e Leitura dos países da área. Governos, escritores, entidades do livro, educadores e bibliotecas, escolas, universidades, fundações que promovem a leitura, a indústria do livro e aqueles que desenvolvem programas e projetos de leitura. (MARQUES NETO, 2008, p.24).

Percebe-se que o ano Íbero-Americano da leitura extrapolou a esfera de uma mera comemoração e alcançou um patamar de atenção dos governantes, com propostas capazes de envolver diversos setores ligados com a promoção da Leitura. Nos países de língua hispânica as comemorações citadas receberam o nome de *Ilímita*, no Brasil em especial de *Viva Leitura* que se configurou como a mais intensa mobilização já promovida em prol da leitura no país segundo o professor da USP José Castilho Marques Neto (2006, p.19).

Tantos movimentos desde seminários, reuniões, palestras e eventos dos mais variados segmentos que vinham sendo realizados desde 2003, culminaram em 2006 com a mudança do programa de *Fome de Livros* para Programa Livro Aberto ainda gerenciado pelo SNBP da Biblioteca Nacional. Segundo a coordenadora do SNBP a Bibliotecária Ilce Cavalcanti, os mais de 530 municípios contemplados desde o programa fome de livros receberam:

- 2000 títulos de livros;
- 1 computador com software de catalogação e empréstimo;
- 1 impressora;
- 1 *no break*;
- 1 TV 29”;
- 1 Circulador de ar;
- 1 Aparelho de vídeo cassete;
- 1 Aparelho de DVD;

- 6 Mesas para leitor com 4 cadeiras cada;
- 1 Mesa de trabalho com cadeira giratória;
- 5 Estantes com 5 prateleiras;
- 3 Estantes com 3 prateleiras;

Observa-se que os municípios participantes do programa foram dotados de uma infra-estrutura de fato reconhecível. A inclusão do profissional bibliotecário foi recomendada pelo SNBP por meio das cláusulas do contrato de comodato para adesão ao programa. As mesmas orientavam os gestores municipais, a:

Envidar esforços para que a Biblioteca disponha de profissional inscrito no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia, em conformidade com as Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962, 7.504, de 02 de julho de 1986 e 9.674, de 25 de junho de 1998 e Decreto nº 56.725/65, de 16 de agosto de 1965. Caso isto não seja possível, comunicar o fato à Coordenação Estadual de Bibliotecas de seu Estado (CAVALCANTI, 2008, p.9).

Em 2006 foi realizado o lançamento do Plano Nacional do Livro e da Leitura que se configura como:

um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade. A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do brasileiro. (BRASIL, 2008d).

São muitas as atividades do PNLL e para melhor organizá-las a coordenação do plano dividiu-as em quatro eixos de ação conforme o Quadro 2. Trata-se do maior e mais atual plano para a implementação de políticas públicas no tocante ao livro, leitura e bibliotecas. Engloba os principais atores desde a cadeia produtiva do livro até a sua disseminação e utilização.

Sem dúvida, não podemos deixar de reconhecer o forte cunho participativo pelo qual o processo foi permeado: foram realizadas inúmeras reuniões regionais e nacionais para discussão e formulação dessa nova política nacional para o livro e a leitura, além das constituições dos representantes e conselhos regionais. Nunca no país tinha ocorrido um processo semelhante. A proposta foi de reunir governo (federal, estadual e municipal), universidades, professores, bibliotecários, escritores, ONGs e empresas privadas que tivessem

envolvimento com o assunto. Para tanto se constituiu a Câmara Setorial do Livro e da Leitura (CSLL) com representantes destes diversos setores. (MACHADO, p10)

O Programa Livro Aberto está englobado no eixo 1, que discute questões relacionadas ao fortalecimento da rede atual de Bibliotecas Públicas e também a criação de novas unidades. As articulações decorrentes do plano atingem todos os setores do governo que lidam com a leitura.

1	2	3	4
Democratização do Acesso	Fomento à Leitura e formação	Valorização da Leitura e Comunicação	Apoio à Economia do Livro
1.1 Implantação de novas bibliotecas 1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas 1.3 Conquista de novos espaços de leitura 1.4 Distribuição de livros gratuitos 1.5 Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da cultura letrada 1.6 Incorporação e uso de novas tecnologias	2.1 Ações dos Estados e Municípios 2.2 Projetos sociais de leitura 2.3 Estudos e apoio à pesquisa acadêmica nas áreas do livro e leitura 2.4 Sistemas de Informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial 2.5 Prêmios e reconhecimento às ações de estímulo e fomento às práticas sociais de leitura. 2.6 Formação de mediadores de leitura.	3.1 Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura 3.2 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado 3.3 Estímulo a publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura	4.1 Apoio à cadeia produtiva do livro 4.2 Apoio à distribuição, circulação e consumo de bens da cultura letrada 4.3 Apoio à cadeia criativa do livro 4.4 Maior presença dos produtos da cultura letrada brasileira no Exterior

Quadro 2 – Eixos de Ação do PNLL

Fonte: (BRASIL, 2008d)

O ano de 2007 precisamente em outubro por meio do Decreto Federal nº 6.226 o Presidente da República institui um novo programa vinculado ao MinC denominado: **Programa Mais Cultura**. Este empreendimento encontra-se em atividade e sua atuação abrange as seguintes ações:

Art. 2º O **Programa Mais Cultura** compreenderá ações voltadas:

- I - à democratização do acesso a bens e serviços culturais;
- II - ao fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos sócio-culturais de incorporação de populações excluídas e vulneráveis;
- III - ao fortalecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida de populações tradicionais;
- IV - à disseminação de valores democráticos, republicanos e solidários, de justiça social, da cultura e da paz;
- V - à promoção dos direitos culturais assegurados pela Constituição, respeitando as questões de gênero, étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual e de diversidade cultural;
- VI - à qualificação do ambiente social e cultural das cidades e do meio rural;
- VII - à valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;
- VIII - à incorporação de jovens ao mundo do trabalho cultural;
- IX - à capacitação e valorização de trabalhadores da cultura;
- X - ao desenvolvimento da habilidade e do gosto pela leitura e pela escrita;
- XI - à promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão cultural; e
- XII - ao fomento à criação de estruturas locais e assessorias técnicas para empreendimento, planejamento e gestão de micro, pequenos e médios negócios na área cultural. (BRASIL, 2010b).

O **Programa Mais Cultura** tem uma atuação ampla e interage com vários setores da esfera cultural por meio de três dimensões: Cultura e Cidadania, Cultura e Cidades e Cultura e Economia. Este programa também possui ações para a melhoria das BP brasileiras estando incluídas na dimensão Cultura e Cidadania, sobre o entendimento de que é necessário garantir o acesso dos brasileiros aos equipamentos, serviços e bens culturais. O empreendimento possui a missão de ajudar a zerar o número de municípios sem BP o que pode ser constatado acessando-se o vídeo: http://www.youtube.com/watch?v=Qj7O_PaRqMs. Trata-se de uma campanha do MinC através na mídia para estimular a população a participar do processo de erradicação de municípios sem BP. O vídeo solicita aos brasileiros, que indiquem municípios que não possuem o equipamento enviando mensagem para o programa. O surgimento das ações do **Programa Mais Cultura** se restringem a ações de criação e melhoria de BP. O SNBP não foi excluído do cenário das BP continua atuando, com implantação, modernização, cadastro e treinamento do pessoal das BPM do país. Em 2008, o

Programa Mais Cultura lançou o Edital Mais Cultura de Apoio a Bibliotecas Públicas. Trata-se de uma concorrência em que os municípios enviam seus projetos para serem avaliados por uma comissão técnica. Os municípios selecionados recebem recursos para a melhoria de sua BP de acordo com a categoria apontada no edital e escolhida pelos municípios. As categorias são:

1.1 CATEGORIA I: APOIO A BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

Esta categoria tem por objetivo a melhoria e qualificação dos ambientes físico, social e cultural das bibliotecas públicas municipais existentes, de modo a beneficiá-las a partir de suas necessidades prioritárias[...] Para concorrer nesta categoria, a biblioteca não poderá, em hipótese alguma, estar localizada dentro de estabelecimento público de ensino ou em prédio inadequado. [...]

O projeto deve contemplar, no mínimo, 3 (três) dos itens abaixo:

1.1.1 Aquisição de acervo [...]

1.1.2 Formação de mediadores e agentes de leitura [...]

1.1.3 Capacitação em gestão de bibliotecas [...]

1.1.4 Programação sócio-cultural [...]

1.1.5 Aquisição de equipamentos, mobiliários e itens de ambiência [...]

1.1.6 Reforma do espaço físico [...]

1.2 CATEGORIA II – IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS DE BAIRROS, DISTRITAIS E/OU RURAIS.

[...]

1.3 CATEGORIA III – APOIO A BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS

Com vistas a promover a acessibilidade nas bibliotecas públicas brasileiras, esta categoria é destinada a bibliotecas públicas estaduais e municipais que tenham interesse em implantar ou ampliar serviços exclusivos para cegos e pessoas de baixa visão, pessoas com deficiência motora, entre outras com algum tipo de deficiência.

Os proponentes devem apresentar projetos que contemplem no mínimo 3 (três) dos itens abaixo:

1.3.1. Aquisição de Acervo: seleção e aquisição de livros e demais publicações em suportes de leitura acessíveis (livro em Braille, áudio-livro, livro digital, entre outros), sob os seguintes critérios:

- a) Deverão ser adquiridos no mínimo 300 (trezentos) títulos;
- b) A composição do acervo deverá respeitar a bibliodiversidade e considerar publicações literárias, de humanidades e ciências exatas, obras de referência (dicionários, enciclopédias, guias), periódicos, gibis, entre outros materiais de leitura;
- c) O acervo não poderá contemplar livros didáticos;
- d) As obras adquiridas em formato acessível devem ser adaptadas com melhor qualidade possível atendendo às necessidades das pessoas com deficiência.

1.3.2. Aquisição de equipamentos e mobiliário: instalação ou ampliação de estação de serviços exclusivos para pessoas cegas e de baixa visão e/ou com deficiência motora, entre outras deficiências, a partir da aquisição de equipamentos e mobiliário adequados [...]

1.3.3. Capacitação para biblioteca acessível: [...]

1.3.4. Reforma física: melhoria das instalações da biblioteca, no sentido de ampliar ou adaptar espaço físico e instalações para acessibilidade, a exemplo de rampas, adaptações de portas, banheiros, entre outros, conforme as normas

técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT(NBR 9050) [...]

1.3.5. Programação sócio-cultural: proposição e execução de atividades educativas e recreativas voltadas para a criação e fruição artística e cultural com ênfase no incentivo a leitura (saraus literários, rodas de leitura, contação de histórias, oficinas de produção de textual, entre outras atividades) e destinada a pessoas com deficiência [...] (BRASIL, 2010, p. 1,2,3,4).

O apoio financeiro previsto pelo MinC para os municípios selecionados conforme o Edital Mais Cultura de Apoio a Bibliotecas Públicas nº 03/2010 se dará conforme o quadro (3). Os municípios que enviaram projetos ainda não foram contemplados em decorrência da transição do governo federal. A expectativa é de que os recursos sejam repassados no decorrer de 2011.

Categoria	Nº médio de propostas selecionadas	Valor apoiado pelo MinC (R\$)	Contrapartida mínima do proponente (R\$)	Valor total mínimo do projeto (R\$)	Investimento do MinC por categoria (R\$)
I – Apoio a bibliotecas municipais	170	115.000,00	28.750,00	143.750,00	19.550.000,00
II – Implantação de bibliotecas de bairros e/ou distritos	100	85.000,00	21.250,00	106.250,00	8.500.000,00
III – Apoio a bibliotecas acessíveis	30	85.000,00	21.250,00	106.250,00	2.550.000,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS	300	-----	-----	-----	30.600.000,00

Quadro 3: Categorias e valores apoiados pelo MinC por meio do Edital Mais Cultura de apoio às BPM. (BRASIL, 2010. p.4)

A concorrência entre municípios brasileiros fez a equipe técnica do programa adotar critérios no edital para a seleção dos proponentes. Um dos critérios contempla a presença do profissional bibliotecário com pontuação elevada:

9.1.2. Institucionalidade e gestão da biblioteca pública (máximo de 25 Pontos):

- a) Possuir cadastro no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP (5 pontos);
- b) Possuir pelo menos 1 (um) profissional no corpo técnico da biblioteca com nível superior em Biblioteconomia (10 pontos);
- c) Ter criado a biblioteca pública municipal por lei (5 pontos);
- d) Participação do usuário na gestão da biblioteca, em especial na definição de seu acervo e de sua programação (5 pontos). (BRASIL, 2010, p.7-8, grifo nosso).

Cada projeto pode atingir a pontuação máxima de 100 pontos caso obedeça a todos os critérios. Possuir este profissional pode ser o diferencial para muitos municípios proponentes já que não são muitos Bibliotecários em atuação nas BPM. Este mecanismo pode servir de incentivo para que os municípios se interessem em possuir um Bibliotecário em seu quadro de pessoal. É um edital que requer projetos de qualidade, que exige conhecimentos especializados da área de Biblioteconomia tanto nos aspectos referentes a processamento técnico, quanto à gestão e planejamento em unidades de informação. Os municípios poderão receber do MinC auxílio nos valores máximos de 115.000,00 e 85.000,00 R\$. O reconhecimento da participação de um profissional bibliotecário neste empreendimento torna-se uma oportunidade para a inclusão da classe nessa política. A decisão de incluí-lo está concentrada na figura dos prefeitos municipais. O MinC no âmbito macro-político, disponibiliza os recursos e acompanha a sua aplicação, e os municípios no contexto micro-político os executam.

O Brasil passa a ter três instituições com ações voltadas às BP. O SNBP, a Secretaria de Articulação Institucional do MINC por meio da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura e também a Coordenação do PNLL. Zerar o número de municípios brasileiros sem BP seria um tema comum às três pastas. Dessa forma seriam três instituições no país com ações voltadas às BP. As mesmas atuam em sintonia, porquanto o planejamento de políticas voltadas ao setor das BP acontece por meio da interação entre estes órgãos. Todavia o foco deste estudo se concentra na inclusão de profissionais bibliotecários na política nacional de implantação de BP que por mais da metade da década passada foi coordenada pelo SNBP, este que em 2007 teve as atribuições compartilhadas com a DILL. Segundo dados fornecidos pela Coordenação Geral do SNBP o número de novas BP implantadas na Paraíba foram:

PROGRAMA LIVRO ABERTO E PROGRAMA MAIS CULTURA - MINC

RELAÇÃO DOS ESTADOS CONTEMPLADOS

UF	IMPLANTAÇÃO						TOTAL
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	
PB	0	44	-	23	48	15	130
PE	7	9	-	3	10	12	41
PI	9	38	-	57	79	6	189
PR	4	4	-	-	-	36	44
RJ	0	0	-	-	-	5	5
RN	3	15	-	8	28	16	70
RO	1	3	-	2	1	10	17
RR	0	6	-	2	5	-	13
RS	17	40	-	34	13	18	122
SC	18	32	-	4	-	13	67
SE	5	9	-	8	3	5	30
SP	6	0	-	-	15	51	72
TO	5	3	-	16	10	14	48
Total	127	403	0	300	376	450	1.656



Eixo 1. Democratização do acesso

Figura 3: Relação de estados contemplados. (Número de BPM implantadas na Paraíba). Fonte: (BRASIL,2010).

Foram 130 BPM implantadas ou ainda em vias de implantação no Estado com 223 municípios no prazo de seis anos, sanando uma lacuna. Entenda-se que antes destes programas o Estado possuía tal equipamento cultural. Alguns municípios possuíam BPM sobreviventes dos programas de implantação do INL e outras criadas com esforços dos próprios municípios. Um retrato da situação frágil em que esteve a Paraíba na primeira década do século XXI, porquanto mais da metade dos municípios paraibanos ainda necessitavam de BPM.

O ano de 2009 foi fundamental na trajetória das BP no país. O MinC encomendou à FGV o primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais. A pesquisa, realizada no período de 8 de setembro a 9 de novembro daquele ano, foi publicada em 2010. O censo teve o formato de estudo quantitativo e ouviu os 5.565 municípios brasileiros, sendo que em 4.905 destes a pesquisa foi feita *in loco* e nos 660 municípios restantes por contato telefônico. São objetivos do Censo:

Objetivo Geral:

- Realização de levantamento e mapeamento sobre as Condições de Funcionamento das Bibliotecas Públicas Municipais Brasileiras.

Objetivos Específicos:

- Levantar nas prefeituras, secretarias municipais de cultura ou educação a existência de bibliotecas públicas em seus municípios; e
- Vínculo da biblioteca;
- Perfil e qualificação do dirigente;
- Instalações e equipamentos;

- Acervo e seu estado;
- Dias e período de funcionamento;
- Fluxo de usuários;
- Número e qualificação dos funcionários;
- Serviços prestados aos usuários entre outras características.

(FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 4)

Sobre a existência de BPM a FGV consultou primeiro as secretarias de educação ou de cultura. Sobre o funcionamento e serviços foram ouvidos os dirigentes das mesmas e constatado que 8% dos municípios brasileiros não possuíam o equipamento ou foram fechadas enquanto 12% teriam recebido os kits estando em fase de implantação. O País teria 79 % dos seus municípios com BP correspondendo a 4.763 bibliotecas em 4.413 cidades. No Brasil e na região nordeste as BPM apresentaram as seguintes características.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS BPM	PERFIL DA BIBLIOTECA (POSITIVO)	PERFIL DA BIBLIOTECA (NEGATIVO)	PERFIL DOS DIRIGENTES
BRASIL	- 296 empréstimos ao mês de livros. - Os usuários freqüentam a biblioteca em média 1,9 vezes por semana. - A grande maioria (99%) funciona de segunda a sexta nos turnos manhã e tarde. - Possui 4,2 funcionários em média. -Têm 177 m² de área física em média.	- 91 % das bibliotecas não possuem serviços para pessoas com deficiência visual e 94% não oferecem serviços para pessoas com demais necessidades especiais. - A maioria (88%) não oferece atividade de extensão.	-84% mulheres. - 41,2 anos em média. -Instrução dos dirigentes entre ensino médio (40%) e superior (57%).
NORDESTE	- 118 empréstimos ao mês das peças do acervo. - Os usuários freqüentam a biblioteca em média 2,6 vezes por semana. - Possui 5,7 funcionários em média. - A grande maioria (99%) funciona de segunda a sexta nos turnos manhã e tarde. - Têm 160 m² quadrados de área física em média.	- 95% das BPM não possuem serviços pra pessoas com deficiência visual e 96% não oferecem serviços para pessoas com demais necessidades especiais. - A maioria 88% não oferece atividade de extensão.	- 82% mulheres. - 40,3 anos em média. - Instrução dos dirigentes entre ensino médio (49%) e superior (48%).

Quadro 3: Características e perfis das BPM no Brasil e na Região Nordeste. Fonte: Adaptado do Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 22 e 27).

O Ministério da Cultura ao interpretar os números do censo pontuou os seguintes resultados:

- Região Sul tem mais bibliotecas por 100 mil habitantes
- Capitais têm índices baixos de bibliotecas por 100 mil habitantes
- Maioria usa BPMs para pesquisa escolar
- Usuário visita biblioteca cerca de duas vezes por semana
- Origem do acervo da maioria das bibliotecas é doação
- Sudeste lidera média de empréstimos de livros
- Menos de 10% das BPMs oferecem serviço para pessoas com deficiência
- Apenas 24% das BPMs funcionam à noite e 1% aos domingos
- Quase metade das bibliotecas tem acesso à Internet
- Maioria das BPMs desenvolve programação cultural
- Dirigentes das BPMs são mulheres e têm nível superior. (BRASIL, 2010d).

O estudo mostrou que grande parte das BPM são usadas por estudantes para fins de realização de atividades escolares e seus acervos são ampliados por doações espontâneas da comunidade. Isso demonstra fragilidade do equipamento no país, pois enquanto o governo luta para zerar o número de municípios brasileiros sem BP. Neste sentido o MinC por meio da Portaria Ministerial nº117 de 2010, criou um mecanismo de retenção de recursos financeiros do ministério para municípios brasileiros que não possuam BP. No momento em que este objetivo for alcançado muito ainda terá que ser feito pela qualidade desses equipamentos. No citado documento o então ministro João Luiz Silva Ferreira resolve:

Art. 1º Estabelecer como condição às transferências voluntárias da União decorrentes de dotações orçamentárias do Ministério da Cultura a comprovação da existência e do pleno funcionamento de pelo menos uma biblioteca pública instalada no âmbito do ente federado beneficiário.

§ 1º A comprovação de que trata este artigo refere-se ao cumprimento da contrapartida mínima exigida do ente federado no ato de celebração de convênios ou outros mecanismos de repasse de recursos financeiros, de modo a garantir à população o acesso aos bens e serviços culturais.

§ 2º A referida comprovação poderá ser, a qualquer tempo, exigida do beneficiário ou realizada pelo próprio Ministério da Cultura por meio de fiscalização direta ou indireta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2010e)

A referida portaria se constitui enquanto uma política explícita, que fomentará a manutenção e a criação de mais BP. Um aspecto fundamental exigido pela portaria é que a biblioteca tenha condições mínimas de funcionamento para atender à população. A existência de BP no município deverá ser comprovada perante o MinC a qualquer momento por meio de fiscalizações. A portaria também vale para os estados que deverão comprovar e manter a excelência de suas Bibliotecas Públicas Estaduais caso contrário também estarão impossibilitados de celebrar convênios e parcerias com o MinC. Trata-se do nascimento de mais uma política em favor das BP e também dos profissionais bibliotecários. Espera-se que o efeito moralizador desta política traga melhores condições a estes equipamentos culturais com equipes qualificadas tendo em sua composição ao menos um Bacharel em Biblioteconomia.

2.5 PESQUISA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA PARAÍBA

Pode-se dizer que o apogeu da pesquisa em BP na Paraíba se deu durante a vigência do Mestrado em Biblioteconomia da UFPB com área de concentração em BP iniciada em 1977. Em 1980 foi defendida a primeira dissertação pelo professor José Emir Suaiden intitulada: Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas. O estudo debruçou-se em 22 BP estaduais e uma municipal. Em agosto do mesmo ano O Mestrado em Biblioteconomia da UFPB sob a coordenação da professora Júlia Van Damme, foi requisitado pelo INL, para elaborar de um programa a ser entregue à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba. Neste período o INL estava dedicado a criar e fortalecer os Subsistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas os quais iriam auxiliá-lo na missão de prestar melhor assistência aos municípios dos respectivos estados.

Estes órgãos, até os dias atuais estão ligados ao SNBP por meio das Bibliotecas Públicas Estaduais. Na Paraíba a coordenação do sistema está localizada na Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego na Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama

Batista no bairro de Tambauzinho. A mesma foi fundada em 1857 (SUAIDEN, 1980) e passou por outros prédios até se estabelecer na localização atual.

Em 1980, o Curso Mestrado em Biblioteconomia (CMB) foi responsável por elaborar uma política denominada: Programa de Melhoria das Bibliotecas Públicas do Estado da Paraíba. A elaboração deste programa contou com o auxílio de 16 pesquisadores (grande maioria alunos do CMB) que viajaram pelas microrregiões do estado, diagnosticando as BPM, conhecendo a realidade local para melhor elaborar a política a ser implementada pelos governos vigentes entre os anos de 1981/1983. Durante este período governaram a Paraíba Tarcísio de Miranda Burity de maio de 1979 a maio de 1982 e também Clóvis Bezerra Cavalcanti a começar no dia 15 de maio de 1982 até 15 de março de 1983. O programa citado de nível estadual estaria vinculado a uma política nacional, o **Programa Nacional de Bibliotecas** executado pelo INL por meio do seu Sistema Nacional de Bibliotecas, e teria na sua composição quatro projetos. Foram eles:

PROJETO	META
I. Formação e desenvolvimento das coleções	Seleção e aquisição de 888.576 títulos.
II. Processamento das coleções	Processamento de 1.023381 títulos.
III. Orientação e assistência aos usuários	1.530 treinandos.
IV. Serviço Itinerante de carros-biblioteca	Carros-biblioteca: 11

Quadro 4: Projetos elaborados na Paraíba pelos pesquisadores do CMB da década de 80. SIC. Fonte: (UNIVERSIDADE, 1980, p. 8).

Dos quatro projetos do programa, o de número III é o que está relacionado à política de inclusão de profissionais bibliotecários. Para a elaboração das ações deste projeto foram visitados 83 municípios, existentes a época, cujas BPM constaram como registradas no INL. Foi encontrado um quantitativo de 66 equipamentos em funcionamento e 17 sem funcionar. A pesquisa *in loco* identificou ainda que

As bibliotecas em funcionamento têm horário e serviços deficientes e insuficientes, e carecem de pessoal qualificado e/ou treinado para orientar e assistir os usuários. Os encarregados dessas bibliotecas, em sua grande maioria, possuem instrução apenas a nível de 1º grau e desconhecem os

serviços e funções de uma Biblioteca Pública. (UNIVERSIDADE, 1980, p.69-70)

Nas 66 bibliotecas em funcionamento foram encontrados 11 profissionais bibliotecários em atuação na Microrregião do Litoral Paraibano que observado em representação cartográfica de mesorregião² corresponderia à Mata Paraibana, exatamente onde encontra-se instalada a UFPB e seu Curso de Bacharelado em Biblioteconomia. Nas Microrregiões restantes não foram encontrados nenhum profissional bibliotecário regulamentado pela lei 4.084/62. Esta situação poderá ser apreciada no anexo (B) quadro digitalizado que explicita a situação em números dos municípios visitados.

O Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas foi um empreendimento que propiciou o conhecimento da realidade nacional e dos estados brasileiros. Alguns dados deste censo foram fundamentais para a condução deste estudo. A utilização do censo nessa pesquisa justifica-se pelo fato de ter sido um empreendimento político encomendada pelo MinC e os seus resultados desencadearão em muitas ações no âmbito das BPM. Os pesquisadores visitaram a maioria das do país BPM *in loco* o que torna os resultados mais confiáveis. Apresenta dados quantitativos sobre a realidade das BP da Paraíba. Segundo a FGV o Estado até 2009 possuía 60% = 133,8 municípios com o equipamento em funcionamento, 32% = 71,36 em implantação; 7% = 15,61 não possuíam BP e 1% = 2,23 em reabertura; dentro de um universo de 223 cidades. (ver figura 4).

Outra pesquisa realizada no âmbito da UFPB por Barbosa (2008) como trabalho de conclusão da graduação em Biblioteconomia. Nela o autor analisa a inclusão de profissionais bibliotecários nas BPM dos estados de Pernambuco e da Paraíba tomando como fonte de informação o Cadastro Nacional das Bibliotecas Públicas para um estudo quantitativo. Fora constatado àquela época que a Paraíba possuía o número de 14 profissionais bibliotecários atuando em oito municípios em sua maioria na região mais

² subdivisão dos [estados brasileiros](#) que congrega diversos [municípios](#) de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo [IBGE](#) e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. (PARANÁ, 2011).

próxima à capital. Os estudos envolvendo profissionais bibliotecários e BP têm inclinações para os modelos quantitativos que descrevem em números a situação em que se encontra o país e suas regiões. Este é o caso do censo da FGV. O presente estudo debruçou-se sobre o tema, porém sob um viés qualitativo. Viagens foram realizadas e pessoas envolvidas com a questão foram entrevistadas, identificando barreiras e oportunidades além da descrição numérica.

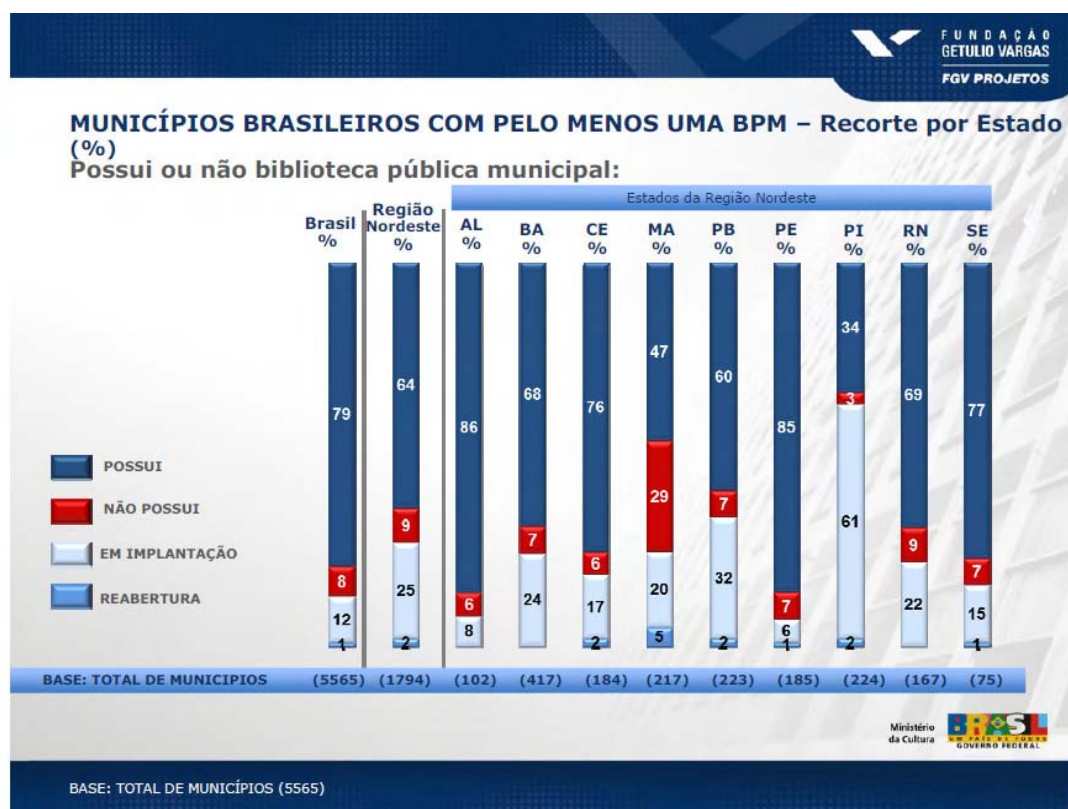


Figura 4: Municípios brasileiros com pelo menos uma BPM – Recorte por Estado.
Fonte: (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 17).

Passados 31 anos desde a primeira dissertação do extinto Curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB, a proposta agora é revisitar a temática viajando pelas Mesorregiões do Estado da Paraíba, com o intuito de compreender a maneira como os profissionais bibliotecários são incluídos pelas políticas públicas de informação / criação de BPM do SNBP e DLLL nos municípios. De acordo com os objetivos desse estudo, propõem-se os seguintes procedimentos metodológicos.

3 METODOLOGIA

3.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E DELIMITAÇÃO DO CAMPO

A política pública de criação e revitalização de BP implementada pelas ações do PLA e PMC é de abrangência nacional e por este motivo configura-se enquanto macropolítica. Todavia na realização desta pesquisa, foram centrados esforços no recorte estabelecido nos objetivos cujo cerne é a inclusão dos profissionais bibliotecários como consequência das ações do PLA e PMC no estado da Paraíba.

Esta pesquisa foi concebida sob a forma descritiva tipo estudo de caso por se tratar de um tipo de investigação que permitirá uma aproximação do fenômeno social da inclusão dos profissionais em questão. Segundo Gil (1999) o estudo de caso é utilizado com frequência pelos pesquisadores sociais e pode servir aos seguintes propósitos:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e
- c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (GIL, 1999, p.73)

Conforme os propósitos acima destacados, a reflexão sobre o problema da pesquisa aponta que esta tipologia de estudo está em harmonia com a proposta deste trabalho. Com relação à alínea a, a inclusão dos profissionais bibliotecários nas políticas nacionais possui fragilidades que conforme situações arroladas na base teórica deste trabalho não é uma situação nova no meio biblioteconômico. Contudo não se tem uma argumentação acadêmica que sedimente este acontecimento. Existem suposições pontuais em diferentes contextos geográficos e sociais.

A alínea b afirma-se pela necessidade de buscar compreensão sobre as interveniências e situações peculiares existentes neste contexto que contribuem para a exclusão / inclusão.

E, por último a alínea c que, igualmente pela proposta da pesquisa, busca o entendimento sobre o fenômeno da inclusão dos profissionais bibliotecários, mas não se propõe a entender intensidade e frequência com que este fato se consuma. A expectativa sobre esta questão é a compreensão aprofundada pela ótica de quem tem o poder de tomar estas decisões, os gestores municipais, e o entendimento que estes atores possuem acerca da situação dentro deste regime de informação, o que para esta pesquisa se configura como algo mais inquietante do que apenas verificar em que proporções o fenômeno acontece, mas também desvendar as amarras que impedem esta inclusão no nível local / municipal.

Melo (2009) ao analisar a literatura brasileira sobre políticas públicas identificou que uma das vertentes predominantes nesta área se configura enquanto pesquisa que

Têm como objeto o regime político, as instituições políticas ou o estado brasileiro, e o estudo de uma política específica, realizadas a partir de comparações ou estudo de caso como forma de se compreender uma problemática política e institucional. (MELO, 1999, p.67 grifo nosso).

A afirmação de Melo (2009) corrobora a identidade que obteve o cenário da pesquisa em políticas públicas no país e mostra a aceitabilidade desta pesquisa enquanto estudo de caso para a Ciência da Informação. Neste sentido, a fim de obter informações para compreensão do caso serão utilizadas as seguintes estratégias de coleta de dados.

3.2 COLETA DE DADOS

3.2.1 Dos critérios de escolha dos municípios

Para a realização da pesquisa foram estabelecidos os seguintes critérios intencionais para a escolha dos municípios:

- 1) O município deve possuir BPM em atividade;
- 2) A BPM deve ter sido criada por meio do PLA / PMC;

- 3) Foram escolhidos dois municípios mais populosos em cada mesorregião do Estado da Paraíba que se enquadrem nos critérios anteriores.

Para atender aos dois primeiros critérios contamos com informações provenientes de duas fontes. A Coordenação Geral do SNBP forneceu por mensagem eletrônica uma planilha contendo a relação dos municípios contemplados com implantação e modernização de BP no Estado. Em seguida, tivemos acesso a um documento do censo da FGV, contendo uma relação organizada por estados, com 420 municípios, que até 2009 não possuíam BPM (Anexo E). O primeiro documento, fornecido pelo SNBP estava atualizado até o segundo semestre de 2010. Os dois documentos nos permitiram construir um quadro com os 223 municípios paraibanos em ordem alfabética de municípios contendo seu *status* em relação à situação das BPM, se já existente, se modernizada, se implantada pelos PLA/PMC (Apêndice - A).

Com o auxílio desse quadro realizamos buscas no *Google* e visualizamos a localização geográfica de cada município dentro das Mesorregiões do Estado. Foi possível com este procedimento compor um mapa, demonstrando por meio de cores a forma como as bibliotecas foram implantadas no estado (ver Figura 5).

Segundo a FGV, em 2009 a Paraíba possuía 15 municípios sem BPM. O SNBP de posse da lista destes municípios fez o caminho inverso. Ao invés dos municípios procurarem o SNBP, este acionou os municípios para a implantação. Com esta atitude o SNBP conseguiu diminuir o déficit de 15 para dois municípios sem o equipamento. Segundo a coordenação executiva do SNBP em palestra no Salão Internacional do Livro, na cidade de João Pessoa, em novembro de 2010, afirmou que muitos municípios passam por problemas fiscais e jurídicos e não conseguem a emissão da documentação exigida em tempo hábil para a celebração do convênio. Ainda conforme os dados da FGV, a Paraíba possuía 72 municípios implantando BPM e 134 municípios com BPM.

O número de municípios com BPM em funcionamento não é consequência dos PLA e PMC. Muitas das BPM foram abertas por iniciativa do INL, pelo Programa Uma

Biblioteca em Cada Município e por esforços das prefeituras. Portanto 72 municípios receberam ou estão para receber seus *kits* e implantarem suas BPM (ver figura 3).

Quanto aos dados relacionados às BPM abertas por Estado, foram encontrados, pelos pesquisadores da FGV, 136 equipamentos em funcionamento. É importante salientar que o município de Santa Rita possui três BPM em funcionamento. Por este motivo é que o número de municípios com o equipamento não é igual ao número de BPM abertas. O número de 136 BPM abertas, na Paraíba, é constante na base de dados da FGV, e utilizado pelo SNBP, como fora citado anteriormente, justificando que em determinados momentos também usemos tal número neste trabalho.

Para atendimento do terceiro critério para seleção dos municípios mais populosos consultamos o censo demográfico de 2000 do IBGE. Foram escolhidos conforme este critério, os dois municípios mais populosos de cada Mesorregião, desde que atendidos os outros dois critérios, anteriormente citados.

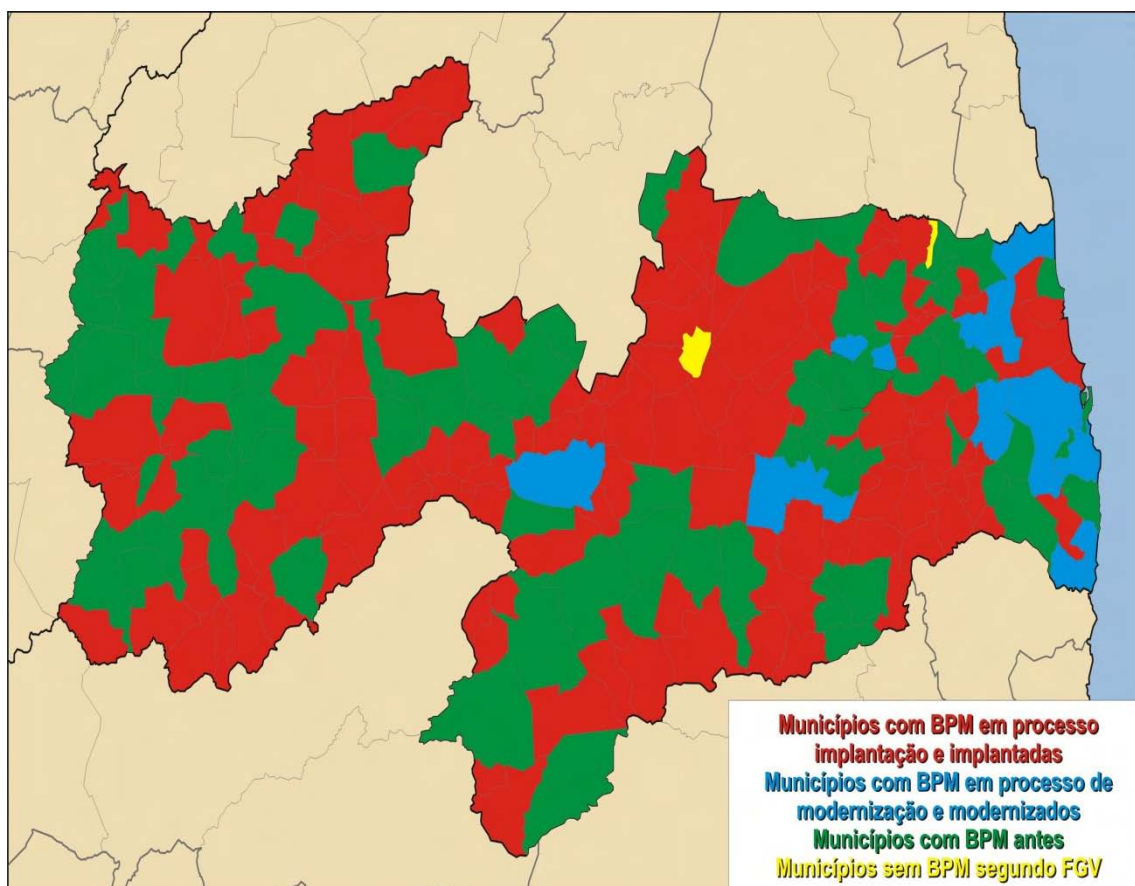


Figura 5: Mapeamento do processo de implantação e modernização de BPM na Paraíba. Fonte: Dados da Pesquisa.

Os procedimentos para a composição da figura (5) deram-se da seguinte forma: Pela interpretação da pesquisa da FGV de 2009 e com os dados atualizados do SNBP detectamos os últimos dois municípios sem BPM que foram Cubati na Mesorregião da Borborema e Logradouro no Agreste estes municípios estão destacados na cor amarela. De posse desta informação deduzimos que todos os outros municípios possuíam BPM ou estavam em processo de implantação. Em seguida foram coloridos de vermelho os 130 municípios contemplados pelas ações do PLA e PMC estivessem eles implantado a BPM ou em fase de implantação. A cor azul representa os 12 municípios que foram contemplados com a ação de modernização. Os municípios sinalizados por verde representam as 81 cidades que possuíam bibliotecas anteriores às ações do PLA e PMC.

Dessa forma entendendo que o Estado da Paraíba está dividido cartograficamente em quatro mesorregiões, segundo o Atlas (2002), sendo elas: Mata Paraibana; Agreste Paraibano; Borborema e Sertão Paraibano temos um quantitativo de oito municípios paraibanos contemplados, do litoral ao sertão, o que compõe a amostra deste trabalho. Ver figura 6.



Figura 6 – Mesorregiões geográficas da Paraíba.
Fonte: (ATLAS, 2002, p. 13)

3.2.2 Coleta dos dados

A técnica aplicada para a obtenção de dados referente à inclusão dos profissionais bibliotecários nos municípios paraibanos foi a entrevista não estruturada. Em termos gerais a entrevista é uma estratégia que possui consolidação dentro das ciências sociais a ponto de ser considerada por vários pesquisadores como a técnica por excelência da investigação social. Para Selltiz *apud* Gil (2006) a entrevista configura-se como uma técnica dotada de flexibilidade e pode ser utilizada nos mais diversos campos, podendo-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sócias foi alcançada devido ao seu mérito.

Enquanto técnica de coleta de dados a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, preferem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (SELLTIZ *apud* GIL, 2006. p).

A citação anterior representa sem dúvida o motivo preponderante que justifica a escolha da técnica. Por meio da entrevista será possível desvendar quais as causas que auxiliam e dificultam a inclusão de profissionais bibliotecários nos municípios paraibanos. Já fora dito que mesmo que a política nacional de criação de bibliotecas seja de âmbito federal, a implementação total fica sob a responsabilidade dos gestores municipais. Estes são representantes constituídos do poder executivo e somente a eles cabem a obrigação de executar as leis e de decidir sobre a inclusão de um profissional bibliotecário nos quadros de pessoal de seu município. Entrevistando estes prefeitos será possível entender o que eles pensam, sentem e o que pretendem fazer a respeito da inclusão de profissionais bibliotecários para gerenciar os estoques de informação disponíveis nas BP das suas cidades.

Quanto ao caráter não estruturado empregado nas entrevistas deu-se pelo fato de que esta modalidade de diálogo confere ao entrevistador uma flexibilidade de conversação e que possibilita um aprofundamento em face às questões trazidas. Segundo Richardson (1999):

A entrevista não estruturada [...] em vez de responder à pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversação guiada pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. A entrevista não estruturada procura saber que, como e por que algo ocorre [...]. (RICHARDSON, 1999, p.208).

O pretendido no projeto elaborado para o exame de qualificação foi de aplicar esta técnica aos prefeitos municipais e em caso de ausência, aos secretários cujas secretarias tenham sob sua responsabilidade a BP. Porém só conseguimos agendamento para as entrevistas com os respectivos secretários que em determinados municípios eram secretários de educação, de educação e cultura ou unicamente secretários de cultura. O que determina essa heterogeneidade de secretarias responsáveis pelas bibliotecas é a complexidade administrativa dos municípios. Relativamente em municípios menores a tendência era de encontrarmos um só secretário tratando de três assuntos numa única pasta: Educação, Cultura e Meio ambiente. Nos municípios maiores era possível encontrar uma secretaria exclusivamente dedicada às questões culturais e por consequência à BPM. A pesquisa foi iniciada no começo do mês de agosto de 2010. Esse período foi demarcado em todo o país pelo primeiro turno da campanha eleitoral. Ao entrarmos em contato com os quatro primeiros municípios não tivemos condições de agendar qualquer audiência com o(a) prefeito(a) a fim de realizar a entrevista. A justificativa sempre era de que os mesmos estavam viajando, ou ocupados com outros assuntos de interesse público e não julgavam importante participar da pesquisa. Os contatos eram feitos por meio de telefone com os secretários de gabinete na tentativa de agendar uma entrevista com o gestor maior do município. Às vezes a audiência era marcada, mas ao chegarmos no município contatado quem nos recebia era o secretário imediato. Por este motivo as entrevistas que estavam previstas para serem aplicadas aos prefeitos ficaram restritas nos oito municípios aos secretários. Um dos oito secretários no final da entrevista quando já estava desligado o gravador, nos alertou sobre a não possibilidade de acesso ao prefeito do seu município, o motivo foram as eleições 2010. Acreditamos que o motivo assumido por este secretário tenha

sido o mesmo motivo que levou a maioria dos prefeitos a não quererem participar da pesquisa por pensarem que talvez tivessem as questões do seu município expostas em algum meio de comunicação. Do que concernia à pesquisa alertamos todas as vezes aos secretários de gabinete que não se tratava de uma pesquisa de cunho político-partidário ou houvesse interesse de publicarmos naquele momento dados sobre o município. Ficou explícito que se tratava de uma entrevista acadêmica com metodologia aprovada em Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Entregamos inclusive um termo lido e esclarecido recomendado pelo CEP nos comprometendo a não revelarmos informações que pusessem em risco a imagem do município.

A operacionalização da entrevista foi controlada por meio de um guia esquemático (anexo C) que continha questões a respeito da inclusão de bibliotecários nos municípios. As perguntas foram formuladas de modo a obter respostas que pudessem subsidiar a análise de cada hipótese. Durante as entrevistas as questões foram aprofundadas e as experiências narradas pelos entrevistados foram gravadas em formato digital, transcritas e tratadas conforme as prerrogativas recomendadas por Bardin (2009), constituindo o *corpus* da pesquisa e possibilitando a inicialização da etapa seguinte referente à análise dos dados por meio da análise de conteúdo.

3.3 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS

3.3.1 A técnica da Análise de Conteúdo

Nesta fase optamos pela aplicação da técnica da análise de conteúdo proposta pela professora francesa Laurence Bardin (2009). Esta técnica, segundo reflexões de Richardson (1999), pode ter surgido antes da Idade Média, tempo em que existiam pessoas interessadas em interpretar escritos sagrados e políticos, embora sem rigor científico. No começo do século XX, foram identificados os primeiros trabalhos em que a análise de conteúdo alcançou um *status* científico, utilizando material jornalístico.

Destaca-se neste período o cientista americano Harold Laswell (1927) considerado precursor da análise de conteúdo com estudos sobre a propaganda na Primeira Guerra Mundial. Cabe salientar que naquela época as técnicas mais frequentes na aplicação da análise de conteúdo foram de caráter quantitativo. Em 1970, Bardin escreve a primeira edição do seu manual sobre análise de conteúdo. Anos se passaram e várias possibilidades de aplicações da técnica surgiram. A análise de conteúdo deixara de pertencer exclusivamente à seara quantitativa para incluir em seus limites de aplicação trabalhos de cunho qualitativo. Ao perceber esta evolução significativa Bardin (1970) em seu manual define-a da seguinte forma:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

[...] Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo. (BARDIN, 2009, p. 33-34).

A citação anterior expressa a amplitude de aplicação da técnica da análise de conteúdo. Contudo um verbo bastante significativo nesta fala é o verbo **decifrar**. Ele retrata uma das funções atuais da análise do discurso que é a de descobrir o que está subentendido em um texto, ou o que está por trás. Segundo Gomes (1994) pode-se destacar na atualidade duas funções para a técnica da análise de conteúdo:

Uma se refere à verificação de hipóteses e/ou questões. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir de princípios de pesquisa quantitativa ou da qualitativa. (GOMES, 1994, p.74).

Das duas funções acima apresentadas a primeira possibilitou a escolha desta técnica. Temos um problema de pesquisa referente à inclusão dos profissionais bibliotecários nos PLA/PMC constituem instrumentos das políticas nacionais de implantação e revitalização de BP, e também as hipóteses, que permeiam o problema, descritas na introdução deste trabalho. Estas mesmas hipóteses são fundamentais para o entendimento da questão em estudo. É chegado então o momento de discorrermos um pouco sobre as mesmas. Se estas hipóteses, como já fora dito, são fundamentais para compreendermos a problemática da inclusão de profissionais bibliotecários, de que forma elas surgiram? É oportuno justificar que as mesmas surgiram das experiências, das percepções e do conhecimento que a própria classe dispõe a esse respeito, incluindo o autor desta pesquisa. Deste modo as hipóteses foram forjadas no calor do *censo comum* que em nossa visão de pesquisador não é uma modalidade de conhecimento a ser descartada. O estatuto da ciência moderna encarregou-se de depreciar a pertinência dessa modalidade de conhecimento, mas para ampararmos essa afirmação trazemos à lume considerações do professor Boaventura de Sousa Santos com o qual pactuamos nessa discussão:

A ciência moderna construiu-se contra o *censo comum* que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o *censo comum* por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. É certo que o conhecimento do *censo comum* tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador, mas apesar de ser conservador tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. [...] O *censo comum* é prático e pragmático, reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. (SANTOS, 1988, p.25, grifo nosso)

Acreditamos, na importância do *censo comum* enquanto um conhecimento auxiliar ao conhecimento científico. Partimos do princípio de que o surgimento de um novo conhecimento científico possa advir de uma inquietação tendo por base a vivência de um pesquisador podendo este conhecimento ser submetido à prova e passar a ser tido como conhecimento científico. O fato é que muitas das especulações que rodeiam a

inclusão bibliotecária são tidas como óbvias e por esta razão acreditamos que os pares ainda não atentaram significativamente para a temática. Um dos aspectos deste trabalho é a possibilidade de construir um diálogo entre censo comum e conhecimento científico, transformando o que existe no mundo das percepções em conhecimento respaldado.

3.3.2 A organização da análise

A organização da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2009), está estruturada em três momentos. São eles: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nesta seção tratamos de fundamentar na perspectiva da autora a primeira fase, e paralelamente, descrevemos como esta foi concebida no âmbito desta pesquisa. As outras duas etapas serão detalhadas durante a aplicação e interpretação nos moldes planejados na primeira fase. Dessa forma elas estarão naturalmente presentes no momento da análise dos dados.

A **pré-análise** configura-se enquanto momento inicial da aplicação da técnica. As decisões tomadas nesta etapa são fundamentais para o desenvolvimento da análise o que faz com que a mesma seja encarada enquanto uma etapa de planejamento. A pré-análise deve ser realizada por meio das seguintes atividades:

a) A leitura flutuante:

“Consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN,2009, p.122). Trata-se de uma primeira leitura nos materiais com o objetivo de situar o pesquisador. Recebeu o título de leitura flutuante em analogia ao ofício de um psicanalista. É necessário esclarecer que na presente pesquisa as atividades de pré-análise foram realizadas aleatoriamente de acordo com a necessidade. A leitura flutuante foi concebida no instante em que todas as entrevistas estavam transcritas.

b) A escolha dos documentos:

É a etapa em que o pesquisador decide quais as fontes de informação utilizar para a constituição do seu *corpus* de análise. Apesar de utilizar o termo documento é importante salientar que as informações a serem analisadas advieram de entrevistas transcritas e transformadas em documentos impressos. Ao se referir à escolha dos documentos a serem pesquisados, Bardin (2009) extrapola os limites do conceito de documento físico. Para ela, documento tem possibilidade física, oral ou comunicacional de onde possam ser extraídos conteúdos de análise. Na interpretação de Franco (2007), o universo ou o gênero dos documentos a serem analisados dependerão dos objetivos da investigação e o alcance destes só será possível a partir da disponibilidade dos documentos. No nosso caso, a pesquisa foi realizada analisando-se a priori documentos de políticas públicas. Isso foi impossibilitado no primeiro momento, pois tivemos que trabalhar com os Canais Informais de Comunicação da Informação. Em termos de pesquisa, o entendimento dos limites destes canais é fundamental para se produzir e/ou disseminar conhecimentos, obter e manter intercâmbio de informações (ROSEMBERG,2000). Segundo alguns autores, os canais de comunicação da informação constituem-se enquanto

Formal. Se dá através de diversos meios de comunicação escrita, com destaque para livros, periódicos, obras de referência em geral, relatórios técnicos, revisões de literatura, bibliografias de bibliografias etc... [...]

Informal. Consiste na utilização de canais informais, em quem a transferência da informação ocorre através de contatos interpessoais e de quaisquer recursos destituídos de formalismo, como reuniões científicas, participação em associações profissionais e colégios invisíveis. É a comunicação direta pessoa a pessoa. (TARGINO, 2000, p.18-20, grifo nosso)

Ainda sobre os canais de informação Rosenberg (2000) aponta uma outra possibilidade de comunicação da informação que segundo a autora se dá por meio dos **Canais Semiformais** caracterizados pelo acesso à informação parcial tais como pré-

publicações, relatórios parciais, resumos de publicações, pesquisas em andamento etc. Todas estas considerações que fundamentam o conceito de Canais de Comunicação da Informação, foram postos para justificar que a modalidade que pôde ser acessada para a produção das informações contidas nessa dissertação foi o canal informal, uma vez que as informações que prentedíamos coletar só seria possível com a comunicação direta pessoa a pessoa como salientou Targino (2000).

Foram entrevistados oito secretários municipais. As viagens aos municípios começaram em agosto de 2010. Quatro municípios foram visitados entre agosto e setembro, com pausa de alguns dias para que pudéssemos transcrever as primeiras entrevistas gravadas em formato digital. No mês seguinte as viagens foram retomadas e os secretários dos quatro municípios restantes foram entrevistados. Com todas as entrevistas transcritas, compusemos uma documentação impressa apreciável. Estava formado a partir desse momento o *corpus* da análise. O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos processos analíticos (BARDIN, 2009, p.122). Os municípios escolhidos foram abordados obedecendo-se aos critérios intrínsecos à análise de conteúdo:

- Exaustividade

Esta regra consiste em orientar o pesquisador sobre a coerência de não permitir que as nuances que fazem parte de determinado fenômeno deixe de ser contemplada na pesquisa. “Nenhum elemento poderá ficar de fora por esta ou por aquela razão que não possa ser justificável no plano do rigor” (BARDIN, 2009), melhor dizendo do projeto. Um dos motivos citados pela autora é a possibilidade de muitas vezes ser impossível ter acesso às fontes fundamentais de informação, mas que o pesquisador deverá lutar até o último momento para conseguir. No nosso caso, o ideal seria que as entrevistas de coleta de dados fossem dirigidas aos prefeitos dos municípios visitados, mas por motivos já esclarecidos a pesquisa teve de ser aplicada aos secretários municipais. Contudo essa eventualidade não invalida a fidedignidade das informações fornecidas, no momento em que essa possibilidade já era prevista no projeto de pesquisa.

- Representatividade

A análise de conteúdo pode se dar por meio de uma amostra desde que o material a ser analisado forneça subsídios para a interpretação do pesquisador. Neste caso trazemos à discussão a consideração de Pires (1997), a respeito das amostras.

A amostra não se constitui por acaso, mas em função de características específicas que o investigador quer pesquisar. Diversas formas de amostra são possíveis: acidental, intencional, por quotas, típica de voluntários em cascata ou bola de neve [...] (PIRES, 1997, p72).

Trata-se então de uma amostragem de cunho teórico e não probabilístico. Trabalhamos com uma abordagem qualitativa em que o caminho para chegarmos à compreensão do fenômeno seguiu a interpretação das entrevistas prestadas pelos entrevistados. Em termos qualitativos, quanto maior for a quantidade de material ou o *corpus* a ser analisado mais fatigante pode ser a *performance* do pesquisador. Nesse sentido, a nossa amostra se apresenta na forma qualitativa do tipo intencional pelos motivos explicitados nos critérios de escolha dos municípios. Por essas razões acreditamos que os oito entrevistados são representativos tendo em vista que são autoridades na área da educação e da cultura e estão representando a autoridade máxima dos municípios.

- Homogeneidade:

A homogeneidade entre os documentos ou fontes escolhidas para a coleta de análise deve estar presente e bem assim atender aos critérios de escolhas dos mesmos. Deve-se também atentar que para se captar mensagem sobre um determinado tema, deverão todas as entrevistas ou questões se referir ao tema escolhido. “A utilização de técnicas semelhantes em situações, igualmente, semelhantes; e devem também ser realizadas por indivíduos similares” (FRANCO, 2007, p.55). A compreensão de Franco acerca dessa regra se harmoniza com os critérios de escolha dos municípios e dos entrevistados da pesquisa. Escolhemos intencionalmente municípios que tivessem determinadas características. Analisamos os 223 municípios da Paraíba eliminando os

que não se enquadravam nos critérios traçados.³ Todos os entrevistados pertenciam ao segundo escalão hierárquico municipal. Outra vantagem que ganha o pesquisador ao utilizar-se dessa regra é que as entrevistas compõem um *corpus* sobre a temática, possibilitando uma análise mais acurada e aprofundada.

c) A formulação das hipóteses

Uma hipótese é uma afirmação provisória que em pesquisa científica poderá ser confirmada ou refutada durante o processo de análise. Segundo Bardin,

levantar uma hipótese é interrogarmo-nos: <<será verdade que tal como é sugerido pela análise *a priori* do problema e do conhecimento que dele possuo ou como as minhas primeiras leituras me levaram a pensar, que?>> (BARDIN, 2009, p.124. Grifo nosso)

Neste caso, podemos considerá-las fundamentais para a condução deste trabalho, foi por meio delas que pudemos construir o projeto e posteriormente escolher como o tema seria abordado. As hipóteses foram o que nos trouxeram a inquietação inicial, faziam parte do mundo profissional e da vivência do pesquisador e, portanto, surgiram antes da elaboração do projeto inicial para essa dissertação. Depois de avaliarmos várias técnicas de análise de dados, percebemos que o problema de pesquisa poderia ser apreciado com propriedade pelas técnicas da análise de conteúdo. Dessa maneira poremos à prova as hipóteses já pontuadas na introdução deste trabalho nos utilizando da fala dos entrevistados.

d) Os indicadores

É a etapa em que se estabelecem as regras e as estratégias sobre as quais o *corpus* será explorado a fim de que este possa responder às questões da pesquisa. O nosso *corpus* de análise foi constituído pelas entrevistas realizadas com os Secretários de Educação e Cultura de oito municípios paraibanos distribuídos entre as mesorregiões

³ Ver seção 3.2.1 Dos critérios de escolha dos municípios

geográficas da Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. Para o tratamento destas entrevistas depois de transcritas na íntegra, foi utilizado o modelo temático-categorial de análise. Este modelo de análise de conteúdo implica em desmembrar o texto, e seccionar partes que correspondam às temáticas e às hipóteses pontuadas.

Se se considerarem os textos uma manifestação que contém índices que a análise vai fazer falar, o trabalho preparatório será o da escolha destes – em função das hipóteses caso elas estejam determinadas – e sua organização sistemática em indicadores (BARDIN, 2009, p126, grifo nosso)

As hipóteses foram levantadas *a priori*, derivaram temáticas e serviram para a formação de nossas categorias de análise. As categorias de análise são frutos desse processo, podendo estar concebido *a priori* ou no momento da análise. Criar uma categoria de análise é basicamente abrir classes, “as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão das características comuns destes elementos” (BARDIN, 2009).

O processo temático-categorial aqui empregado nasceu das hipóteses. Dessa maneira, se a hipótese diz que: Os salários oferecidos pelos municípios do interior seriam relativamente baixos (um salário mínimo) para atrair Bacharéis em Biblioteconomia tomamos como categoria o termo *Salário* formando a categoria de análise da respectiva hipótese. Assim temos hipóteses, categorias temáticas e as extrações das entrevistas que aqui serão tomadas como **unidades de contexto**. Nessa perspectiva estas unidades serão o recorte das entrevistas que darão suporte à avaliação das hipóteses. Segundo Franco (2007).

As Unidades de Contexto podem ser explicitadas via confecções de tabelas de caracterização (sempre acompanhadas de suas devidas análises); podem ser relatadas sob forma de Histórias de Vida, de depoimentos pessoais, de um conjunto de palavras, de um parágrafo ou mesmo de algumas sentenças. O importante é ressaltar que qualquer que seja a forma de explicitação, fique claro o contexto a partir do qual as informações foram, concretamente vivenciadas e transformadas em mensagens personalizadas, socialmente construídas e expressas via linguagem (oral, verbal ou simbólica) que permitam identificar o contexto específico de vivência, no bojo de qual foram

construídas inicialmente, e, com certeza, passíveis de transformações e reconstruções (FRANCO, 2007, p. 49, grifo nosso)

A análise seguirá o modelo descrito por Franco (2007), com adaptações, pois utilizaremos quadros no que se refere aos municípios e entrevistados, ou seja, no processo de análise como um todo. Evitaremos citar os nomes dos municípios, dos entrevistados, e as distinções de gênero para manter no anonimato a identidade dos pesquisados. Assim, todos citados serão secretários no masculino. Esta escolha não se dá por motivos culturais a que estão atreladas a discussão entre os gêneros na sociedade, mas simplesmente para resguardar ao máximo a identidade dos respondentes, uma vez que a condição fundamental para que tivéssemos acesso às informações foi a recomendação do CEP da UFPB.

A única descrição que não pudemos dispensar foi quanto às mesorregiões geográficas a que pertencem os municípios visitados, por se tratar de um aspecto importante a ser considerado quanto à inclusão de profissionais bibliotecários. Os municípios receberam uma numeração de 1 a 8, correspondendo ao quantitativo de cidades percorridas. Assim sendo, os dois primeiros municípios visitados receberam respectivamente a codificação 1 e 2, e são pertencentes à mesorregião geográfica da Mata Paraibana. O município de número 7 no espaço das respostas irá receber as numerações auxiliares [7.1] e [7.2]. O secretário não se sentiu seguro para responder sozinho aos questionamentos e convocou um de seus assessores para auxiliá-lo. Dessa maneira [7.1] corresponde às declarações do secretário e [7.2] do assessor. O itinerário da pesquisa obedeceu à lógica da interiorização do estado começando pela região da Mata Paraibana onde se situa a capital João Pessoa e avançando em direção às mesorregiões geográficas do Agreste Paraibano, Borborema e Sertão.

3.3.3 Analisando os conteúdos

Mesmo tendo levantado e pontuado as hipóteses *a priori*, consideramos a partir deste momento que a ordem de análise não corresponde à das questões que foram postas

aos entrevistados. Isso se justifica pelo fato de nos contatos, estarmos preocupados em criar uma atmosfera agradável aos entrevistados para que o processo de interação pudesse transcorrer sem barreiras. Em relação a isto podemos afirmar que os entrevistados foram espontâneos e cordiais. Foram questionados sobre como o PLA chegou ao município, entre outras questões que serão tratadas nessa análise. A primeira hipótese descreve que:

a) A profissão é desconhecida pelos gestores e população dos municípios;

A profissão não teria popularidade a ponto de ser conhecida pelos gestores e pela população dos municípios. Como seria possível contratar tal profissional se não se sabe da sua existência? Há também a possibilidade de pensar que pelo fato de um indivíduo trabalhar em uma biblioteca seria o suficiente para titulá-lo bibliotecário. Foram utilizadas as transcrições de todas as entrevistas com o objetivo de agrupar conteúdos para análise desta hipótese. Os municípios 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8 demonstraram o conhecimento da existência da profissão. A única entrevista em que pudemos ter a certeza de que o secretário não conhecia a profissão foi o número 3 na mesorregião do agreste, pela ênfase com que se referiu:

- Categoria: O Profissional bibliotecário.

Número	Mesorregiões e respostas
3	Agreste É, porque Bibliotecário é Agente Administrativo, Agente Administrativo é T40.

Quadro 5: Respostas à categoria profissional bibliotecário.

Se o secretário afirmou categoricamente que bibliotecário é agente administrativo, então ele estava considerando os servidores de nível médio como bibliotecários. Quando um gestor acredita possuir um bibliotecário, não existem mais motivos em seu pensamento para refletir sobre a inclusão deste profissional. As decisões tomadas com base neste pensamento acarretam prejuízos à classe bibliotecária.

Os agentes administrativos a que se refere o secretário são cidadãos e gozam do direito de ali estarem, na maioria das vezes investiram no cargo e foram providos por meio de concurso, porém não podem ser titulados de bibliotecários. São pessoas que não têm formação e habilitação sobre gestão de unidades de informação. O comportamento destas pessoas, por exemplo, amplia no imaginário da coletividade a falsa imagem de um bibliotecário. Não raro, enquanto bibliotecário, escutamos pessoas de outras áreas dizerem que não gostariam de ser bibliotecários para estar organizando livros. O perfil e a formação de um bibliotecário na atualidade são o de um profissional proativo, perspicaz, empreendedor que acaba com a prática do silêncio que permeia as bibliotecas. As bibliotecas precisam ser percebidas na sociedade, e não é com o silêncio que elas irão conseguir, principalmente em se tratando de BP. Esta é que precisa ser importante para uma comunidade, caso contrário ficará limitada a mais um lugar para a guarda de livros e pessoas em vias de aposentadoria. O bibliotecário é aquele que ao invés de não suportar quando pessoas visitam a biblioteca para revirarem suas estantes, seria aquele que instiga as mesmas para que elas voltem quantas vezes quiserem. Também é responsável pela elaboração de estratégias para que isto aconteça, pois se pessoas estão em demasia visitando o local e se apropriando do que lá existe é uma prova cabal de que o equipamento biblioteca está alcançando os objetivos. Esse argumento não é inflexível. Não queremos afirmar que se não existir bibliotecário os trabalhos estejam totalmente comprometidos. Isto seria desqualificar muitas das pessoas que lá estão. A questão que defendemos é que a inclusão destes profissionais é por exigência da lei federal promulgada em 4.084/62 a qual normaliza a seguinte exigência:

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Do Exercício da Profissão de Bibliotecário e das suas Atribuições

Art 1º A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação

das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.

Art 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas (BRASIL, 2008a. grifo nosso).

Fora entendido a época a importância dos profissionais bibliotecários nas BP que por terem a formação necessária poderiam melhorar a qualidade dos serviços prestados com propriedade.

Acreditamos que a Lei 4.084/62 com 49 anos de existência talvez tenha sido esquecida, ou talvez seja desconhecida dos gestores municipais. Essa seria uma das razões pelas quais não se têm o devido conhecimento da mesma e por consequência a ausência de profissionais bibliotecários nas BPM, considerando que a referida lei se constitui política explícita para a inclusão dos profissionais. A esse respeito questionamos os secretários se eles tinham conhecimento da Lei de inclusão do bibliotecário. Esclarecemos que no ato desta pergunta citamos o número da lei sem dizer do que se tratava, com o intuito de captar qualquer conhecimento dos mesmos. Foram externadas as seguintes declarações:

b) A lei 4.084/62 que regulamenta a profissão de Bacharel em Biblioteconomia enquanto política explícita, não possui grau de explicitação a ponto de ser conhecida pelos gestores municipais.

- Categoria: Legislação profissional

Número	Mesorregiões e respostas
1	Mata é aquela Lei que regulamenta a questão dos bibliotecários. Já, já li vagamente, não vou dizer a você que me aprofundei, mas tenho conhecimento.

• Categoria: Legislação profissional
(Continuação)

2	Mata Tomei conhecimento, mas como agora, oralmente. Nada que viesse oficializar. Se sabe que é uma lei relacionada ao profissional de biblioteca, foi editada em 1962, como você tá dizendo aí, se eu não me engano; mas não há a devida divulgação, nem orientação, nem no Ministério da Cultura nem no antigo MEC, que já era ligado à cultura antes do desmembramento. A gente sabe assim, como você, e os outros alunos que vieram aqui. Mas eu não tenho idéia do que seja; mas, de fato e de direito eu não tenho nada por escrito, e não tenho nada de orientação oficializada. Ai vem outra pergunta, mas a obrigação do administrador é conhecer as leis, mas também é obrigação do brasileiro conhecer a Constituição, que 95% não sabe o que é. Foi feita uma edição de bolso da Constituição, e muitos têm em casa, e nunca abriram, não sabem seus direitos; então, Lei neste País é criada de manhã, de tarde e de noite, e às vezes, na calada da noite, é assinada. E o que falta nesse país é a divulgação e, principalmente, o acompanhamento se a Lei está funcionando ou não. Como eu estou lhe dizendo, nunca recebi nada, tomei conhecimento oralmente como você está expondo, e outros que já estiveram aqui, e outros colegas seus, de Universidade, entendeu? Mas prá dizer que o Ministério da Cultura disse: Olha, a Lei é essa, essa”; infelizmente eu não tenho nenhum subsídio sobre isso.
3	Agreste Não. É a Lei que regulariza o salário dos Bibliotecários?
4	Agreste Não. Eu já ouvi falar lá na biblioteca, os meninos comentando, mas nunca tive a curiosidade de me aprofundar. Mas já vou anotar aqui e estudar, irei realmente ver o que essa lei diz. Irei colocar na minha agenda.
5	Borborema Não, eu desconheço essa Lei, ou esse artigo, e não sei do que se trata.
6	Borborema Não. Vamos dizer que eu não tenho conhecimento. Sei, entretanto, que o Curso de Biblioteconomia foi criado há muito tempo não é? Já tem umas décadas. A Legislação deve estar aí, embasada em relação ao profissional da área.
7	Sertão [7.1]: Não. [7.2]: Trata de que essa lei?!
8	Sertão Não, agora nesse momento eu não tenho conhecimento.

Quadro 6: Respostas à categoria legislação profissional.

Com exceção do município 1, todos os outros demonstraram desconhecimento a respeito da lei 4.084/62. No momento da entrevista foi perceptível o constrangimento de alguns secretários por não saberem o que responder. Destacamos a declaração do

secretário do município 2. O mesmo chegou até a suspeitar de que fosse alguma lei relacionada à profissão de bibliotecário devido ao contexto da entrevista. O mesmo traz à tona, uma afirmação preocupante. Seria mesmo obrigação de o administrador conhecer o sistema de leis que rege o poder executivo? Mas isso na prática tem pormenores. Foi citado o caso da publicação em edição de bolso da constituição do país, documento este que divulga os direitos fundamentais do cidadão. Muitas pessoas têm este documento em casa, afora as possibilidades do acesso por meio da internet. Nem toda essa facilidade foi capaz de fazer com que as pessoas se tornassem mais conscientes a respeito dos seus direitos fundamentais. Imaginemos se gestores municipais que na maioria das vezes têm mais preocupação com os aspectos político-partidários dos municípios saberão alguma legislação sobre BP e bibliotecário. Inferimos que seria mais cômodo aos gestores demonstrarem conhecimentos mais apropriados acerca da legislação eleitoral.

Outro ponto a ser considerado é a abundância de legislação brasileira. São muitas leis, sobre os mais variados assuntos. Leis que são editadas com o intuito de normalizar ou resolver problemas que, no entanto acabam gerando um segundo problema o qual nós denominamos de labirinto das leis. Somente os mais atentos e preparados não se perdem. A administração pública tem seus princípios, e a cada passo, depara-se com um novo caminho ou uma lei. Por exemplo, os municípios ao decidirem firmar convênio com a BN por meio do SNBP deveriam atentar a orientação prestada por esta instituição. Fora relatado por sete dos secretários que nunca receberam algum tipo de orientação escrita ou verbal para a inclusão do profissional bibliotecário e também sobre questões referentes ao funcionamento da BPM advindas do SNBP ou do SEBP. A partir do momento em que as prefeituras recebem os *kits* para a implantação das BPM a assistência fica por conta do SEBP que representa nos estados o SNBP que na sua instância cumpre a missão de zerar o número de municípios brasileiros sem BP. E nesse sentido recomenda aos prefeitos que reúnam esforços para contratar um profissional bibliotecário para o município. Só não cita a lei 4.084/62. Esta informação continua presente na página do SNBP conforme o *Print Screen* do seu site na figura 7.

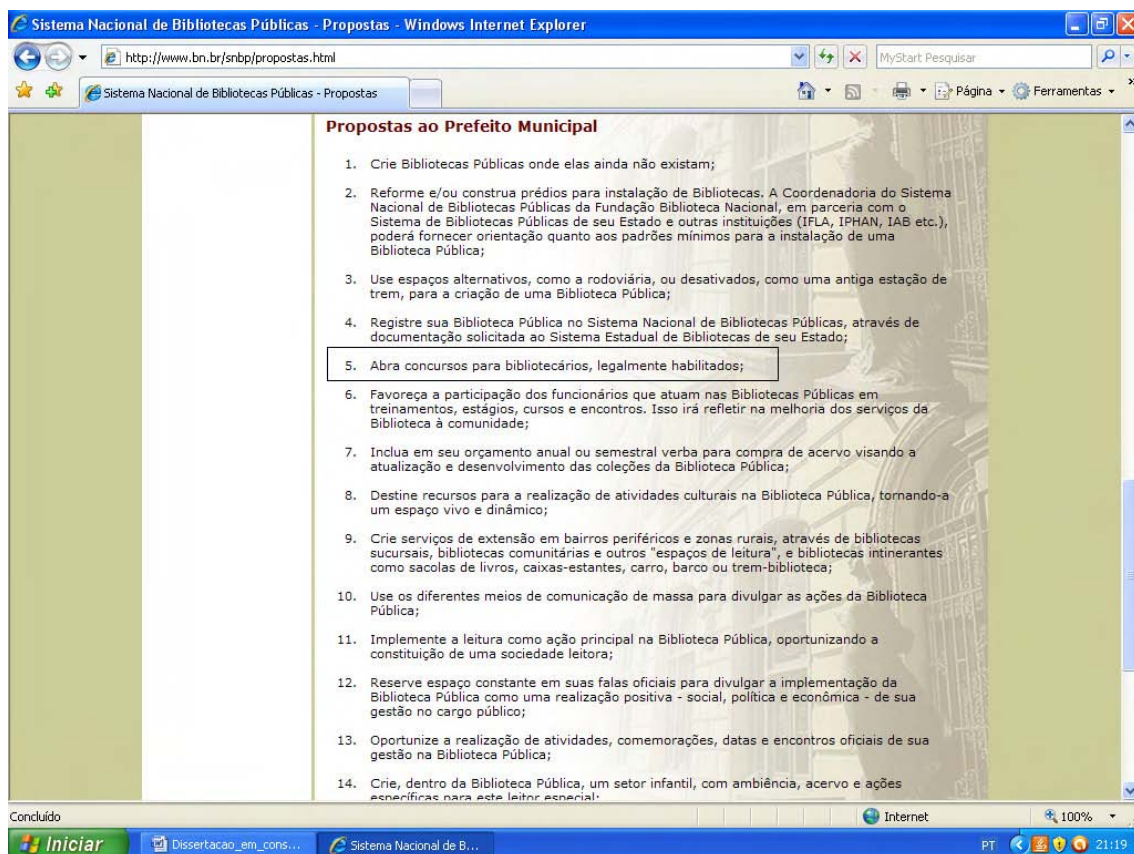


Figura 7: Recomendação do SNBP para que os municípios abram concursos para profissionais bibliotecários legalmente habilitados. Fonte: (BRASIL, 2011).

Porém quando as responsabilidades passam ao âmbito estadual a realidade paraibana é bastante deficiente. Foram detectados alguns aspectos acerca dos órgãos competentes os quais decidimos salientar, unicamente com o objetivo de trazer mais informações sobre a situação das BPM na Paraíba.

A equipe do SNBP não pode estar em todos os municípios simultaneamente. Ele está representado nos estados por meio dos Sistemas Estaduais. Na Paraíba, segundo alguns depoimentos não exerce influência alguma sobre a maioria das BPM. A maioria dos secretários desconhece a existência de algum órgão de apoio a Bibliotecas Públicas. Esta situação era esperada e para isso estimulamos os secretários a responderem sobre cursos de capacitação e sobre a intervenção deste órgão. Dos oito municípios visitados um teve acesso aos treinamentos oferecidos pela Coordenação do Sistema Estadual. Os demais municípios receberam os *kits* e ficavam sem orientação alguma na tarefa de implantar as BPM.

Com arrimo nos dados da FGV, 65% dos dirigentes das 136 BPM pesquisadas na Paraíba não receberam treinamento para atuar no equipamento. É um percentual alto, confirmado por depoimentos de alguns entrevistados se reportando a situação nos seguintes termos.

Município 6

[...] inclusive nós já tivemos diversos problemas porque foi implantado um sistema informatizado que deu muito problema inicialmente, dificuldades de operacionalização, a gente ligou inúmeras vezes para o Ministério. Não era fácil realmente tirar as dúvidas. A gente teve muito interesse de colocar uma pessoa a frente, da informática, que pudesse resolver os problemas e com muita dificuldade nós conseguimos, realmente, implantar e cadastrar os livros. Passamos talvez um ano para fazer isso.

Município 5

O que nós tivemos, o que eu presenciei, a instalação e implantação da biblioteca foi de um profissional da área de Educação que nos auxiliou e que já tinha conhecimento não específico na área, mas tinha um conhecimento mais a fundo do que o nosso e nos auxiliou, e fez com que a gente pudesse implantar a catalogação, a distribuição dos livros, do acervo para que a gente tivesse uma maior facilidade; nos orientou numa margem bem superficial. Não foi uma coisa bem a fundo.

Município 2

De melhoramentos, de aperfeiçoamentos eu teria interesse de receber, porque nós temos seis pessoas trabalhando afora a técnica que já tem essa especialização, mas estamos precisando melhorar o atendimento nesse aspecto e aprofundar mais o conhecimento e infelizmente a Secretaria de Cultura do Estado a única coisa que nos mandou agora foi um edital de sala de vídeo para reativar cinemas [...] o Estado às vezes nem consegue, eu não vou dizer que é imoral uma atitude dessa, mas é obrigação atender o Estado. Por exemplo, quando se trata de política nesse país nós temos essa deficiência [...] São 223 municípios, se 23 não concordarem com o atual governador ficam aliçados de convênio. É o caso, nós passamos aqui seis anos aliçados do Estado em todos os aspectos, não foi só da Cultura, está entendendo? Talvez isto tenha sido a causa de nunca termos sido convidados e contemplados com algum convênio ou com algum projeto para melhorar a cultura... por questões políticas.

As falas revelam uma situação desconfortável das BPM da Paraíba. Durante as declarações do município 6, fora mencionado pelo secretário um sistema informatizado o qual a equipe do município teve dificuldade em se adaptar. Este sistema é o *Software Biblivre* que foi desenvolvido pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional e, posteriormente, em parceria com a fundação Itaú Cultural. É um *software* livre para gerenciamento de acervos que contempla deste as ações de seleção, compra,

catalogação, relatórios⁴, cadastro de leitores, empréstimo etc... É também capaz de formar uma rede de acervos online conectando várias bibliotecas. No instante em que os municípios recebem os *kits* para implantação do equipamento, ganham um computador com o software instalado. O secretário do município 6 teve muitas dificuldades e teve que ligar diversas vezes para o Minc para sanar suas dúvidas. O *software* em sua interface usa comandos e termos específicos da área da Biblioteconomia o que deve ter dificultado as operacionalizações.

Outro aspecto é a implantação das BPM. O SNBP e o PMC no nível macro-político desempenham as suas funções, os projetos recebidos são analisados e os municípios proponentes conseguem receber os *kits* de implantação. Porém quando os mesmos chegam aos municípios estes passam por situação complexa, são mais de 2.000 livros a serem organizados e algumas cidades não contam com apoio do órgão estadual competente. O município 6 passou mais de um ano lutando com o processamento do acervo para disponibilizá-lo à sua comunidade sem contar com assistência. Isso em termos de política pública de informação evidencia que o nível macro-político na figura do SNBP e PMC desenvolve projetos. Enquanto isso na Paraíba no nível intermediário o Sistema Estadual de Bibliotecas não atingiu com treinamento e assistência técnica os municípios que nas limitações da esfera *micro*-política organizam de forma autônoma seus equipamentos. Por não disporem do Profissional bibliotecário recorrem geralmente a professores, da própria cidade, ou de cidades vizinhas com níveis culturais e intelectuais considerados pelos secretários adequados para o empreendimento. Foi observado que nas bibliotecas visitadas inexistia padrão de organização de acervos e de unidades de informação característico de um sistema. Sete dos municípios visitados organizaram suas BPM ao seu próprio modo.

O secretário do município 2 declarou que nunca foi procurado por órgão algum no nível macro-político ou intermediário. Demonstrou a importância de uma assistência

⁴ <http://www.bibliivre.org.br/joomla/>

técnica para capacitar os funcionários. Questões político-partidárias locais, ainda segundo o secretário do município 2, teriam motivado a falta de assistência pelo Sistema Estadual já que o prefeito do município não compactuava com a ideologia do governo estadual em vigência.

Este fenômeno, na nossa interpretação, revela até que ponto as ações de um governo enquanto política pública pode ajudar os cidadãos ou pode dificultar quando usada no sentido aético colocando-se em primeiro plano as questões de cunho pessoal e partidário, desconsiderando a necessidade de milhares de seres humanos.

Na tentativa de levantar o número de Bacharéis em Biblioteconomia em atuação nas BPM da Paraíba pesquisamos em março de 2011, o registro da BP, no Cadastro Nacional das Bibliotecas Públicas⁵, gerenciado pelo SNBP. Constatamos que existem cadastradas na Paraíba 110 BPM e 2 BPE. O número de BP registradas não corresponde ao número de municípios do Estado que atualmente são 223. Se for considerado o número de municípios com BPM registrada teremos um total de 104 cidades mapeadas no cadastro. O número de cidades é inferior ao número de registros, pois foram incluídos no cálculo uma única BPM por cidade. Repetimos o caso do município de Santa Rita que possui quatro registros sendo três em atividade e uma BPM paralisada; de Santa Cruz com dois registros em atividade; de Patos com duas BPM registradas e de Cabedelo com dois registros estando uma BPM paralisada. Ainda segundo o cadastro estariam paralisadas as BPM das cidades de Juru e São José dos Cordeiros. Consultada a lista de municípios sem BPM da FGV até 2009, nenhum desses municípios com BPM paralisada figura. Porém na planilha fornecida pela Coordenação Geral do SNBP, o município de São José dos Cordeiros teve o processo de implantação de sua BPM entre os anos de 2009/2010 e o *kit* saiu da Fundação Biblioteca Nacional com destino a essa cidade no dia 25/05/2010, provavelmente ainda está em vias de organização técnica, pois até o mês de conclusão deste trabalho não obtivemos informações sobre a abertura da mesma. Também não foi possível identificar a data de atualização dos registros de

⁵ Disponível em: <http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=snbpr:snbp>

cada BPM. Esta seria uma informação fundamental para sabermos a última vez em que os dados foram atualizados. É comum na administração pública a mudança de gestores e com eles na maioria das vezes mudam-se os assessores, prejudicando o processo de atualização dos dados. A data de implantação ou inauguração das BPM registradas também não figura nos registros. O número total de registros do cadastro 112, é inferior ao número de *kits* de implantação despachados pelo SNBP e PMC na Paraíba desde 2003 foram 130 (figura 3). O Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais com dados coletados em 2009 constatou 15 municípios paraibanos sem o equipamento. Em 2010 com o fornecimento da planilha pelo SNBP atualizada até julho de 2010 constata-se que 13 cidades das 15 detectadas pela FGV sem bibliotecas estavam com seus processos de implantação encaminhados, faltariam dois municípios Cubati e Logradouro. Na pesquisa realizada no cadastro nacional das BP identificamos que a cidade de Logradouro encontra-se com a BPM em atividade. No momento atual é possível dizer que existem BPM que receberam os *kits* de implantação e estão em pleno funcionamento sem estarem devidamente cadastradas no SNBP. Quatro dos oito municípios visitados nesta pesquisa ainda não constam no Cadastro Nacional inclusive o município da mesorregião da mata paraibana que possui profissional bibliotecário. É possível que existam municípios com os *kits* recebidos, mas que ainda não implantaram suas BPM. Mesmo assim o quadro demonstra-se favorável, dentro de um prazo de dois anos todos os municípios do estado deverão estar com suas BPM em funcionamento. Trata-se de um fator positivo à classe de Profissionais Bibliotecários, a existência de postos de trabalho.

O Cadastro Nacional das Bibliotecas Públicas nos auxiliou no ano de 2008 para analisarmos o aspecto da inclusão de profissionais bibliotecários nos estados da Paraíba e de Pernambuco. Chamou-nos a atenção o município de Monte Horebe no Alto Sertão Paraibano no qual constava que este município possuía dois profissionais bibliotecários. Entramos em contato telefônico com a BP dessa cidade e obtivemos a confirmação que inexistiam bacharéis em biblioteconomia. Na verdade as pessoas que lá trabalhavam

receberam curso de capacitação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e ao preencherem o formulário do Cadastro Nacional se declaravam como profissionais bibliotecários. Em 2008 foram constatadas oito cidades na Paraíba com o profissional. Repetimos o procedimento na atual pesquisa para identificar os municípios que possuíam o profissional bibliotecário e identificamos alterações no cadastro descritas no quadro a seguir:

MUNICÍPIO COM BIBLIOTECÁRIO 2008	QUANTITATIVO	MUNICÍPIO COM BIBLIOTECÁRIO 2011	QUANTITATIVO
1 Bayeux	01	1 Água Branca	01
2 Cabedelo	01	2 Bayeux	01
3 Conde	01	3 Cabedelo	01
4 Mamanguape	01	4 Conde	03
5 Monte Horebe	03	5 Monte Horebe	03
6 Poço Dantas	02	6 Patos	01
7 Puxinanã	03	7 Poço Dantas	02
8 Santa Rita	02	8 Sapé	02
Total	14	Total	14

Quadro 7: Números da inclusão de profissionais bibliotecários segundo pesquisa realizada em 2008 no Cadastro Nacional das BP. Fonte: (BARBOSA, 2008).

Observa-se que de 2008 a 2011 o quantitativo de profissionais bibliotecários em atuação na Paraíba segundo o Cadastro Nacional das Bibliotecas Públicas continua igual, isto é 14 profissionais. As alterações percebidas ocorreram no tocante aos municípios com o profissional. Os municípios de Mamanguape, Puxinanã e Santa Rita não mais figuram como municípios paraibanos que possuem o profissional no cadastro. Surgiram em 2011 com o profissional os municípios de Água Branca, Patos e Sapé. Esta situação causou-nos inquietações a ponto de realizarmos contato telefônico. Dos oito municípios de 2011 conseguimos entrar em contato com Monte Horebe, Poço Dantas e Água Branca. Constatamos que Monte Horebe realmente possui profissional bibliotecário com formação superior em Biblioteconomia conforme a lei 4.084/62, porém um único profissional apesar de figurarem três no cadastro. Nos municípios de Poço Dantas e Água Branca os responsáveis relataram que são pessoas que não possuem curso superior em Biblioteconomia, participaram de treinamentos em João

Pessoa com a coordenação do SEBP e ao preencherem o cadastro entenderam que fossem bibliotecários. Os demais municípios estavam com seus números telefônicos inativos, incorretos ou não possuíam essa forma de comunicação. Fora utilizado o número do telefone que constava para contato com a BPM da cidade de Patos e a ligação por duas vezes caiu na Faculdade Integrada de Patos, uma Instituição de Ensino Superior que não tinha ligação alguma com o poder executivo local e com a BPM. São fragilidades existentes no cadastro, constatadas desde o ano de 2008 por (BARBOSA, 2008). Esta situação justifica as viagens aos municípios selecionados.

c) Existência do Curso de Biblioteconomia somente na capital dificulta a possibilidade de profissionais penetrarem no interior do estado.

Mesmo que os prefeitos e secretários estejam intencionados em contratar profissionais bibliotecários, como eles iriam conseguir atraí-los oferecendo salários tão desconfortáveis? Solucionaria o problema a existência de pessoal formado na cidade ou na região. Para responder a essa hipótese os secretários foram estimulados a comentar sobre as barreiras ou dificuldades por não haver um bibliotecário na cidade. O município de número 1 é exceção, porquanto possui em seus quadros um bibliotecário. As respostas foram:

- Categoria: Interiorização da Graduação Biblioteconomia.

Número	Mesorregiões e respostas
1	Mata A gente contratou um profissional da área para que a gente pudesse ter orientações, como montar a biblioteca, como a gente iria organizar, de que forma a gente podia dinamizar os trabalhos, para que a biblioteca funcionasse bem. [...]é formado em Biblioteconomia, inclusive o bibliotecário é formado na UFPB. Então, um bibliotecário habilitado. <u>Eu tive a idéia de contratar uma pessoa daqui do município, que mora aqui, é da área. Então a gente uniu o útil ao agradável.</u> O Prefeito autorizou, então o contratei para realizar esse serviço.
2	Mata Então, toda administração tem suas prioridades. E as nossas nessa administração tem sido Saúde e Educação, depois vem Ação Social com Infra-estrutura e como todas as outras secretarias, como Turismo, etc.

- Categoria: Interiorização da Graduação Biblioteconomia.
(Continuação)

3	Agreste Efetivando-se um concursado, abrindo-se vaga, não teria problema nenhum.
4	Agreste Agente sente a necessidade que esses cursos venham até nós. Por que eu acredito que assim como foi investido para os professores no curso superior de pedagogia, existe a necessidade de bibliotecários nos municípios de pequenos portes [...] Então nessa entrevista eu deixo o apelo para que haja sensibilidade dos poderes para que esses cursos possam chegar até nós. Por que agente tem a dificuldade, porém não tem o profissional. E por que não tem o profissional? Por que os poderes não trazem. Quem deveria trazer para as cidades próximas essas especializações, essas <u>graduações</u> ? Então apelo para que essa pesquisa seja válida para isso também. Seja mais uma vitória para a cultura.
5	Borborema Diante da Legislação o que fosse permitido, o município não apresentaria nenhum empecilho para que contratasse esse profissional.
6	Borborema [...] inclusive a gente estava relacionando profissionais para o caso de um novo concurso público no próximo ano, seria um dos que deveria entrar. <u>Talvez a gente nem conseguisse aprovar ninguém para o município</u> ; mas, enfim, pelo menos é uma intenção minha colocar na relação das vagas.
7	Sertão [7.2] há dois anos atrás, quando foi feito um concurso público no município e nós tínhamos 02 vagas sem exigir a formação acadêmica de bibliotecário. Não pedia. O edital não exigia que tivesse formação acadêmica. E não apareceu ninguém que tivesse (risos).
8	Sertão Entrevistado não forneceu conteúdo para a análise desta hipótese.

Quadro 8: Respostas à categoria Interiorização da Biblioteconomia.

A ausência de profissionais formados em Biblioteconomia nos municípios e nas regiões foi lembrado pelos municípios 4 e 6. O primeiro tratou a questão como uma forte barreira. Para ele os governantes deveriam ser mais sensíveis com a formação de bibliotecários assim como foi com os professores. Referiu-se ao empenho que teve o governo federal de expandir o ensino superior e da abertura de programas para que os mesmos pudessem se graduar em Pedagogia, afora o surgimento de faculdades particulares na região. O segundo, também observou a este respeito, porém de maneira sucinta. Disse desconfiar de que mesmo abrindo-se vagas para este profissional não conseguisse aprovar ninguém. Inferimos que os motivos da desconfiança esteja no entendimento do secretário da inexistência de bibliotecário na cidade ou na região, e

portanto seria difícil um profissional se deslocar da capital do estado para receber cerca de R\$ 800,00 em sua cidade. Esta inferência se confirmou nas falas dos representantes dos municípios, que nos dois anos anteriores à nossa visita quando já possuíam BP abriram concurso público, com vagas destinadas à BP, tendo como pré-requisito o ensino médio. Isso segundo os respondentes teria se sucedido em decorrência de falhas da empresa que organizou o concurso. Enfatizaram que ninguém se inscreveu alguém que orientasse o município a esse respeito. Para o município 2, segundo nossa interpretação o profissional bibliotecário não é um profissional inacessível pois encontra-se numa região muito próxima à capital do estado onde se situa a única escola de biblioteconomia do Estado, na UFPB. As dificuldades do secretário continuaram sendo as prioridades com educação e saúde do município. Os municípios 3 e 5 não apontaram barreira alguma, restando aos mesmos a realização de um próximo concurso. O município 7 durante a entrevista salientou a importância do município possuir em seu quadro um profissional bibliotecário mas não citou barreiras de qualquer natureza que pudessem ser analisadas nessa hipótese. Segundo o secretário isso está sendo discutido para se concretizar no próximo concurso público. A confirmação ficou com município 1, que possui profissional bibliotecário em regime de contrato, cujo concurso público já se encontrava com inscrições abertas e com vaga para bibliotecário. Das mesorregiões visitadas a única que possui bibliotecário em atuação em BP foi a da Mata Paraibana.

d) Os municípios paraibanos têm outras prioridades o que os impossibilitaria de contratar bibliotecários.

A realidade dos municípios brasileiros é difícil, com um sistema precário presente em vários segmentos da administração pública. Considerando esta realidade inferimos que um dos fatores mais decisivos na hora de um prefeito tomar a decisão de contratar um bibliotecário está na carência financeira de seu município. Trata-se de uma equação custo benefício. Entre a falta de um médico e de um bibliotecário quem pesaria mais? Entre a falta de um bibliotecário e de um professor para que lado penderia? As respostas foram:

• Categoria: Inclusão do profissional bibliotecário

Número	Mesorregiões e respostas
1	Mata Vereadores questionaram a contratação do bibliotecário em detrimento da abertura de vaga em concurso para outro profissional.
2	Mata [...] não é que a cultura seja a quarta ou quinta opção de investimentos, ela é necessária, mas entre a Educação e a Cultura, nós damos prioridade a Educação, pois não adianta você ter uma biblioteca como a nossa, com 6.600 exemplares, sempre aumentando o acervo, e ter o aluno analfabeto, ele vai ser um cego na sala. Então, vamos investir na Educação. [...] No último concurso que nós fizemos, há 3 anos atrás, a nossa prioridade foi para os setores em que havia mais carência, ou seja, Educação e Saúde. Estavam os PSF, os postos e o próprio hospital fechados. Então, toda administração tem suas prioridades e as nossas prioridades nessa administração têm sido Saúde e Educação, depois vem Ação Social, Infra-estrutura, Turismo, etc. Não foi aberto na época porque para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal você só pode ter “x”, 52% com salários, no seu patamar. Não tínhamos espaço para outra vaga para qualquer setor que não fosse. Agora, o nosso projeto é que no próximo concurso essa vaga seja aberta, vai depender também da receita da época. [...] Porque não temos um bibliotecário? Não temos um por falta de recursos, se o Ministério da Cultura, ou alguma universidade fizesse um convênio, nós estaríamos de braços abertos, não só para estágio, mas para permanecer no convênio; com recursos próprios é bastante difícil, primeiro porque trabalhamos com a Lei de Responsabilidade Fiscal e não podemos contratar mais ninguém. Para abriremos vagas num concurso apenas numa especialização é inviável economicamente. Então vamos aguardar, no próximo concurso, que será realizado em 2011, aí sim é possível abrir uma ou duas vagas para os bibliotecários formados, pessoas especializadas.
3	Agreste [...] o concurso aqui que se abriu foi o absurdo dos absurdos, porque o pessoal, um Agente Administrativo está terminando Medicina. Não tem nada a ver, uma falha que eu encontrei foi justamente isto, porque se era para abrir para biblioteca, então prá que abrir três vagas para Agente Administrativo? Mas é justamente por conta disso, por conta de salário, porque é mais fácil você pagar a um Agente Administrativo do que a um Bibliotecário. Foi isso que eu falei, abrir vaga para Bibliotecário justamente para a nova biblioteca que vai vir. Você já ouviu falar na biblioteca Laboratório Vivo, é diferente desse estilo aqui de biblioteca.
4	Agreste A capacitação promovida em João Pessoa foi boa [...] No momento agente vê que as pessoas estão dando conta do recado [...] Mas agente sempre quer progredir não é? Se chegar a acontecer até por que na nossa cidade agente não conhece nenhum bibliotecário. Se existisse com certeza estaria conosco trabalhando. Então agente espera que venha alguém aqui para [...], que tenha essa capacitação em bibliotecário[...]
5	Borborema Eu acredito que foi uma falha da assessoria jurídica, no instante em que preparou o edital para o concurso público. Como nós temos a necessidade de um profissional na área de bibliotecas a ser contratado o mais rápido possível, até para que dê uma assistência melhor a nossa população, nossos usuários, houve uma falha que não disponibilizou vaga para o profissional de biblioteca [...]

• Categoria: Inclusão do profissional bibliotecário
(Continuação)

6	Borborema [...] na verdade nós não temos esse profissional; eu até conversei com o prefeito a algum tempo, das dificuldades que a gente está tendo, das nossas idéias no sentido de melhorar o funcionamento da biblioteca e até chegamos a cogitar a contratação de um profissional porque nós não temos aqui no município no quadro. No nosso Plano de Cargos e Carreiras não existe o bibliotecário, mas ele acenou com a possibilidade de contratar uma pessoa. Não prá trabalhar, um contrato, mas que pelo menos para capacitar o pessoal que trabalha na biblioteca; aí veio o período eleitoral e a gente tá aguardando os próximos capítulos. [...] Na verdade, eu considero que seria uma prioridade da Cultura a gente contratar um profissional dessa área, inclusive a gente fez uma lista de profissionais que poderiam entrar, caso haja um novo concurso público no próximo ano. Talvez nem se consiga aprovar alguém para o município. Mas, enfim, pelo menos é uma intenção colocar na relação das vagas.
7	Sertão [7.2] A questão de contratação, isso é uma coisa que se houver necessidade a administração nos deixa a vontade para isso. A Secretaria de Educação não tem esses problemas, é uma Secretaria que trabalha as questões financeiras sem problemas. Então, se a gente chegar ao gestor e disser que há uma necessidade, ou uma exigência, prá que a biblioteca tenha um bacharel, isso não tem problema. O nosso problema é encontrar o profissional entendeu? [7.1] - Então, eu acredito que quando foi aberto o concurso, não foi providenciado isso. [7.2] - O edital não exigia que tivesse formação acadêmica. E não apareceu ninguém.
8	Sertão A Prefeitura [...] está formando uma comissão para estudo das necessidades de cada área, de cada setor da administração para suprir e preparar o concurso. Essa nova Lei que regulariza a colocação de funcionários nas prefeituras por meio de concursos. A Fundação Municipal de Cultura, especificamente, está esperando a formação dessa comissão, para sugerir a contratação de um Bibliotecônomo.

Quadro 9: Respostas à categoria Inclusão do profissional bibliotecário.

Alguns secretários foram bastante explícitos em suas afirmações. A declaração de maior destaque para esta hipótese está no município 2, que como prioridade destacou a educação, a saúde, a ação social e infra-estrutura. Investimento na cultura seria uma consequência, pois relatou que o município não considerou viável no último concurso público a abertura de vaga para um profissional bibliotecário. A justificativa do mesmo é a de que não adianta ter biblioteca estruturada se não existir público que seja capaz de decodificar as mensagens dos livros. Foi perceptível que o público a que o secretário se referiu era o público estudantil. Concordamos em parte com esta declaração. Realmente é preciso que a população local esteja num nível intelectual em que seja capaz de

utilizar com eficiência os serviços de uma biblioteca pública. Porém, deve-se atentar para o fato de que o público alvo a ser beneficiado pelos serviços de uma biblioteca pública não é somente o público estudantil, mas sim todas as pessoas de todas as idades, classes sociais, credos, cores e etc... Para atender à demanda estudantil das escolas públicas o Congresso Nacional aprovou e foi imediatamente sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei 12.244/2010 que universaliza o equipamento Biblioteca Escolar em todo o país até 2020 e que se encontra em execução por meio do Ministério da Educação. A lei prevê a proporcionalidade na composição destes acervos de no mínimo um livro para cada aluno. Trata-se de um prazo extenso, porém considerado uma vitória para um país em vias de desenvolvimento como o Brasil. Se a BP no Brasil é mais utilizada para a pesquisa escolar é por que seus serviços também têm condições de sanar essa necessidade. Porém o conceito de atuação de uma BP o qual defendemos é de serviços além da pesquisa escolar que na maioria das vezes é imposta.

Acreditamos numa BP capaz de proporcionar lazer, a manutenção, preservação e disseminação da memória e da cultura local. Em cidades em que inexitem museus ou arquivos públicos a BP pode se encarregar dessas funções, mas para que isso aconteça é preciso que estes equipamentos culturais tenham na formação da equipe um profissional bibliotecário.

O secretário do município 1 enfrentou o que considerou uma batalha para a inclusão de uma vaga de bibliotecário no concurso que estava se realizando em sua cidade. Relatou que foi fortemente questionado por vereadores e lideranças locais sobre a decisão de incluir um bibliotecário. Enfrentou discussões, mas acabou convencendo o prefeito. Disse estar satisfeito com os serviços prestados pelo bibliotecário que ora atua como contratado e que é da própria cidade. A abertura da vaga no concurso foi uma estratégia para consolidar os serviços no município. Trata-se de uma questão a ser destacada. Deixa explícito que por mais bem intencionados que estejam os membros dos poderes executivos municipais sofrem a interferência de membros do poder legislativo com o intuito de preservar seus cargos ou de correligionários. Isso em termos

de biblioteca pública conduz a sérias conseqüências, corre-se o risco de incluir pessoas que não estejam adequadas ao cargo, mas que do cargo se servem. Os municípios 3, 5 e 7 lamentaram o fato de terem realizado concursos públicos anteriores e não terem aberto vaga para o profissional bibliotecário no momento em que a cidade já possuía uma biblioteca pública. No caso do município 3 não houve constrangimento em assumir tal falta pois alegou que um outro grupo político governava a cidade. O município 5 alegou ter sido um erro da assessoria jurídica municipal que não atentou para o fato no instante de preparar o edital. No município 7 a justificativa foi a de que a empresa que organizou o concurso não orientou a prefeitura para exigir que os candidatos que se inscrevessem para trabalhar na biblioteca fossem formados em Biblioteconomia. A BP do município 7 foi visitada durante a pesquisa e em conversa informal com os funcionários detectou-se a necessidade de qualificação. Fomos questionados em vários momentos sobre como eles poderiam conseguir algum tipo de treinamento / capacitação ou se poderíamos prestar este auxílio enquanto bibliotecário. Enquanto no município 4, o secretário confessou estar satisfeito com os serviços prestados pelos servidores locais capacitados em João Pessoa por intermédio da Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas sediada no espaço cultural. Mas este fato, ainda segundo o secretário, não seria afirmação de que o município não necessita de um profissional bibliotecário. A discussão sobre quais cargos contemplar ficaria agendada para o próximo concurso público da cidade. Os municípios 6 e 8, encontram-se em processo de estudo do quadro de vagas abertas para os próximos concursos. Segundo os secretários provavelmente abrirão vagas para bibliotecário. Todas essas menções a concursos públicos a serem realizados são decorrência da Resolução Normativa 11/2010⁶ do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. O documento obriga os prefeitos municipais a só efetuar contratação de pessoal por meio de concurso público, suspendendo toda a forma de contratação temporária exceto para cargos comissionados. A resolução ainda prevê punições ao prefeito que contratar servidores sem concurso público. Essa exigência pode ter sido um entrave para muitos municípios que pensaram

⁶ Ver anexo D.

em contratar um profissional bibliotecário. Segundo o secretário do município 2 “abrir vaga para apenas uma especialização é inviável economicamente”. O município 5 reconheceu que mesmo tendo aberto edital para concurso e tendo encerrado as suas inscrições não tinha certeza se poderia lutar para contratar um profissional em virtude da Resolução.

Acredito que se nós tivermos condições, até pela questão da Lei, que surgiu, que não se pode mais fazer contratos, por isso a gente tá implantando esse ano, fazendo concurso público para extinguir os contratos emergenciais. Eu não sei se a gente tem condições no momento de fazer a contratação de um profissional na área de biblioteca. [Secretário do Município 5].

Este mecanismo do TCE-PB é uma medida moralizadora que tem por pretensão elevar o nível da administração pública ao só efetuar contratos por meio de concurso público. O conhecimento que os secretários possuem acerca da resolução é fruto de uma política devidamente divulgada pelos canais formais da justiça, chegando com eficiência aos gestores municipais, e fazendo com que os mesmos planejem os concursos públicos exigidos. Este ato do TCE no âmbito da inclusão do profissional bibliotecário acaba-se por se tornar mais conhecida do que a lei 4.084/62 dado à sua atualidade e divulgação. Porém para o mercado de trabalho bibliotecário a resolução acarreta duas consequências:

1) Só seria aberta vaga para bibliotecário caso o prefeito estivesse interessado ou fosse orientado para inclusão da vaga no certame; uma vez preenchida a vaga, após avaliação probatória o bibliotecário conquistaria estabilidade.

2) Muitos municípios que carecem do profissional só poderão abrir vagas em editais de concurso público, salvo nomeação para cargo em comissão, significando que levará alguns anos dentro do contexto de cada cidade para que esta oportunidade apareça.

e) Os Salários oferecidos pelos municípios do interior seriam relativamente baixos (Um salário mínimo) para atrair bacharéis em biblioteconomia.

- Categoria: Salário

Os secretários tiveram a possibilidade de se expressar sobre a condição salarial a que um profissional bibliotecário estaria submetido, tendo em vista a situação econômica do município, caso este passasse a fazer parte do quadro de pessoal. As respostas foram:

Número	Mesorregiões e respostas
1	Mata Dentro do Plano de Cargo, Carreira e Salário dos funcionários municipais e a média anual desse profissional atualmente é de <u>R\$ 800,00</u> , mas podendo ter gratificações, direito a horas extras, etc. Estamos implantando com compromisso de lutar para que melhore cada vez mais essa questão salarial do Bibliotecário
2	Mata No patamar atual, seria a função de Diretor da Biblioteca, e a base salarial é a de qualquer diretor de qualquer outra secretaria: R\$1.000,00. Esta é nossa previsão. <u>R\$ 1.000,00</u> que é a vaga para o período, ou seja, para 2013, pois o reajuste salarial é de 4 em 4 anos, provavelmente será de R\$ 1.500,00 ou R\$ 2.000,00
3	Agreste (murmurando) T40, <u>uns 2 salários</u> [mínimos]. É, porque Bibliotecário é Agente Administrativo, Agente Administrativo é T40.
4	Agreste Infelizmente <u>essa resposta eu não vou poder lhe dar</u> não é? Por que você sabe que eu sou secretário e pra dar uma resposta dessas a você teríamos que estar com o gestor.
5	Borborema O município não vive situação financeira confortável, mas... eu acredito que <u>um salário mínimo</u> ou um salário e mais alguma coisa em contribuição, não sei...
6	Borborema Bom, o salário de Nível Superior é de R\$ 750,00 para 40hs; então, caso a gente fosse contratar um bibliotecário, seria esse o vencimento básico dele.
7	Sertão Bom, eu acredito que o profissional tem que ser valorizado. Eu acredito que ficaria igual ao professor. R\$ 1.080,00 e alguma coisa assim, sem as vantagens. De acordo com o piso nacional.
8	Sertão Em números, não sei responder por que não estou a par. Seria um salário compatível com o cargo de diretor, gerente ou coordenador.

Quadro 10: Respostas à categoria salário.

As possibilidades salariais disponíveis nos municípios não são atrativas a ponto de fazer com que um profissional bibliotecário que se qualificou em um curso de Bacharelado em Biblioteconomia se desloque para uma pequena cidade para ganhar pouco mais de um salário mínimo sabendo da existência de oportunidades mais confortáveis. Por outro lado a situação discrepante inibiu alguns secretários que não souberam informar quanto ganharia um profissional em sua cidade. No momento desse questionamento, percebemos a segurança nas afirmações daqueles secretários que descreveram o salário. Quanto aos que disseram não saber responder inferimos que tenham respondido dessa maneira ou por não saberem precisar as condições ou por constrangimento em revelar o valor do salário.

A questão salarial referente ao profissional bibliotecário é permeada de contrastes, tanto pelas condições econômicas dos municípios como pelo desprestígio ou desconhecimento da profissão. O município de número 5 estava com edital aberto para concurso público e não dispunha vaga para o cargo de Bibliotecário, mesmo existindo no município Biblioteca Pública. A justificativa do secretário foi:

Eu acredito que foi uma falha da assessoria jurídica, no instante em que preparou o edital para abrir as inscrições para o concurso público. Como nós temos necessidade de um profissional na área de bibliotecas a ser contratado o mais rápido possível, para que dê assistência melhor a nossa população, nossos usuários, e houve uma falha que no momento não foi disponibilizada nenhuma vaga para o profissional de biblioteca. Acredito que se nós tivermos condições, até pela questão da Lei, que surgiu uma Lei aí, que não se pode mais fazer contratos, por isso a gente tá implantando esse ano, fazendo concurso público para que sejam extintos os contratos emergenciais. Então eu não sei se a gente tem condições no momento de fazer a contratação de um profissional na área de biblioteca. Eu não sei se a legislação permite e se permitir, o município vai buscar um conhecimento mais a fundo para que a gente possa solucionar esse problema, que vem enriquecer o conhecimento da pessoa que está trabalhando aqui na nossa área, um profissional específico na área de biblioteca pública municipal. [Secretário do Município 5].

Percebe-se que quando o secretário faz menção ao profissional bibliotecário, ele o descreve como profissional de biblioteca, ou profissional de biblioteca pública. Isto desperta inquietações a respeito do bibliotecário no imaginário dessas pessoas. Um

profissional bibliotecário para o secretário do município 3, por exemplo, seria um auxiliar administrativo e, portanto seus rendimentos seriam compatíveis a um servidor de ensino médio. O entendimento do que é um Bacharel em Biblioteconomia foi ignorado. Existem casos que a desvalorização se dá pela via da desinformação sobre a profissão.

Paralelamente existem casos em que se sabe da formação em Biblioteconomia, mas a proposta salarial fica abaixo da de outros profissionais de nível superior. É o caso do município de Sossego – PB localizado na mesorregião do Agreste Paraibano e que foi contemplado pelo PLA no biênio 2008/2009 na categoria Implantação de Bibliotecas Públicas. Este município não está incluído no roteiro da pesquisa por não se adequar aos critérios de escolha. As informações sobre o mesmo foram publicadas na Internet em edital, razão por que puderam ser utilizadas sem problemas éticos neste trabalho. O Edital de Concurso Público nº 1/2010 do referido município descrevia a abertura de vagas para os cargos, a formação exigida e o seu respectivo salário. Neste município, um bibliotecário com nível superior, tem seus rendimentos salariais equiparados a um digitador, uma merendeira ou um vigilante ambiental (Figura 8). Como desfecho, nenhum profissional bibliotecário se inscreveu conforme o resultado final do certame.

**Empregos Públicos	Escolaridade/ Pré-requisitos	Vagas*	CR	Piso Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Inscrição (R\$)
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental Incompleto e Curso Básico e Introdutório de Formação Inicial ou Continuada	03	-	651,00	40 horas	24,00
Agente de Vigilância Ambiental	Ensino Fundamental Incompleto e Curso Básico e Introdutório de Formação Inicial ou Continuada	01	-	510,00	40 horas	24,00
Agente de Vigilância Sanitária	Ensino Médio Completo	01	01	510,00	40 horas	36,00
Assistente Social	Nível Superior em Serviço Social e Registro no Conselho de Classe	01	-	1.000,00	40 horas	48,00
Auxiliar de Administração	Ensino Médio Completo	02	01	510,00	40 horas	36,00
Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio Completo com Curso de Auxiliar de Enfermagem e Registro no Conselho de Classe Específico	01	-	510,00	40 horas	45,00
Bibliotecário	Nível Superior em Biblioteconomia	01	01	510,00	40 horas	48,00
Digitador	Ensino Médio Completo e curso Básico de Informática com prática em Digitação	02	01	510,00	40 horas	36,00
Enfermeiro PSF	Nível Superior em Enfermagem com Registro no Conselho de Classe	01	-	1.000,00	40 horas	48,00
Fisioterapeuta	Nível Superior Completo em Fisioterapia com Registro do Conselho de Classe	01	-	1.000,00	30 horas	48,00
Gari	Ensino Fundamental Incompleto	01	-	510,00	40 horas	23,00
Guarda	Ensino Fundamental Incompleto	02	01	510,00	40 horas	23,00
Médico Plantonista	Nível Superior em Medicina com Registro no Conselho de Classe	01	-	1.500,00	20 horas	48,00
Médico PSF	Nível Superior em Medicina com Registro no Conselho de Classe	01	-	2.000,00	40 horas	48,00
Merendeira	Alfabetizado	02	02	510,00	40 horas	23,00
Motorista	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação com qualquer categoria para conduzir carros	02	02	510,00	40 horas	24,00
Nutricionista	Nível Superior Completo em Nutrição	01	-	1.000,00	40 horas	48,00
Dentista do PSF	Nível Superior em Odontologia e Registro no Conselho de Classe	01	-	1.500,00	40 horas	48,00
Orientador Educacional	Nível Superior em Pedagogia e Habilitação em Orientação Educacional	01	-	900,00	30 horas	48,00
Patroleiro	Alfabetizado e prática comprovada na área	01	-	800,00	40 horas	24,00
Professor da Educação Básica PEB A-III (Matemática)	Nível Superior de Licenciatura Plena em Matemática	01	-	800,00	25 horas	48,00
Professor da Educação Básica PEB A-III (Geografia)	Nível Superior de Licenciatura Plena em Geografia ou Ciências Sociais	01	-	800,00	25 horas	48,00
Professor da Educação Básica PEB A-III (Educação Física)	Nível Superior de Licenciatura Plena Educação Física e Registro no Conselho de Classe	01	-	800,00	25 horas	48,00
Professor da Educação Básica PEB A-III (Inglês)	Nível Superior de Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Língua Inglesa	01	-	800,00	25 horas	48,00
Professor da Educação Básica PEB A-III (Religião)	Nível Superior de Licenciatura Plena em Teologia ou Filosofia	01	-	800,00	25 horas	48,00
Professor da Educação Básica PEB A-I	Curso Magistério Normal, Técnico Pedagógico, Curso Pró-formação ou Nível Superior em Pedagogia com habilitação em Ensino para as Séries Iniciais	03	02	750,00	25 horas	48,00
Professor da Educação Básica PEB A-II	Nível Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação para o Magistério (Séries Iniciais do Ensino Fundamental)	03	02	800,00	25 horas	48,00
Professor da Educação Básica PEB A-III (Artes)	Nível Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística	01	-	800,00	25 horas	48,00
Professor da Educação Básica PEB A-III (Ciências)	Nível Superior de Licenciatura Plena em Ciências Físicas, Químicas ou Biológicas	01	-	800,00	25 horas	48,00
Professor da Educação Básica PEB A-III (História)	Nível Superior de Licenciatura Plena em História	01	-	800,00	25 horas	48,00
Professor PEB A-III (Português)	Nível Superior de Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa	02	-	800,00	25 horas	48,00
Psicólogo	Nível Superior em Psicologia e Registro no Conselho de Classe	01	-	1.000,00	40 horas	48,00
Receptionista	Ensino Médio Completo	01	01	510,00	40 horas	36,00
Supervisor Educacional	Nível Superior em Pedagogia e Habilitação em Supervisão Educacional	01	01	900,00	25 horas	48,00
Técnico em Segurança do Trabalho	Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Segurança do Trabalho	01	-	750,00	40 horas	45,00
Técnico em Enfermagem do PSF	Ensino Médio Completo com Curso Técnico em Enfermagem e Registro no Conselho de Classe	01	-	510,00	40 horas	45,00

Figura 8: Proposta salarial da Prefeitura Municipal de Sossego em edital de abertura de vagas para concurso público. Fonte: (MUNICÍPIO,2010, p. 1).

Após questionados sobre salários os secretários explicitaram o entendimento que eles tinham a respeito da formação do bibliotecário, se sabiam que a profissão era de nível superior e se existia alguém com essa formação no município. Os de números 1,2,6,7 e 8 demonstraram conhecimento. No município 1 o secretário de educação formado por uma universidade federal relatou que lá utilizou serviços de biblioteca universitária e que foi auxiliado por bibliotecários. De posse deste conhecimento o

secretário se articulou e conseguiu contratar um profissional bibliotecário para implantar a BPM e ainda conseguiu abrir uma vaga para o cargo no concurso público que estava com inscrições abertas no momento desta pesquisa, mas desconhecemos se a vaga foi preenchida.

O município número 2 relatou que profissionais formados em Biblioteconomia visitaram em outros momentos a BPM e de maneira informal o questionaram sobre a ausência do bibliotecário. Na cidade de número 6, o secretário cursou a graduação na UFPB, *campus* I, João Pessoa, e ao conviver nesta cidade durante alguns anos fez amizades com bibliotecários e reconheceu a inexistência do profissional bibliotecário no município em que é secretário. Os municípios de números 7 e 8 expressaram o entendimento de que o profissional bibliotecário possui formação universitária e portanto merece, caso contratado, a chefia da respectiva BPM.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar o processo de inclusão de profissionais bibliotecários no Estado da Paraíba foi uma experiência prazerosa em nossa carreira profissional que incluiu viajar pelo interior conhecendo as peculiaridades dos municípios e de suas BP. Em cada cidade visitada uma nova descoberta.

Em relação aos aspectos teóricos sobre as principais políticas públicas para revitalização e implantação de BP descobrimos ações do governo federal nessa direção. Nossa intenção primeira seria investigar a inclusão dos profissionais bibliotecários na ação do SNBP, o Programa Livro Aberto. Durante a pesquisa descobrimos a existência do Programa Mais Cultura gerenciado pela Diretoria Livro, Leitura e Literatura do MinC, ambos os programas como consequência das propostas do eixo de ação nº 1 do PNLL.

Na verdade três órgãos do governo interagem com políticas para implementar ações voltadas à BP. No nosso entendimento o SNBP era a única instituição responsável por tais políticas no Brasil. Descobrimos que o PMC, também possuía aspectos direcionados a oportunidades para inclusão de profissionais bibliotecários na política nacional os quais não poderiam ser desconsiderados. A descoberta de tal programa veio contribuir para a identificação e o melhor entendimento das políticas voltadas às BP e à inclusão dos profissionais bibliotecários.

Outra ação encomendada pelo MinC que também foi utilizada em alguns momentos neste trabalho, foi o Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais realizado pela FGV. Este empreendimento nos possibilitou mapear as BPM no estado e conseqüentemente reconhecer outras oportunidades direcionadas aos profissionais. É possível, por exemplo, prever que em dois anos o estado da Paraíba terá erradicado a falta de BP nos municípios. Contudo a pesquisa da FVG foi moldada quantitativamente. Por meio dela tivemos acesso ao número de municípios com o *status*

de suas BPM. A pesquisa não explicitou a inclusão de profissionais bibliotecários em atuação nestes equipamentos por estado. Em caso contrário seria mais um subsídio importante para identificarmos os municípios que possuem este profissional. O único instrumento que poderia responder a esta questão seria o Cadastro Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais que na Paraíba deixou muito a desejar em termos de número de registros, e atualizações. O número de BPM em atividade (110) que constam nesse documento é inferior ao número pesquisado pela FGV (136) em 2009 e ao número de equipamentos implantados pelo SNBP e PMC (130) entre os anos de 2004 a 2010 conforme figura (3). Com a ajuda do SNBP alcançamos o segundo objetivo específico que se propunha identificar as BPM implantadas pelos PMC e PLA entre os anos de 2004 e 2008 e tivemos acesso aos números de 2009 e 2010. Quatro dos oito municípios visitados na nossa pesquisa com BP em atividade não constam no Cadastro. Isto nos alerta que algo deverá ser feito com urgência no sentido de prover uma infoestrutura para atualizar, no cadastro, a situação de todas as BPM da Paraíba.

Diante destas condições é possível afirmar que até o momento inexistem condições de quantificar o número exato de profissionais em atuação nas BPM do estado uma vez que o Cadastro Nacional das Bibliotecas Públicas não exprime a realidade.

Recorremos ao CRB-15 e dele recebemos informações de que existem no estado da Paraíba até 2010, 327 profissionais inscritos, porém trata-se de uma informação geral. Os dados estratificados nos permitirão conhecer quantos profissionais bibliotecários registrados atuam nas BPM da Paraíba na publicação do primeiro censo profissional que será feita pelo CFB em meados de 2011. Com estes entraves tivemos o terceiro objetivo específico inviabilizado na tentativa de levantar os profissionais bibliotecários em atuação nas BPM do estado. Urge neste sentido uma política agressiva por parte do SNBP e do SEBP para atualizar os cadastros das BP da Paraíba.

Conscientes de que os dados quantitativos eram insuficientes escolhemos oito municípios contemplados pelo PLA e realizarmos a pesquisa *in loco*. O quarto e o

quinto objetivos específicos se propõem a identificar oportunidades e barreiras que estejam envolvidas no processo de inclusão dos profissionais bibliotecários. As hipóteses levantadas foram transformadas em categorias a serem analisadas de acordo com os conteúdos manifestos nas entrevistas realizadas com os secretários municipais de cultura e de educação. A primeira hipótese analisada foi:

a) A profissão é desconhecida pelos gestores e população dos municípios.

Dos oito municípios, um demonstrou total desconhecimento da existência da profissão de bibliotecário. As demais declarações não foram capazes de sustentar a hipótese de que o desconhecimento acerca do profissional pode ser a razão maior da não inclusão do profissional nas BPM, presente em alguns municípios.

A segunda hipótese está relacionada à lei que cria, institucionaliza e que garante o espaço BP ao profissional bibliotecário. A discussão gira em torno de que:

b) A lei 4.084/62 que regulamenta a profissão de Bacharel em Biblioteconomia enquanto política explícita, não possui grau de explicitação a ponto de ser conhecida pelos gestores municipais.

Pode-se afirmar que o desconhecimento da lei é uma razão cabal para a exclusão dos profissionais. O município de número 1 foi o único a expressar conhecimentos a respeito da lei e apresentou em seu quadro de servidores um bibliotecário. Constatamos que a maioria dos secretários conhecia a existência do bibliotecário enquanto profissão de nível superior, porém desconheciam a lei que formaliza o exercício profissional e que exige a inclusão do mesmo nas BPM.

As prefeituras municipais fazem parte do poder executivo que por sua vez executa as leis aprovadas e alteradas pelo poder legislativo. Um fato considerável é que os secretários nunca ouviram falar na lei 4.084/62. Não se sentiram culpados, uma vez que apresentaram o desconhecimento como justificativa. Pela fisionomia dos

entrevistados podemos afirmar que muitos deles não eram nascidos na data em que a lei foi sancionada. Esta discussão nos mostra que a lei poderia ser suplantada pelo surgimento das leis atuais. As secretarias de educação, por exemplo, na última década, assistiram ao surgimento de muitas alterações nas leis que regem a educação do país e tiveram que se equilibrar para não sofrerem as penalidades explicitadas nas mudanças trazidas pela legislação. Os municípios também relataram que nunca receberam comunicado algum seja de natureza escrita ou verbal sobre a lei e sobre a obrigatoriedade da inclusão do profissional bibliotecário. Enquanto pesquisadores, apresentamos aos secretários a legislação e orientamos como os mesmos poderiam cadastrar as BPM no SNBP. Isto se configura enquanto uma vantagem pelo fato de termos ido aos municípios não só coletar estas informações, mas, também oferecer ajuda. Não faria sentido interrogá-los, perceber a falta de conhecimento dos mesmos e deixar que continuassem a ignorar a legislação.

Com isto afirmamos que a falta de conhecimento a respeito da lei 4.084/62 é uma forte barreira à inclusão dos profissionais bibliotecários. Trata-se de uma política explícita, uma lei votada e aprovada pelo Congresso Nacional. Contudo apenas a sua existência não é o suficiente para reverter este quadro. Trabalhos de sensibilização deverão ser feitos para com os municípios por parte do SEBP ou até mesmo pelo CRB-15. Diante deste contexto a hipótese b foi confirmada.

Outra discussão que observamos a respeito de que era mais propício encontrar profissionais bibliotecários atuando nas BP mais próximas da capital do estado onde existe curso superior em Biblioteconomia da UFPB. A região estaria então beneficiada pela contribuição da instituição, enquanto os municípios das regiões mais afastadas da capital não dispõem de nenhum profissional. A hipótese c) trata a questão:

c) Existência do Curso de Biblioteconomia somente na capital dificulta a possibilidade de profissionais penetrarem no interior do estado.

Inexistiram profissionais bibliotecários nas BPM das Mesorregiões do Agreste, Borborema e Sertão. Dos municípios pesquisados o único que possuía o profissional foi o de número 1 que pertence à Mesorregião da Mata Paraibana próximo à capital João Pessoa. O profissional que lá atua é conterrâneo da cidade. Consideramos esta hipótese verdadeira.

Em relação à interiorização dos profissionais bibliotecários poucas mudanças ocorreram. Uma proporção de inclusão pequena para um prazo superior a 30 anos atrás quando em 1980 os pesquisadores do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB transitaram pelo interior estudando este fenômeno. Àquela época foram encontrados 11 profissionais bibliotecários nos municípios da Microrregião do Litoral Paraibano. Hoje por meio de contato telefônico confirmamos que existe um profissional em atuação na Mesorregião do Alto Sertão Paraibano no município de Monte Horebe. Um secretário externou a preocupação com a formação de um profissional ao afirmar que existe a necessidade destes cursos no interior do estado e justificou que a ausência do profissional em sua cidade se dá pela falta de profissional qualificado na região.

Os municípios receberam nos últimos anos investimentos para a qualificação dos quadros de professores no nível de graduação possibilitado pela abertura e extensão de IES públicas ou privadas nas regiões nas áreas de licenciatura. O Governo Federal na primeira década do século expandiu suas IFES, mas não houve na PB a criação de outro Curso de Graduação em Biblioteconomia. Na direção oposta o estado do Ceará criou um curso superior de Biblioteconomia no Campus de Juazeiro do Norte Região do Cariri. Desconhecemos iniciativa semelhante na Região Nordeste.

Trata-se de empreendimento que poderá beneficiar muitos municípios o que aos olhos do MEC não foi priorizado. As bibliotecas das IFES não têm esta lacuna. Todas têm profissionais bibliotecários em qualquer região dos estados. Os profissionais que procuram as oportunidades advindas dos empregos oferecidos pelas IFES são estimulados pela estabilidade proporcionada pelo Governo Federal. O município 6 justificou que poderá abrir vagas no próximo concurso para o profissional mas não

acredita que a vaga será preenchida, em decorrência da escassez do profissional na região.

A escassez de profissionais, somada a falta de informações sobre a legislação, fazem com que os prefeitos e secretários optem pela nomeação de qualquer cidadão para a coordenação da BPM. Se, defendemos que a inclusão de um profissional bibliotecário pode melhorar os serviços de informação prestados pelas BPM, a situação da PB está segundo dados da FGV, distante da qualidade dos seus serviços de. Mais da metade dos coordenadores das BPM pesquisadas no censo de 2009 na Paraíba não receberam treinamento que os qualifique para o desempenho das atividades. Isto corresponde a um percentual de 65% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 43). Diante da impossibilidade de interiorização da Biblioteconomia uma opção que traria resultados em curto prazo seria a criação de cursos técnicos em Biblioteconomia oferecidos por instituições competentes.

As condições econômicas e financeiras dos municípios também foram abordadas sob o prisma de que outras necessidades poderiam se constituir enquanto barreiras. A hipótese em questão:

d) Os municípios têm outras prioridades o que os impossibilita de contratar bibliotecários.

Dos oito municípios pesquisados o de número 2 na mesorregião da Mata Paraibana afirmou enfaticamente que o seu município não atravessa um momento econômico muito confortável e que as prioridades sem dúvida seriam a saúde, educação, ação social, infra-estrutura e por último a cultura. Não seria viável para o mesmo contratar um profissional bibliotecário quando o hospital precisa de médicos e enfermeiros. Nos demais municípios essa foi uma questão não decisiva. Muitos reconhecem a carência que possuem em relação ao profissional. Mas ao conhecerem a legislação, na oportunidade da entrevista, entenderam que não havia outra alternativa. A

dificuldade maior seria encontrar o profissional para atuar em municípios de regiões tão carentes? A escassez seria a barreira mais forte, uma vez que a maioria dos profissionais encontra-se nas capitais dos estados e não se deslocariam para o interior distante. Muitos secretários têm autonomia para contratar o profissional. Não o fizeram pelo fato de não conhecerem a legislação e pela escassez profissional.

No município 1 mesmo fazendo parte da mesorregião onde existem os profissionais, teve que enfrentar lideranças políticas locais para convencê-los de que a inclusão de um profissional bibliotecário seria importante para a cidade. Na visão dos opositores e de pessoas do grupo político do secretário um bibliotecário não seria prioridade. O secretário, no entanto, venceu a discussão. Uma vaga foi aberta, concurso público realizado e o profissional foi nomeado em março de 2011.

Podemos dizer que a hipótese tem fundamentos, contudo não pode ser generalizada. Não foram citados indícios que viessem a confirmá-la na totalidade. O não conhecimento da lei 4.084/62 e a escassez seriam barreiras constantes à maioria dos municípios.

A última hipótese é em relação aos salários oferecidos dentro das condições dos municípios:

e) Os salários oferecidos pelos municípios do interior são relativamente baixos (um salário mínimo) para atrair Bacharéis em Biblioteconomia.

No município 1 da Mesorregião da Mata Paraibana o profissional bibliotecário recebe um salário em torno de R\$ 800,00. Isto considerando que ele é natural da cidade que está localizada na mesorregião onde mais existem os profissionais. Nas demais regiões inexistiram profissionais em atuação. Concursos públicos foram realizados em alguns municípios pesquisados e o profissional foi desconsiderado. No município de Sossêgo abriu-se vaga no último concurso público para bibliotecário, mas não conseguiu que interessados se inscrevessem. Isso por ter oferecido um salário mínimo

no valor de R\$ 510,00. Citamos este caso, pois é com ele que conseguimos provar mesmo não fazendo parte dos municípios pesquisados que se oferece ao profissional bibliotecário salários pouco atrativos nos municípios do interior. Os profissionais não se sentem estimulados a sair dos grandes centros para receberem um salário que não cobre despesas com alimentação, saúde, vestuário, moradia e lazer. Os valores mínimos e máximos detectados na pesquisa situam-se entre R\$ 510,00 e 1.500,00.

Quando o Governo Federal abre concursos para as Universidades Federais e Institutos Federais, não faltam candidatos. O vencimento básico de um profissional recém contratado bruto é de R\$ 3.293,00 acrescidos de contrapartida em plano de saúde e possibilidades de ascender na carreira com cursos de capacitação e qualificação aumentando sua renda dentro dos limites do plano de cargos salários e carreiras dos profissionais de IFES. Isto justifica o fato de termos na Paraíba, por exemplo, profissionais bibliotecários atuando em campus distantes como Cajazeiras, Sumé, Cuité, Pombal entre outros que possuem estas instituições que são federais.

Mas o aspecto analisado foi o salário nas BPM. Diante das proposições confirmamos ser a hipótese (e) verdadeira. Entendemos que o não conhecimento da lei 4.084/62, a escassez de profissionais no interior e os baixos salários oferecidos foram as barreiras mais fortes para a inclusão dos profissionais bibliotecários nas BPM.

Em relação às oportunidades afirmamos que as mesmas emanam do governo federal por meio de suas políticas e que desencadeiam conseqüências que podem ser consideradas oportunidades em potencial para a classe bibliotecária na Paraíba. Dentro de um prazo de dois anos o estado terá erradicado todos os municípios sem BP, gerando um mercado de trabalho em potencial dentro dos limites territoriais. Os municípios que não tiverem suas BPM em funcionamento estarão impossibilitadas de receber repasses do MinC. Esta medida fortalece os equipamentos, propiciando uma melhor atenção na manutenção dos mesmos, impedindo que sejam fechados por desinteresse de determinados gestores. O programam Mais Cultura de apoio a BPM também formalizou uma oportunidade ao município que possuir profissionais bibliotecários atribuindo-lhes

10 pontos sobre os municípios que não o possuem na seleção pública do edital do programa. Estas ações solidificam a participação do Governo Federal enquanto instância que sempre atuou em prol das BP brasileiras. Elas são iniciativas presentes na esfera macro-política desde a fundação do INL em 1937.

Por isso que ao analisar as políticas voltadas para a inclusão de profissionais bibliotecários nas BPM é inevitável desconsiderar as ações do Governo Federal por meio do SNBP do MinC. Suas ações têm consequências em todo o território nacional. E pode-se dizer que este foi o propulsor das BP brasileiras. Debruçar-se sobre uma política pública é questionar e avaliar as ações dos órgãos responsáveis. As lacunas descobertas não se reduzem ao âmbito das críticas, mas, sobretudo pela possibilidade que tem este instrumento científico de alertar as autoridades competentes.

Compreendemos ser uma missão das ciências sociais aplicadas estudar questões, fenômenos, problemas que tragam compreensões e intervenções na realidade social. Analisar instituições responsáveis pelas políticas e suas respectivas ações no regime democrático é possível por meio da análise de políticas públicas uma vez que as mesmas estão em estado de ser acompanhadas (ROWLANDS, 1996). Vivemos a forma de governo republicano na qual o chefe de estado é eleito pelo povo de quem emana o poder e é natural que as políticas públicas estejam ao alcance dos cidadãos. Teoricamente entendemos que a transparência e o diálogo com as políticas públicas estão para o povo assim como o ar está para a vida na terra.

Este foi o contexto em que retomamos a temática das políticas públicas em prol das BP na Paraíba. Em mais de trinta anos os profissionais bibliotecários não foram incluídos no processo das BPM na proporção em que deveriam. O propulsor das políticas dentro do prazo descrito ainda não conseguiu zerar o número de municípios paraibanos e brasileiros sem BP, mas entendemos que esta missão esteja em vias de ser cumprida pelas políticas formais criadas para impulsionarem esta tarefa.

Uma prioridade quantitativa foi o que a primeira década do século XXI nos revelou. Zerar o número de municípios sem o equipamento foi oportuno. Agora com todos em atividade espera-se que a prioridade seja de cunho qualitativo e que esforços sejam envidados para as BP cumprirem suas funções como centro irradiador de informação e cultura das comunidades.

Nesta pesquisa retratamos o lado político das BP, estamos convictos que com o novo modelo de sociedade da informação no qual vivemos e com as constantes mudanças ocorridas ao longo dos tempos, muito existe a ser pesquisado sobre as BP que não são mais como outrora e que no futuro não serão como hoje. Entender estas mudanças é, sobretudo, dialogar com as políticas que indubitavelmente se constroem para dinamizar e equilibrar a trajetória das instituições democráticas denominadas Bibliotecas Públicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Priscila Almeida. **Análise de políticas públicas: conceitos e modelos teóricos**. Disponível em: <<http://www.nesp.unb.br/eps/ConceitosdePolíticasPublicas-PriscilaAlmeidaAndrade.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2008

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

ATLAS Escolar da Paraíba: Espaço Geo-Histórico e Cultural 3.ed. João Pessoa: Grafset, 2002.

AZEVEDO, Alexander William. A construção da Ciência da Informação na pós-modernidade: dialética histórica. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v.6, n.2, p.71-82, jan/jun. 2009.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implantação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos et al. Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: **Fase**, 2003. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/noar/anexos/acervo/10_Sergio%20Azevedo_06.doc>. Acesso em: 10 jul. 2008

BANDEIRA, Suelena Pinto. O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

BAPTISTA, Sofia Galvão. A inclusão digital: programas governamentais e o profissional da informação: reflexões. **Revista Inclusão Social**. Brasília, v.1, n.2, p.23-30, abr./set, 2006.

BARBOSA, Johnny Rodrigues. **Políticas públicas para inclusão de bibliotecários: Uma análise das Bibliotecas Públicas Municipais da Paraíba e de Pernambuco**. 81 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Políticas nacionais de informação**. Salvador: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.aldoibct.bighost.com.br/download/pesquisa/cinform.ppt>>. Acesso em: 07 jul. 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis_regul/L4084_62.html>. Acesso em: 28 jun. 2008a.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Fome de livro**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/index.php?p=986&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 05 jul 2008c.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 91.114 de 15 de março de 1985**. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial da União, p.4773, coluna 2, 15 de março de 1985. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d91144.pdf>. Acesso em: 18 dez 2010a.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992**. Institui o SNBP e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/pages.php?recid=497>>. Acesso em: 03 jun. 2008b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Articulação Institucional. **Edital de concurso público nº 3/2010: Edital Mais Cultura de Apoio a Bibliotecas Públicas 2010**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/edital-mais-cultura-de-apoio-a-bibliotecas-publicas-2010/>>. Acesso em: 05 mai 2010c.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Notícias do MinC: Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>>. Acesso em: 8 dez 2010d.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria Ministerial nº 117 de 1º de dezembro de 2010**. Estabelece como condição para a liberação de recursos financeiros do Ministério da Cultura aos entes federados a existência de biblioteca pública em condições minimamente adequadas de atendimento à população. Diário Oficial da União, p. 26, seção 1, 3 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=26&data=03/12/2010>>. Acesso em 08 dez de 2010e.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992**. Institui o SNBP e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/pages.php?recid=497>>. Acesso em: 03 jun. 2008b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.266 de 04 de outubro de 2007**. Institui o Programa Mais Cultura. Diário Oficial da União, 05 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6226.htm>. Acesso em: 17 jul 2010b.

BRASIL. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Relação de estados contemplados**. [Mensagem eletrônica]. Mensagem recebida por <johnny_r2@hotmail.com> em 21dez 2010.

BRASIL. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Programa Livro Aberto: Instalação e Modernização de Bibliotecas Públicas**: Informações básicas sobre o

programa. Disponível em: < <http://www.bn.br/snbp/propostas.html> > . Acesso em: 25 jan 2011.

BUSH, Vannevar. As we may think. **The atlantic**. 1945. Disponível em: < <http://www.theatlantic.com/doc/194507/bush> >. Acesso em: 02 ago 2009.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia e Ciência da Informação**. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral; Eduardo Wense Dias; Isis Paim; Ligia Maria Moreira Dumont; Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. In: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Belo Horizonte: s.n, 2003. Disponível em: < http://www.capurro.de/enancib_p.htm > . Acesso em 15 abr 2010.

CASTELLS, M. **Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business and Society**. Oxford press, 2001.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CAVALCANTI, Ilce G. M. Programa **Panorâmica do SNBP/FBN :2008..** Disponível em: <<http://www.bn.br/snbp/ifla.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2008.

CONFERENCES ON TRAINING SCIENCE INFORMATION SPECIALISTS, 12-13 October 1961, Atlanta. 12-13 April 1962, Atlanta. **Proceedings**. Atlanta: Georgia Institute of Technology, 1962. (Sponsored by the National Science Foundation).

CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; CUNHA JÚNIOR, Moaci Vilarino da. Abrindo e fechando portas: diagnóstico das bibliotecas públicas municipais da região metropolitana norte do Recife – PE. **Biblionline**. João Pessoa, v.3, n.1, 2007.

ELLISON, Larry. O herdeiro de Alexandria. **Informática Exame**, p.16-20, ago. 1994. (Edição especial).

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, v. 18, n.2, p.113-122, maio/ago. 2006.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. (Série Pesquisa, v.6).

FROHMANN, Bernd. **Taking information policy beyond information science: applying actor network theory**. London: University of Western Ontario, 1995. Disponível em: http://www.caiss-acsi.ca/proceedings/1995/frohmann_1995.pdf. Acesso em: 25 fev 2010.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais**: Estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/> > . Acesso em: 08 dez 2010.

GALLUTTI, Danilo Ribeiro. **Fenix das letras: nossa primeira biblioteca renasceu das cinzas duas vezes**. Almanaque Brasil de Cultura Popular. 2008. Disponível em: <<http://www.almanaquebrasil.com.br/voce-sabia/nossa-primeira-biblioteca-renasceu-das-cinzas-duas-vezes/>>. Acesso em: 04 abr 2010.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da informação: “de volta para o futuro”. **Informação e Sociedade Estudos**, João Pessoa, v. 12, n.1, 2002.

GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Cap. IV, p. 67-80.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Nélida Maria. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUARESCHI, N. M. F; COMUNELLO, Luciele Nardi; NARDINI, Milena; HOENISCH, Julio Cesar . Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires. (Org.). **Violência, Gênero e Políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, v. 3, p. 177-194.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Parede-Portugal: Principia, 2010.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=48>>. Acesso em: 28 jun. 2008.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: IX ENANCIB, 2008, São Paulo. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/30774/submission/original/30774-32935-1-SM.pdf>>. Acesso em: 16 jan 2010.

_____. Memória e políticas públicas de informação. In: Ciclo Memória e Informação. Rio de Janeiro: s.n, 2004. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=261&VID_Materia=260 . Acesso em: 15 abr 2010.

_____ ; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.14, n.1, p.2-22, jan/abr. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf> >. Acesso em: 15 jan 2010.

JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de Bibliotecário no Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**., Florianópolis, v.11, n.2, p.259-272, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=150>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEMOES, Charlene. et al. **A Biblioteca e a Educação**. São Paulo: Eca/Usp, 2007. Ano 7, n ° 40. (Trabalho escrito pelos alunos do curso de especialização em divulgação científica). Disponível em: < http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/voxxscientiae/gisele_aguiar_40.htm >. Acesso em: 04 abr 2010.

LIMA, Clovis Ricardo Montenegro de. et al. Regime de Informação e esfera pública em arranjos produtivos locais. In: X ENANCIB GT5. João Pessoa. Anais. João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: < <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/451> > . Acesso em: 28/12/2009.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.

MANIFESTO da UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994). **IFLA Journal**, [S.l.], v. 21, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://planeta.terra.com.br/educacao/biblioteca/manifesto.htm>>. Acesso em: 07 out. 2008.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELLI, Sergio (Org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999.

MILANESI, Luis. **Ordenar para desordenar: Centros de cultura e bibliotecas públicas**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. V.34.

MUNICÍPIO de Sossego. **Concurso Público – Edital N° 01/2010**. Divulga e estabelece normas para a abertura das inscrições e realização de Concurso Público de Provas e de

Provas e Títulos destinado a selecionar Candidatos para provimento de vagas do Quadro Permanente de Pessoal e formação de Cadastro de Reserva. Disponível em: < http://mettaconcursos.com.br/2010/index.php?option=com_content&view=article&id=25:prefeitura-sossego&catid=5:em-andamento&Itemid=10 >. Acesso em: 20 set 2010.

OLIVEIRA, Jemima Marques de. **Regime de Informação de Políticas públicas Para a Leitura e Biblioteca a Partir da Democratização do Estado Brasileiro**. João Pessoa: [s.n.], 2007.

PARANÁ. Tribunal de Contas do estado do. **Glossário**. Disponível em: < www.tce.pr.gov.br/usercontrols/Arquivo.aspx?arquivo=../acervo/... >. Acesso em 10 jan 2011.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Bibliotecas virtuais: realidade, possibilidade ou alvo de sonho. **Ciência da Informação**. v.24, n. 1, 1995.

PIRES, Álvaro. **Échantillonnage et Recherche Qualitative**: Essai Théorique et Méthodologique. Ottawa - Canadá: Gaetan Morin, 1997.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Linhas de Pesquisa**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010. Disponível em: < <http://dc1.ccsa.ufpb.br/ppgci/?secao=19> >. Acesso em: 15 abr 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSEMBERG, Dulcinéa Sarmiento. A Leitura, os canais intermediários de informação na formação continuada de professores universitários. In: PROCEEDINGS XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO 1, 2000, Porto Alegre. Anais. 2000.

ROWLANDS, Ian. Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools. **Journal of information Science**, v. 22, n. 1, p. 13-25, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. Estudos Avançados. V.2, n.2; São Paulo, mai/ago, 1988.

SARACEVIC, T. Interdisciplinarity nature of Information Science. Tradução livre de Durval de Lara Filho. Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação ECA/USP. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, 1995.

SHERA, J. H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha (org). **Ciência da Informação oi Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 90-102.

SILVA, Edilene Maria da. **A influência das políticas de informação científica e tecnológicas para as bibliotecas universitárias**. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SIMÕES, Roberto Porto; LIMA, Suely Mary do Nascimento. **Relações Públicas e Micropolíticas**: estudo comparativo de seus processos e programas. Programa de pós-

Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:sPPqyOMLQWcJ:www.sinprorp.org.br/clipping/2003/simoes.rtf+micropol%C3%ADticas+e+macropol%C3%ADticas&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 18 abr 2010.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca Pública Brasileira: Desempenho e perspectivas**. Brasília: INL, 1979.

_____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v.29, n.2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.

UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO. Disponível em: <<http://www.psdbr.org.br/Noticias/ViewRealizacoes.asp?ID=117>>. Acesso em: 03 jul. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Curso de Mestrado em Biblioteconomia. **Programa de Melhoria das Bibliotecas Públicas do Estado da Paraíba (1981-83)**. João Pessoa, 1980.

VALENTIN, Marta Lígia Pomim. Análise de conteúdo. In:_____. (org). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005. Cap. 6; p.119-134.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecário e mudança. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília: ABDF, v. 16, n. 2, p. 207-215, jul./dez. 1988.

_____. Bibliotecas públicas e mudança social: a contribuição do desenvolvimento de coleções. Orientador: Valente, José Augusto Vaz. 1990. 242 f. Tese Doutorado (Doutorado em Ciência da Comunicação)-Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 1990.

ZURKOWSKI, P. G. Integrating america's infostructure. **Journal of the American Society for Information Science**. V.35, n.3, p.170-178, 1984.

**APÊNDICE A – SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS IMPLANTADOS,
MODERNIZADOS E SEM BPM ATUALIZADO ATÉ O SEGUNDO SEMESTRE DE 2010**

ORD	CIDADE	MODALIDADE	ANO	REGIÃO
01	Água Branca	Implantação 1	2009/2010	Sertão
02	Aguiar	Implantação 2	2008/2009	Sertão
03	Alagoa Grande	Implantação 3	2009/2010	Agreste
04	Alagoa Nova	Com Bib antes	-	Agreste
05	Alagoinha	Com Bib antes	-	Agreste
06	Alcantil	Implantado 4	2007/2008	Borborema
07	Algodão de Jandaira	Implantação 5	2008/2009	Agreste
08	Alhandra	Implantado 6	2005/2006	Mata
09	Amparo	Implantação 7	2008/2009	Borborema
10	Aparecida	Implantado 8	2005/2006	Sertão
11	Araçagi	Com Bib antes	-	Agreste
12	Arara	Modernização 1		Agreste
13	Araruna	Com Bib antes	-	Agreste
14	Areia	Com Bib antes	-	Agreste
15	Areia de Baraúnas	Implantado 9	2005/2006	Sertão
16	Areial	Implantação10	2008/2009	Agreste
17	Aroeiras	Com Bib antes	-	Agreste
18	Assunção	Implantação 11	2005/2006	Borborema
19	Baía da Traição	Com Bib antes	-	Mata
20	Bananeiras	Com Bib antes		Agreste
21	Baraúna	Implantação 12	2008/2009	Borborema
22	Barra de Santa Rosa	Implantação 13	2008/2009	Agreste
23	Barra de Santana	Implantação 14	2008/2009	Borborema
24	Barra de São Miguel	Implantação 15	2008/2009	Borborema
25	Bayeux	Com Bib antes	-	Mata
26	Belém	Implantado 16	2007/2008	Agreste
27	Belém do Brejo do Cruz	Implantação 17	2009/2010	Sertão
28	Bernardino Batista	Implantação 18	2005/2006	Sertão
29	Boa Ventura	Implantação 19	2008/2009	Sertão
30	Boa Vista	Implantação 20	2007/2009	Agreste
31	Bom Jesus	Com Bib antes	-	Sertão
32	Bom Sucesso	Implantação 21	2008/2009	Sertão
33	Bonito de Santa Fé	Implantação 22	2008/2009	Sertão
34	Boqueirão	Com Bib antes	-	Borborema
35	Borborema	Implantação 23	2009/2010	Agreste
36	Brejo do Cruz	Com Bib antes	-	Sertão
37	Brejo dos Santos	Implantação 24	2005/2006	Sertão
38	Caaporã	Modernização 2	2008/2009	Mata
39	Cabaceiras	Com Bib antes	-	Borborema
40	Cabedelo	Com Bib antes	-	Mata
41	Cachoeira dos Índios	Com Bib antes	-	Sertão
42	Cacimba de Areia	Implantação 25	2005/2006	Sertão
43	Cacimba de Dentro	Implantação 26	2008/2009	Agreste
44	Cacimbas	Implantação 27	2005/2006	Sertão
45	Caiçara	Com Bib antes	-	Agreste
46	Cajazeiras	Com Bib antes	-	Sertão

CONTINUAÇÃO

ORD	CIDADE	MODALIDADE	ANO	REGIÃO
47	Cajazeirinhas	Implantado 28	2005/2006	Sertão
48	Caldas Brandão	Com Bib antes	-	Agreste
49	Camalaú	Implantação 29	2009/2010	Borborema
50	Campina Grande	Modernização 3		Agreste
51	Campo de Santana (antes denominado Tacima)	Implantação 30	20096/2010	Agreste
52	Capim	Implantação 31	2008/2009	Mata
53	Caraúbas	Implantação 32	2008/2009	Borborema
54	Carrapateira	Com Bib antes	-	Sertão
55	Casserengue	Implantação 33	2008/2009	Agreste
56	Catingueira	Implantado 34	2005/2006	Sertão
57	Catolé do Rocha	Implantado 35	2007/2008	Sertão
58	Caturité	Implantado 36	2007/2008	Borborema
59	Conceição	Com Bib antes	-	Sertão
60	Condado	Implantação 37	2008/2009	Sertão
61	Conde	Com Bib antes	-	Mata
62	Congo	Implantado 38	2005/2006	Borborema
63	Coremas	Com Bib antes	-	Sertão
64	Coxixola	Implantação 39	2008/2009	Borborema
65	Cruz do espírito Santo	Com Bib antes	-	Mata
66	Cubati	Sem bib FGV		Borborema
67	Cuité	Com Bib antes	-	Agreste
68	Cuité de Mamanguape	Com Bib antes	-	Mata
69	Cuitegi	Implantação 40	2008/2009	Agreste
70	Curral de Cima	Implantado 41	2005/2006	Mata
71	Curral velho	Implantação 42	2007/2008	Sertão
72	Damião	Implantação 43	2008/2009	Agreste
73	Desterro	Implantado 44	2005/2006	Sertão
74	Diamante	Com Bib antes	-	Sertão
75	Dona Inês	Implantação 45	2008/2009	Agreste
76	Duas Estradas	Com Bib antes	-	Agreste
77	Emas	Implantado 46	2007/2008	Sertão
78	Esperança	Com Bib antes	-	Agreste
79	Fagundes	Implantação 47	2005/2006	Agreste
80	Frei Martinho	Com Bib antes	-	Borborema
81	Gado Bravo	Com Bib antes	-	Agreste
82	Guarabira	Com Bib antes	-	Agreste
83	Gurinhém	Implantação 48	2008/2009	Agreste
84	Gurjão	Implantação 49	2008/2009	Borborema
85	Ibiara	Com Bib antes	-	Sertão
86	Igaracy	Implantado 50	2005/2006	Sertão
87	Imaculada	Com Bib antes	-	Sertão
88	Ingá	Com Bib antes	-	Agreste
89	Itabaiana	Com Bib antes	-	Agreste
90	Itaporanga	Implantação 51	2005/2006	Sertão
91	Itapororoca	Modernização 4	2008/2009	Mata
92	Itatuba	Implantação 52	2009/2010	Agreste
93	Jacaraú	Com Bib antes	-	Mata
94	Jericó	Com Bib antes	-	Sertão
95	João Pessoa	Modernização 5	2008/2009	Mata

CONTINUAÇÃO

ORD	CIDADE	CATEGORIA	ANO	REGIÃO
96	Juarez Távora	Implantado 53	2005/2006	Agreste
97	Juazeirinho	Implantação 54	2008/2009	Borborema
98	Junco do Seridó	Implantação 55	2008/2009	Borborema
98	Juripiranga	Implantado 56	2005/2006	Mata
99	Juru	Com Bib antes	-	Sertão
100	Lagoa	Implantação 57	2009/2010	Sertão
101	Lagoa de Dentro	Com Bib antes	-	Agreste
102	Lagoa Seca	Com Bib antes	-	Agreste
103	Lastro	Implantação 58	2008/2009	Sertão
104	Livramento	Com Bib antes	2008/2009	Borborema
105	Logradouro	Sem bib FGV		Agreste
106	Lucena	Implantado 59	2007/2008	Mata
107	Mãe d'Água	Implantação 60	2005/2006	Sertão
108	Malta	Com Bib antes	-	Sertão
109	Mamanguape	Modernização 6	2008/2009	Mata
110	Manaíra	Implantado 61	2007/2008	Sertão
111	Marcação	Implantação 62	2008/2009	Mata
112	Marí	Implantação 63	2005/2006	Mata
113	Marizópolis	Com Bib antes	-	Sertão
114	Massaranduba	Com Bib antes	-	Agreste
115	Mataraca	Modernização 7	2008/2009	Mata
116	Matinhas	Implantação 64	2008/2009	Agreste
117	Mato Grosso	Implantado 65	2005/2006	Sertão
118	Maturéia	Implantado 66	2005/2006	Sertão
119	Mogeiro	Implantação 67	2008/2009	Agreste
120	Montadas	Com Bib antes	-	Agreste
121	Monte Horebe	Implantação 68	2005/2006	Sertão
122	Monteiro	Com Bib antes	-	Borborema
123	Mulungu	Implantação 69	2008/2009	Agreste
124	Natuba	Implantado 70	2007/2008	Agreste
125	Nazarezinho	Com Bib antes	-	Sertão
126	Nova Floresta	Implantado 71	2005/2006	Agreste
127	Nova Olinda	Implantado 72	2005/2006	Sertão
128	Nova Palmeira	Implantado 73	2007/2008	Borborema
129	Olho d'Água	Implantação 74	2008/2009	Sertão
130	Olivedos	Implantação 75	2008/2009	Agreste
131	Ouro Velho	Implantado 76	2007/2008	Borborema
132	Parari	Implantação 77	2008/2009	Borborema
133	Passagem	Com Bib antes	-	Sertão
134	Patos	Com Bib antes	-	Sertão
135	Paulista	Implantação 78	2005/2006	Sertão
136	Pedra Branca	Com Bib antes	-	Sertão
137	Pedra Lavrada	Implantação 79	2005/2006	Borborema
138	Pedras de Fogo	Com Bib antes	-	Mata
139	Pedro Regis	Implantação 80	2005/2005	Mata
140	Piancó	Com Bib antes	-	Sertão
141	Picuí	Implantado 81	2005/2006	Borborema
142	Pilar	Implantação 82	2009/2010	Mata
143	Pilões	Modernização 8	2008/2009	Agreste

CONTINUAÇÃO

ORD	CIDADE	CATEGORIA	ANO	REGIÃO
144	Pilõezinhos	Implantado 83	2005/2006	Agreste
145	Pirpirituba	Implantação 84	2008/2009	Agreste
146	Pitimbu	Modernização 9	2008/2009	Mata
ORD	CIDADE	CATEGORIA	ANO	REGIÃO
147	Pocinhos	Implantação 85	2009/2010	Agreste
148	Poço Dantas	Implantado 86	2005/2006	Sertão
149	Poço de José de Moura	Com Bib antes	-	Sertão
150	Pombal	Com Bib antes	-	Sertão
151	Prata	Implantação 87	2007/2008	Borborema
152	Princesa Isabel	Implantação 88	2005/2006	Sertão
153	Puxinanã	Com Bib antes	-	Agreste
154	Queimadas	Implantado 89	2005/2006	Agreste
155	Quixabá	Com Bib antes	-	Sertão
156	Remígio	Com Bib antes	-	Agreste
157	Riachão	Implantado 90	2005/2006	Agreste
158	Riachão do Bacamarte	Implantação 91	2009/2010	Agreste
159	Riachão do Poço	Implantado 92	2005/2006	Mata
160	Riacho de Santo Antônio	Com Bib antes	-	Borborema
161	Riacho dos Cavalos	Implantação 93	2008/2009	Sertão
162	Rio Tinto	Implantado 94	2005/2006	Mata
163	Salgadinho	Implantação 95	2008/2009	Borborema
164	Salgado de São Felix	Implantação 96	2008/2009	Agreste
165	Santa Cecília	Implantação 97	2007/2008	Agreste
166	Santa Cruz	Com Bib antes	-	Sertão
167	Santa Helena	Com Bib antes	-	Sertão
168	Santa Inês	Implantação 98	2008/2009	Sertão
169	Santa Luzia	Com Bib antes	-	Borborema
170	Santa Rita	Modernizado		Mata
171	Santa Terezinha	Com Bib antes	-	Sertão
172	Santana de Mangueira	Implantado 99	2007/2008	Sertão
173	Santana dos Garrotes	Implantação100	2008/2009	Sertão
174	Santarém	Com Bib antes	-	Sertão
175	Santo André	Implantado101	2005/2006	Borborema
176	São Bentinho	Implantado102	2005/2006	Sertão
177	São Bento	Implantado103	2005/2006	Sertão
178	São Domingos (antes denominado S. D. de Pombal)	Implantação104	2008/2009	Sertão
179	São Domingos do Cariri	Implantação105	2008/2009	Borborema
180	São Francisco	Implantação106	2008/2009	Sertão
181	São João do Cariri	Com Bib antes	-	Borborema
182	São João do Rio do Peixe	Com Bib antes	-	Sertão
183	São João do Tigre	Com Bib antes	-	Borborema
184	São José da Lagoa Tapada	Com Bib antes	-	Sertão
185	São José de Caiana	Implantação107	2008/2009	Sertão
186	São José de Espinharas	Implantação108	2008/2009	Sertão
187	São José de Piranhas	Implantado109	2007/2008	Sertão

CONTINUAÇÃO

ORD	CIDADE	CATEGORIA	ANO	REGIÃO
188	São José de Princesa	Implantação110	2008/2009	Sertão
189	São José do Bonfim	Implantado111	2007/2008	Sertão
190	São José do Brejo da Cruz	Implantação112	2005/2006	Sertão
191	São José do Sabugi	Com Bib antes	-	Borborema
ORD	CIDADE	CATEGORIA	ANO	REGIÃO
192	São José dos Cordeiros	Implantação113	2009/2010	Borborema
193	São José dos Ramos	Implantação114	2008/2009	Mata
194	São Mamede	Com Bib antes	-	Borborema
195	São Miguel de Taipú	Com Bib antes	-	Mata
196	São Sebastião de Lagoa de Roça	Com Bib antes	-	Agreste
197	São Sebastião do Umbuzeiro	Implantação115	2005/2006	Borborema
198	Sapé	Modernização 10	2008/2009	Mata
199	São Vicente do Seridó	Implantado 116	2007/2008	Borborema
200	Serra Branca	Com Bib antes	-	Borborema
201	Serra da Raiz	Com Bib antes	-	Agreste
202	Serra Grande	Com Bib antes	-	Sertão
203	Serra Redonda	Com Bib antes	-	Agreste
204	Serraria	Com Bib antes	-	Agreste
205	Sertãozinho	Implantado117	2005/2006	Agreste
206	Sobrado	Implantado118	2007/2008	Mata
207	Solânea	Com Bib antes	-	Agreste
208	Soledade	Implantação119	2009/2010	Agreste
209	Sossêgo	Implantação120	2008/2009	Agreste
210	Sousa	Implantado121	2007/2008	Sertão
211	Sumé	Com Bib antes	-	Borborema
213	Taperoá	Modernização 11	-	Borborema
214	Tavares	Implantado122	2007/2008	Sertão
215	Teixeira	Implantado123	2007/2008	Sertão
216	Tenório	Implantação124	2008/2009	Borborema
217	Triunfo	Com Bib antes	-	Sertão
218	Uiraúna	Implantação125	2005/2006	Sertão
219	Umbuzeiro	Com Bib antes	-	Agreste
220	Várzea	Implantado126	2005/2006	Borborema
221	Vieirópolis	Com Bib antes	-	Sertão
222	Vista Serrana	Com Bib antes	-	Sertão
223	Zabelê	Implantação127	2008/2009	Borborema

APÊNDICE – B: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- a) A profissão é desconhecida pelos gestores e população dos municípios;
- b) A lei 4.084/62 que regulamenta a profissão de Bacharel em Biblioteconomia enquanto política explícita, não possui grau de explicitação a ponto de ser conhecida pelos gestores municipais.
- c) Existência do Curso de Biblioteconomia somente na capital (no caso do Estado da Paraíba) dificultando a possibilidade de profissionais penetrarem no interior do estado;
- d) Os municípios têm outras prioridades o que os impossibilita de contratar Bibliotecários;
- e) Os salários oferecidos pelos municípios do interior são relativamente baixos (um salário mínimo) para atrair Bacharéis em Biblioteconomia;
- f)

HIPÓTESE	TEMÁTICAS	PERGUNTA
-	PROGRAMA LIVRO ABERTO. PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	1) Como o senhor(a) tomou conhecimento da existência do programa Livro aberto? 2) Teve orientação especializada em Bibliotecas Públicas durante os trâmites e elaboração do convênio?
A	- BIBLIOTECA PÚBLICA - PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	1) A biblioteca Pública de seu município encontra-se em funcionamento? 2) Para a implantação da Biblioteca Pública após a chegada do kit houve a participação de alguma orientação especializada em bibliotecas? 3) Qual profissional esteve à frente da biblioteca durante o período de implantação?
A	- O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	1) Existe profissional Bibliotecário atuando na Biblioteca Pública de sua cidade?

HIPÓTESE	TEMÁTICA	PERGUNTA
D - C	- RAZÕES PARA A INCLUSÃO/EXCLUSÃO DO PROFISSIONAL. - OPORTUNIDADES E BARREIRAS.	1)O senhor(a) já tentou contratar um profissional bibliotecário para o seu município ou foi orientado a isso? 4) Já recebeu orientação para contratar um Profissional Bibliotecário? 3) Quais dificuldades o senhor destacaria para encontrar um profissional bibliotecário para o seu município; 4) Existe alguma dificuldade por parte do município em contratar este profissional? Qual?
E	SALÁRIO	1)Existe plano de cargos e carreiras no município? 2)Qual o salário que o município tem condições de oferecer a um Profissional Bibliotecário?
B	LEGISLAÇÃO	O senhor tem conhecimento da lei 4.084/62 ?

ANEXO – A: NÚMERO DE PROFISSIONAIS REGISTRADOS NO CRB-15.
(MENSAGEM ELETRÔNICA)

Hotmail - johnny_r2@hotmail.com - Windows Live - Windows Internet Explorer

http://by150w.bay150.mail.live.com/default.aspx?wa=signin1.0

Hotmail - johnny_r2@hotmail.com - Windows Live

Windows Live™ Hotmail (8) Messenger Office Fotos | MSN

Hotmail

Novo | Responder Responder a todos Encaminhar | Excluir Lixo Eletrônico Limpar ▾ Marcar como ▾ Mover para ▾

Caixa de Entra...

▲ Pastas

- Lixo
- Rascunhos (3)
- Enviados
- Excluídos (21)
- Nova pasta

▲ Visualizações rápid...

- Sinalizadas
- Fotos
- Documentos do Office...

▲ Messenger

- 3 convites
- Entrar no Messenger

Início

Contatos

Calendário

Dica Hotmail®: Junte suas contas de email

Re: Solicitação de Informações

Voltar para mensagens | ⬇ ⬆ ⬇

Professora Alzira 14/3/2011

Para Johnny Rodrigues Barbosa Responder ▾

Johnny,

Segue as informações do quantitativo de profissionais inscritos no CRB-15 oriundos da PB e do RN. Não temos como informar quais atuam em bibliotecas públicas, pois muitos não atualizam os seus dados ou não informam. No entanto, o Sistema CFB/CRB está realizando até 30 de março o censo profissional e o CFB enviará para os CRB os resultados do censo de modo que nesta ocasião teremos algumas informações sobre a atuação profissional. Mas, para o momento os dados abaixo é o que podemos informar.

Espero ser útil.

Abs

Alzira

Paraíba.....	327
Rio Grande do Norte.....	210
TOTAL.....	537

Dados CRB-15, Dez. 2010

ANEXO – B: MUNICÍPIOS VISITADOS, POR MICRORREGIÃO, BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS EM FUNCIONAMENTO, FECHADAS E REGISTRADAS E PESSOAL EXISTENTE SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO E TREINAMENTO. FONTE: (UNIVERSIDADE, 1980, P.71).

QUADRO XXVI

Municípios visitados, por microrregião, bibliotecas públicas municipais e estaduais em funcionamento, fechadas e registradas e pessoal existente segundo grau de instrução e treinamento - 1979

MICRORREGIÃO		MUNICÍPIOS		Bibliotecas identificadas criadas por lei		Biblioteca registrada no INL	PESSOAL EXISTENTE									
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	EXISTENTES	VISITAS DOS	EM FUNCIONAMENTO	SEM FUNCIONAMENTO		TOTAL	INSTRUÇÃO						TREINAMENTO		TOTAL
								3º GRAU		2º GRAU	1º GRAU		SEM INSTRUÇÃO	COM	SEM	
								Lei 4.084	Outros		COMP.	INCOMP.				
93	Litoral Paraibano	17	9	7	2	9	8	11	1	10	47	2	2	4	69	73
99	Agro-Pastoril do Baixo Paraíba	9	6	4	2	6	5	-	-	4	2	-	-	1	5	6
92	Piemonte da Borborema	17	7	6	1	7	6	-	-	4	3	3	3	2	8	10
98	Brejo Paraibano	9	5	5	-	5	5	-	-	6	7	-	-	1	15	16
97	Agreste da Borborema	12	11	5	6	11	9	-	2	11	10	-	-	1	22	23
91	Curimatã	7	5	5	-	5	5	-	-	4	4	-	-	1	7	8
96	Cariris Velhos	22	12	12	-	12	12	-	-	7	11	-	-	-	18	18
90	Sericó Paraibano	7	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95	Depressão do Alto Paraibanos	34	14	11	3	14	14	-	-	4	11	-	4	3	16	19
100	Serra do Teixeira	9	4	3	1	4	3	-	-	1	3	-	1	-	5	5
89	Catolé do Rocha	8	2	2	-	2	2	-	-	2	1	-	-	2	1	3
94	Sertão de Cajazeiras	20	7	6	1	7	7	-	3	10	8	-	1	3	19	22
TOTAL		171	83	66	17	83	77	11	6	63	107	5	11	18	185	203

ANEXO – C: RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 11/2010 TCE-PB

D.E. 05/01/2011



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

RESOLUÇÃO NORMATIVA RN TC – 11/2010

DISCIPLINA A CONCESSÃO DE REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL, A ANÁLISE DA REGULARIDADE NA GESTÃO DE PESSOAL DOS ÓRGÃOS JURISDICIONADOS, BEM COMO A CONSTITUIÇÃO DOS RESPECTIVOS PROCESSOS A PARTIR DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade de seus membros, em sessão realizada nesta data; e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal confere aos Tribunais de Contas a atribuição de apreciar, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Direta ou Indireta, à exceção dos relativos a provimentos em comissão, bem como da Gestão Geral de Pessoal dos Entes Jurisdicionados;

CONSIDERANDO o disciplinamento do modo como o TCE-PB e seus jurisdicionados devem cumprir a disposição constitucional supra informada, inclusive com a constituição dos respectivos processos; CONSIDERANDO a necessidade de racionalização e de simplificação de procedimentos, na ação fiscalizatória do Tribunal;

CONSIDERANDO a constante necessidade de adaptação das normas de controle externo de competência do TCE-PB às novas sistemáticas de transmissão de dados e informações, para possibilitar a utilização de modernos recursos tecnológicos;

CONSIDERANDO finalmente, os benefícios decorrentes do envio informatizado de dados relativos à admissão de pessoal, resolve:

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS ATOS DE ADMISSÃO SUJEITOS A REGISTRO PELO TCE-PB

Art. 1º - Os atos de investidura, a qualquer título, em cargos ou empregos públicos, exceto aqueles decorrentes de admissão para cargos de provimento em comissão ou função de confiança (de livre nomeação e exoneração), deverão ser encaminhados ao TCE-PB, para efeito de apreciação de sua legalidade e a concessão do respectivo registro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Art. 2º - Para cumprimento do disposto no artigo 1º, são atos de admissão merecedores de registro junto ao TCE, os de nomeação em decorrência de aprovação em concurso público, bem como a admissão de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate a Endemias – ACS/ACE, devidamente precedidas de processo seletivo público.

§ 1º - As contratações visando atender ao excepcional interesse público terão a análise da sua regularidade integrada ao processo específico de gestão geral de pessoal, sendo este decorrente de inspeções realizadas em auditorias do TCE.

§ 2º - Os processos correspondentes aos atos enunciados no "caput" deste artigo, homologados a partir de 01/03/2011, devem ser encaminhados ao Tribunal, via Portal do Gestor, com as informações exigidas no art. 4º desta Resolução, nos 30 (trinta) dias seguintes à publicação dos primeiros atos de admissão dos candidatos aprovados.

§ 3º - Os processos correspondentes aos atos enunciados no "caput" deste artigo, homologados até 28/02/2011, devem ser encaminhados ao Tribunal, nos formatos de prazos definidos nas RN TC 103/98, 15/2001 e 13/2009.

§ 4º - A desobediência ao prazo estabelecido nos parágrafos 2º e 3º deste artigo importará para o dirigente de órgão ou entidade responsável pelo descumprimento, a aplicação de multa de 40% do valor máximo estabelecido no art. 56 da LOTCE, atualizado pela Portaria TC n° 08 4/2009, para cada ato não encaminhado.

CAPÍTULO II DOS PROCESSOS DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ADMISSÃO DE ACS E ACE

Art. 3º - Até 48 horas após assinatura do contrato com a empresa vencedora do procedimento licitatório, visando a realização do concurso, o gestor deverá encaminhar a esta Corte dados cadastrais da referida empresa, relativos a: Nome, CNPJ, Ramo de Atividade, Endereço completo, Nome e CPF do responsável pela empresa, além de arquivo em PDF do respectivo contrato.

Art. 4º - Até 48 horas da publicação do Edital do concurso ou Processo Seletivo deverá ser encaminhado, arquivo contendo o referido Edital, em formato PDF ou em meio físico, observados os prazos constantes dos §§ 2º e 3º do art. 2º desta Resolução, para análise prévia desta Corte de Contas, sendo protocolizado como Documento.

Parágrafo Único - o Edital será examinado pela unidade técnica competente desta Corte de Contas – (DIGEP), a qual adotará as seguintes providências: I. expedirá Relatório Técnico conclusivo de regularidade, se atendidas as normas legais vigentes; II. expedirá Relatório Técnico preliminar, sugerindo a notificação da autoridade responsável, para que esta adote as providências saneadoras, se



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

verificada a existência apenas de falhas ou irregularidades formais, que não envolvam matéria de mérito; III. proporá, em Relatório Técnico conclusivo, sua correção, ou a sua nulidade, se verificar que o edital contraria disposições constitucionais e/ou legais, ou contém vícios insanáveis, conforme o caso, após realizar, se necessário, diligência "in loco" e notificar o responsável para o exercício pleno da defesa.

Art. 5º - Os processos eletrônicos de exame da legalidade com vistas à concessão de registro dos atos de admissão de pessoal decorrentes de CONCURSO PÚBLICO e de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ADMISSÃO DE ACS/ACE, de provas ou de provas e títulos serão instruídos com os seguintes documentos e informações:

- I. Previsão legal dos cargos ofertados – cadastramento no sistema (em formato TXT), das leis que regulamentam o quadro de pessoal do órgão. Serão cadastrados os cargos existentes na estrutura administrativa do órgão, com o número de vagas legalmente criadas.
- II. Arquivos em PDF de cada lei informada no item anterior.
- III. Quadro demonstrativo das Vagas existentes na estrutura administrativa do órgão, discriminando as existentes, as ocupadas e as disponíveis para preenchimento através do concurso.
- IV. Dados do Edital - Informações, em campos específicos do sistema (em formato TXT), acerca de: cargos e vagas oferecidas; reserva de percentuais para deficientes físicos; critérios de aprovação e desempate.
- V. Arquivo em PDF do Edital.
- VI. Relação dos Candidatos Inscritos, em formato TXT.
- VII. Relação dos Candidatos Presentes às provas, em formato TXT.
- VIII. Relação dos Candidatos Ausentes às Provas, em formato TXT.
- IX. Arquivos em PDF com um exemplar de cada modelo de prova aplicada.
- X. Resultado 1ª fase, em formato TXT.
- XI. Arquivo em PDF da Convocação dos candidatos habilitados para prova prática/de títulos.
- XII. Resultado Final – Após Prova Prática/de Títulos, em formato TXT.
- XIII. Arquivo em PDF com a publicação da Homologação do Resultado Final (geral) do concurso, em formato TXT.
- XIV. Arquivo em PDF com o relatório circunstanciado apresentado pela Comissão Organizadora e Empresa Realizadora do Concurso.
- XV. Relação dos candidatos nomeados, em formato TXT.
- XVI. Arquivo em PDF com a publicação das portarias de nomeação.
- XVII. Termos de desistência ou comprovação da convocação de candidatos que deixaram de ser apresentar, em PDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Parágrafo Único – Uma vez protocolizado o processo de concurso ou processo seletivo público, o Documento relativo ao edital do certame, já previamente analisado pelo TCE, será a este anexado, visando subsidiar a análise.

Art. 6º - O exame pelo TCE-PB dos processos de Concurso Público ou Processo Seletivo para admissão de ACS/ACE, será realizado através da unidade técnica competente que expedirá Relatório Técnico, concluindo, conforme o caso:

- I. pela legalidade, para fins de registro;
- II. por necessidade de notificação do gestor, para as correções que se fizerem necessárias;
- III. pela ilegalidade ou nulidade;

Art. 7º - As Câmaras do TCE decidirão: sobre o mérito dos Concursos Públicos ou Processos Seletivos, para fins de concessão ou não de registro dos atos de admissão de pessoal.

Art. 8º – As decisões definitivas das Câmaras do TCE serão comunicadas às unidades administrativas do órgão ou entidade responsável pela admissão, para as anotações necessárias.

Art. 9º - Concedido o registro pelo TCE, os originais dos respectivos processos deverão ser mantidos no órgão ou entidade, lá permanecendo disponível por no mínimo 05 anos para possíveis averiguações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO III DA ANÁLISE DA GESTÃO DE PESSOAL

Art. 10 – A abertura de processo específico de Inspeção Especial para análise da Gestão de Pessoal de um determinado Ente/órgão jurisdicionado será determinada pelo Tribunal Pleno, por qualquer das Câmaras desta Corte, pelo Relator e, ainda, quando verificado pelo setor responsável pela análise da legalidade das admissões de pessoal uma movimentação/aumento significativo no quantitativo de servidores e/ou no montante das remunerações, com base nos dados informados na folha de pagamento mensal.

§ 1º - Em observância ao disposto nos arts. 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesas de caráter continuado relativas ao quadro de pessoal que não atendam aos seguintes requisitos:

- I. apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro (acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas) no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

II. declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, ressalvado a revisão geral anual de remuneração de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição da República.

§ 3º - Uma vez aberto o referido processo, após notificação, a não observância do disposto do § 1º poderá importar ao gestor a imputação de débito correspondente ao montante da despesa empenhada e paga em desacordo com a legislação supracitada.

Art. 11 - O processo de Inspeção Especial referente à análise da gestão de pessoal incluirá, conforme o caso, a seguinte documentação:

- I. legislação completa vigente, relativa à criação e modificações dos Quadros de Pessoal (permanente e em extinção), especificando os cargos, empregos e funções, com a respectiva nomenclatura, atribuições e indicação quantitativa acerca dos cargos, empregos e funções providos e vagos;
- II. leis que autorizam aumento ou revisão de salários, bem como concessão de vantagens a servidores;
- III. leis que autorizaram as contratações por prazo determinado e suas respectivas justificativas;
- IV. leis e/ou diplomas administrativos que regulamentam os concursos públicos já realizados pelo órgão;
- V. informações quanto ao quadro geral de servidores do órgão por tipo de vínculo (efetivo, comissionado, contratado e cedido), no formato estabelecido nos Anexos I a III desta Resolução, incluindo data de admissão, cargo em ordem alfabética, conforme o caso, registro pelo TCE-PB;
- VI. folhas de pagamento analíticas;
- VII. estimativa do impacto orçamentário-financeiro (acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas) sempre que verificado aumento substancial no quantitativo ou na remuneração do pessoal, no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, quando couber;
- VIII. declaração do ordenador da despesa de que o aumento de pessoal ou remuneração tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias, quando couber.
- IX. comprovantes do desligamento por irregularidade da admissão, de exonerações e outros documentos que comprovem a vacância do cargo ou emprego público;
- X. comprovantes do desligamento por demissão de servidor, submetido a processo administrativo disciplinar, no qual lhe tenha sido garantida ampla defesa;
- XI. contratos ou termos de parcerias firmados objetivando a terceirização de mão-de-obra.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Manual Técnico, aprovado por portaria da Presidência desta Corte, será disponibilizado aos órgãos e entidades jurisdicionados, e trará definições e orientações acerca dos atos de pessoal submetidos ao exame desta Corte, bem como da configuração, da formatação e da padronização dos dados a serem remetidos.

§ 1º - As atualizações e alterações do Manual Técnico serão efetuadas mediante portaria da Presidência.

§ 2º - Informações complementares, quando necessárias, serão encaminhadas aos órgãos ou entidades e constarão no Portal do Gestor.

Art. 13 - Os dados de que trata o caput do art. 5º desta Resolução somente serão considerados recebidos por este Tribunal de Contas após a verificação do atendimento às exigências ali contidas.

Art. 14 - Confirmada a remessa integral dos dados e não detectadas informações estranhas àquelas a que se refere o art. 5º, será emitido Recibo de Entrega em meio eletrônico (via Internet) ao órgão ou entidade remetente.

Art. 15 - A DIAFI por iniciativa própria, por solicitação das Unidades Técnicas a ela subordinada ou em cumprimento a determinação de Relator, poderá requisitar outros documentos e informações além dos exigidos na presente Resolução, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de notificação do órgão via Portal do Gestor, findo o qual, se verificado o não atendimento da solicitação, será aplicada multa nos termos do § 4º do art. 2º desta Resolução.

Art. 16 - Serão consideradas ilegais e de responsabilidade do gestor responsável, as despesas decorrentes de:

I. ato de admissão ao qual o TCE tenha negado o registro, cujo órgão deixe de tomar as devidas providências, visando restabelecer a legalidade no prazo estabelecido pelo TCE;

II. omissão do órgão jurisdicionado, quanto ao cumprimento da obrigação de remeter os atos indicados nesta Resolução para registro no TCE.

Art. 17 - A decisão pela ilegalidade e a conseqüente negativa de registro implicará a nulidade do ato de admissão, devendo o órgão de origem, no prazo assinado na decisão do Tribunal, para adotar as providências cabíveis para promover a dispensa da pessoa ilegalmente admitida e fazer cessar todo e qualquer pagamento respectivo, sob pena de imputação de débito ao gestor, no montante das quantias pagas após essa data.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Art. 18 - Quaisquer irregularidades relativas a atos de pessoal, detectadas quando da análise da Prestação de Contas do gestor respectivo, que não tenham sido devidamente apuradas naqueles autos, serão comunicadas internamente (Memorando) à Divisão de análise de Atos de Pessoal para que esta adote as providências cabíveis à averiguação dos fatos, quais sejam: a. anexação a processo específico, em análise no setor, tratando de matéria correlata; b. inclusão do órgão na programação de inspeção para análise da gestão geral de pessoal, observada a ordem de prioridades do setor.

Art. 19 - A partir da data da publicação da decisão do TCE em processo específico de gestão de pessoal, os fatos ali destacados deverão ser encaminhados ao Relator da PCA do respectivo município, para subsidiar a análise das contas ainda por julgar, podendo ensejar a emissão de parecer contrário a sua aprovação.

Parágrafo Único - Incluem-se no disposto no caput deste artigo os processos relativos a concurso público, cujo julgamento dos atos de admissão tenha sido pela negativa de registro face às irregularidades detectadas.

Art. 20 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões do TCE-PB – Plenário Ministro João Agripino.
João Pessoa, 09 de dezembro de 2010.

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho
Presidente

Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes
Conselheiro Amóbio Alves Viana
Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Conselheiro Umberto Silveira Porto
Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima

Isabella Barbosa Marinho Falcão
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCE-PB – em exercício

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

RESOLUÇÃO NORMATIVA RN IC - 11/2010 - ANEXO I
QUADRO DO PESSOAL PERMANENTE

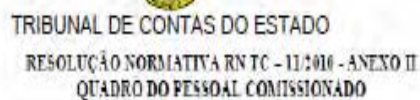
Prefeitura (Câmara) Municipal de _____
Mê: _____

[illegible]

(1) Preencher em ordem alfabética por cargo ou função.

(2) Concurrido, estável (admitido até 05.10.83) ou não estável (admitido de 06.10.83 a 04.10.88).

Obs: Destacar em negrito os servidores que também ocupam cargos comissionados.

[illegible]

Obs: Destacar em negrito os servidores que também ocupam cargos efetivos.



Préfecture Municipal de _____
Mlle _____

[illegible]

(2) Substituição temporária de servidores licenciados, aposentados, falecidos, encarcerados ou demitidos. Provisório de cargo novo. Excesso temporário de serviço

Obs.: Anotar comprovante do licenciamento, aposentadoria, falecimento, exoneração ou demissão dos servidores efetivos que porventura estejam sendo substituídos.

**ANEXO D – RELAÇÃO DOS 15 MUNICÍPIOS PARAIBANOS SEM
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ 2009.**

NÚMERO	ESTADO	MUNICÍPIO
221	PARAÍBA	Água Branca
223	PARAÍBA	Alagoa Grande
223	PARAÍBA	Belém do Brejo do Cruz
224	PARAÍBA	Borborema
225	PARAÍBA	Camalaú
226	PARAÍBA	Campo de Santana
227	PARAÍBA	Cubati
228	PARAÍBA	Itatuba
229	PARAÍBA	Lagoa
230	PARAÍBA	Logradouro
231	PARAÍBA	Pilar
232	PARAÍBA	Pocinhos
233	PARAÍBA	Riachão do Bacamarte
234	PARAÍBA	São José dos Cordeiros
234	PARAÍBA	Soledade

Fonte: (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS,2010.)